OSWALDO ARANHA

1894/1960

DISCURSOS

E

CONFERÊNCIAS

FUNAG
FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

OSWALDO ARANHA

1894/1960

DISCURSOS
E
CONFERÊNCIAS

FUNAG
Fundação Alexandre de Gusmão

A presente coletânea de discursos e conferências proferidas por Oswaldo Aranha é parte integrante dos eventos comemorativos do Centenário desse eminente homem público e foi organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão, Secretaria-Executiva da Comissão do Centenário de Oswaldo Aranha, criada por Decreto de 20 de dezembro de 1993 e integrada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Fazenda.

327(81)(042)
A662 Aranha, Oswaldo
Oswaldo Aranha: 1894-1960: discursos e conferências / Oswaldo Aranha.
- Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1994.
132 p. (Relações Internacionais; 20)
1. Brasil - Relações exteriores - Discursos, ensaios, conferências. 2. Aranha, Oswaldo, 1894-1960 - Discursos, ensaios, conferências. I. Título. II. Série.
CDU: 327(81)(042)

Biografia Resumida
OSWALDO ARANHA

Oswaldo Euclydes de Souza Aranha, nascido em Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, em 15 de fevereiro de 1894, cursou o primário em São Leopoldo e ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1908, terminando o curso em 1911. Ingressou na Faculdade de Direito do Rio no ano seguinte, interrompendo os estudos em 1914, para uma viagem à Europa, durante a qual seguiu cursos na *École de Hautes Études Sociales*, Paris, e nas Faculdades de Direito de Paris e Roma. De volta ao Rio de Janeiro, concluiu seu curso universitário em 1916, recebendo o diploma de Bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais. Seus resultados acadêmicos, aliados à sua atuação na política estudantil e sua participação em diversas manifestações públicas o levaram a ser escolhido orador da turma.

Ao regressar a seu estado natal, começou a exercer a advocacia. Casou-se com Delminda Benvinda Gudolle, em 12 de junho de 1917, e fixou residência em Uruguaiana.

A vida pública de Oswaldo Aranha teve início na sua participação destacada na revolução de 1923 como comandante do 5º Corpo Provisório da Brigada do Oeste. Terminada a luta, com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, é nomeado por Borges de Medeiros Subchefe de Polícia da Região da Fronteira, em 1924. Naquele ano lecionou na área de Direito Internacional na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Elege-se Intendente (Prefeito) de Alegrete em 1925, mantendo-se nesse cargo por um período de dois anos, durante o qual combate em duas outras revoluções no Rio Grande do Sul.

Elege-se, em dezembro de 1926, Deputado Estadual e, em fevereiro de 1927, Deputado Federal. Retorna ao Rio Grande do Sul em 1928 para ocupar a Secretaria dos Negócios Interiores e Exteriores do Estado no governo Vargas, realizando importantes reformas no sistema educacional do Estado.

Por ocasião da sucessão presidencial de Washington Luiz, em 1929, Oswaldo Aranha atua como intermediário entre a liderança gaúcha e o Governo Federal, na tentativa de evitar a cisão das forças políticas. Não obtendo o acordo desejado, torna-se um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas.

Declarada a vitória do candidato oficial, Júlio Prestes, Oswaldo Aranha torna-se um dos mais radicais e ativos conspiradores, buscando manter acesa a idéia da revolução, apesar dos avanços e recuos dos chefes dos governos mineiro e gaúcho. É o principal interlocutor dos Tenentes no exílio e articula a organização, em

Porto Alegre, do estado maior revolucionário, convidando Góes Monteiro para comandá-lo. Iniciada a Revolução, no dia 3 de outubro, Getúlio Vargas passa-lhe interinamente o governo do Estado a fim de assumir a chefia do movimento.

Em 24 de outubro, uma junta Governativa, composta dos Generais Tasso Fragoso e Menna Barreto e do Almirante Isaías de Noronha, depõe o Presidente Washington Luiz e assume o governo. Oswaldo Aranha chega ao Rio, em 28 daquele mês, para conferenciar com a junta e garantir o apoio desta à posse de Getúlio Vargas no Governo Provisório.

Assumindo Vargas o Governo Federal, Oswaldo Aranha ocupa a pasta da Justiça e Negócios Interiores em dezembro de 1930. Durante sua gestão é publicada a "Lei Orgânica" que define os poderes do Governo provisório, o qual passa a exercer as funções e atribuições do Executivo e do Legislativo até a convocação da Assembléia Constituinte. Cria também a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Deixa a pasta da Justiça, em 16 de novembro de 1931, para assumir a da Fazenda, que ocupa até 24 de julho de 1934.

Em fins de 1933, Oswaldo Aranha interfere na crise política aberta com a sucessão mineira, em conseqüência da morte de Olegário Maciel, apoiando o candidato do tenentismo, Virgílio de Mello Franco. O Interventor gaúcho, Flores da Cunha, defende a candidatura de Gustavo Capanema. Surpreendido com a escolha por Getúlio Vargas de um terceiro nome, Oswaldo Aranha apresenta sua demissão mas, por insistência do Presidente, permanece no cargo. Integra a Assembléia Constituinte, atuando como líder da maioria e membro da comissão incumbida de preparar o anteprojeto da Constituição de 1934.

Na pasta da Fazenda, uma de suas principais realizações foi a consolidação da dívida externa brasileira (Esquema Oswaldo Aranha); promoveu, também, a reorganização do Ministério e a elaboração da nova Tarifa das Alfândegas. A política de manutenção de renda do setor cafeeiro através da compra e queima parcial do café contribui para a recuperação da economia brasileira abalada pela crise mundial de 1929.

Nomeado Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em setembro de 1934, incrementa as relações comerciais do Brasil com aquele país assinando, em fevereiro de 1935, um Tratado de Comércio; inicia entendimentos com o Banco de Exportação e Importação para a concessão de créditos para a construção de uma Usina Siderúrgica no Brasil. Deve-se à sua atuação a criação de bases para um diálogo entre os dois países que frutificou na aliança durante a II Guerra Mundial. No período de sua missão em Washington, foi delegado à Conferência da Paz do Chaco, em 1936. Sua participação nessa conferência e, mais tarde, no acordo de fronteiras Peru-Equador (1941), foi essencial para uma solução da controvérsia.

Deixa o cargo de Embaixador por não concordar com a proclamação do Estado Novo em 1937. Após alguns meses no Brasil, é nomeado, em 1938, Ministro das Relações Exteriores, cargo que aceita para continuar seu trabalho de aproximação com os Estados Unidos, sobretudo diante da crescente influência da Alemanha nazista sobre o regime de Vargas. Sua atuação como Presidente da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942, foi decisiva para o rompimento das relações com os países

do Eixo e, mais tarde, para a atuação do Brasil na II Guerra Mundial. Deixa o Ministério das Relações Exteriores em agosto de 1944 em protesto pelo fechamento, por Vargas, da Sociedade dos Amigos da América, da qual iria ser Vice-Presidente, e volta a exercer sua profissão de advogado.

Em 1947, aceita convite do Presidente Dutra para assumir a chefia da Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, no momento de o Brasil presidir o Conselho de Segurança. Seu papel no Conselho o levou a ser eleito Presidente da Assembléia Especial sobre a questão da Palestina, realizada em Nova York, de abril a maio de 1947, e em seguida, Presidente da II Assembléia Geral das Nações Unidas que se realizou de setembro a novembro do mesmo ano. Foi determinante sua atuação na aprovação da partilha da Palestina, que resultou na criação do Estado de Israel. Diversas entidades e personalidades internacionais articularam campanha para que Oswaldo Aranha recebesse o Prêmio Nobel da Paz em 1948. O prêmio, no entanto, não foi concedido a nenhuma personalidade naquele ano.

Retornou à vida pública no período constitucional do Governo Vargas ao assumir o Ministério da Fazenda em junho de 1953, quando introduziu importantes modificações no sistema cambial vigente. Após o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, voltou à sua atividade de advogado, dela só se afastando para chefiar a Delegação do Brasil à XII Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em 1957. Embora sem exercer atividades partidárias, continuou a influir na política, procurando desempenhar um papel moderador. Faleceu no Rio de Janeiro em janeiro de 1960.

Recebeu títulos de doutor "Honoris Causa" de diversas Universidades entre as quais Harvard, George Washington e Columbia. Foi agraciado com a Grã-Cruz das ordens: Condor de Los Andes (Bolívia), Mérito (Chile), Boyacá (Colômbia), Mérito (Equador), Sol (Perú), Libertador (Venezuela), Honra ao Mérito (Haiti), Leopoldo I (Bélgica), Coroa da Itália, Nuñes de Balboa (Panamá), Mérito (Paraguai), Santiago (Portugal), Azteca (México).

PREFÁCIO

É com satisfação que, no marco das comemorações do centenário de Oswaldo Aranha, a Fundação Alexandre de Gusmão publica esta coletânea de seus discursos e conferências sobre temas afeitos às relações internacionais.

Oswaldo Aranha foi um homem que marcou seu tempo. Em suas inúmeras funções, sempre revelou a vocação do estadista, capaz de combinar o conhecimento das boas causas com o segredo de realizá-las.

Suas atividades internacionais são conhecidas e se anunciavam desde a juventude, quando assume cátedra de Direito Internacional na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Suas atividades como negociador iniciam-se ainda como Ministro da Fazenda, ocasião em que renegocia a dívida externa brasileira, no que veio a ser conhecido como Esquema Oswaldo Aranha. Em seguida, foi Embaixador em Washington de 1933 a 1937 e Ministro das Relações Exteriores, numa trajetória que culminou com a presidência da segunda Assembléia Geral da ONU em 1947. Os textos aqui colecionados, reflexo desta sua atuação diversificada, dimensionam suas idéias a respeito do Brasil, do tempo e do mundo em que viveu.

Ainda que profundamente impregnado por seu tempo, Oswaldo Aranha foi capaz de transcendê-lo. Homem público que soube entender que a grandeza brasileira é indissociável de uma atuação internacional ativa e alicerçada em valores de equilíbrio, de tolerância e de paz, afirmou, antecipando tendências: "Nosso país não pode fugir da interdependência mundial".

Soube, como poucos, compreender que o essencial da projeção internacional do Brasil é a diplomacia, a negociação que combina o respeito a valores, a identificação dos interesses nacionais e a busca de pontos comuns. Em uma palavra, o Chanceler compreendeu o Brasil como produto histórico da arte da conciliação e do diálogo - compreensão que se cristalizou ao afirmar que "Se há uma nação filha da diplomacia, é a brasileira".

Assim, não haveria alternativa para um caminho de realização das potencialidades brasileiras que não passasse por uma participação internacional ativa, aberta, sintonizada com a história. A percepção da necessidade da presença brasileira no esforço aliado contra o nazismo é um marco de sua compreensão de nossos valores.

O Brasil sempre foi sua devoção maior. Nacionalista sem ufanismos fáceis, costumava dizer que o País "tem um futuro imenso que escapa à nossa visão". Não se limitou, no entanto, às palavras, e, durante mais de trinta anos de vida pública, trabalhou para realizar seus desígnios.

Seus esforços certamente contribuíram para que tivéssemos um país melhor, mais moderno, mais justo.

Gelson Fonseca Júnior
Presidente da FUNAG

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO L. N. AMORIM, NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO CENTENÁRIO DE OSWALDO ARANHA

Brasília, em 5 de julho de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimos Senhores Parlamentares,
Senhoras e Senhores,

O Itamaraty sente-se honrado em receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, para celebrarmos o centenário do nascimento de Oswaldo Aranha. Este eminente homem público, político por vocação e diplomata por natureza, prestou, nesta Casa, notáveis serviços ao Brasil. A cerimônia que hoje realizamos impõe-se como gesto indispensável de reconhecimento e apreço por sua obra.

Oswaldo Aranha é um daqueles homens que a história produz com grande parcimônia. Sua trajetória política o singulariza numa geração de homens ilustres.

Entre os traços mais relevantes da figura de Oswaldo Aranha sobressai a sua devoção à vida pública. A partir da segunda metade dos anos 20, teve participação relevante - e, em alguns casos, decisiva - em virtualmente todos os eventos políticos importantes do País. Estar na vida pública era, por assim dizer, sua segunda natureza.

Orientava-se por firme sentimento de compromisso com o Brasil. Ao preparar, no Rio Grande do Sul, o levante de 30; em sua gestão à frente dos Ministérios da Fazenda e da Justiça; na Embaixada em Washington; como Chanceler; e na qualidade de Representante brasileiro na ONU, tinha a movê-lo a disposição de servir ao País, de contribuir para a realização de potencialidades que identificava e proclamava com convicção quase religiosa. Dizia que "o Brasil, sem ufania, tem um futuro imenso que escapa à nossa visão" e que seríamos grandes "com, sem e até contra a nossa vontade". Sua profissão de fé na grandeza do País serve-nos como modelo e inspiração, ainda hoje.

Seu patriotismo não era de palavras. Oswaldo Aranha tinha idéias muito claras e espírito de luta e disposição para transformar seu credo patriótico em realidade. Tinha, para utilizar expressão hoje em voga, um projeto de Nação, fundado na prevalência dos valores liberais. Acreditava na superioridade da democracia, na liberdade política e econômica e no diálogo como princípios da organização social. Sua participação no Estado Novo não deve prestar-se a interpretações enganosas. Opôs-se à Constituição de 37 e aceitou o cargo de Chanceler sob a condição de imprimir à política externa orientação claramente anti-totalitária e pan-americanista. E assim procedeu, mesmo confrontado com resistências poderosas.

Acreditava que o Brasil, mais do que qualquer outra nação, tinha uma vocação universal. Olhava a história brasileira e notava que o "Brasil é filho da diplomacia"; divisava o futuro e estimava que "nosso País não pode fugir à interdependência mundial". No Itamaraty, Aranha encontrou ambiente fértil ao pleno desenvolvimento de seus atributos de caráter e personalidade, que se evidenciavam sobretudo nos momentos cruciais. Um deles foi o período de 1934 a 1944, em que esteve, sucessivamente, à frente da Embaixada em Washington e da Chancelaria. Naqueles anos, enquanto, no Brasil, as necessidades de financiamento do desenvolvimento econômico reclamavam decidida ação estatal externa, no mundo, ampliava-se um conflito armado que assumiria proporções até então desconhecidas. Ao Governo brasileiro antepunham-se desafios importantes. Sabemos todos a importância de Aranha no engajamento brasileiro na luta contra o nazi-fascismo e de suas convicções pacifistas.

Outro período fundamental da obra de Oswaldo Aranha ocorreria ao fim da Segunda Grande Guerra, quando lhe coube, como Representante do Brasil, presenciar e influenciar os primeiros passos das Nações Unidas. Lá, sua habilidade negociadora, sua vivacidade intelectual e sua argúcia política - atributos que se complementavam com um notável senso de humor - fizeram-no ombrear-se com grandes nomes da época e valeram-lhe a estima e o respeito de todos. Foi Presidente do Conselho de Segurança e, por duas vezes, da Assembléia Geral, quando presidiu histórica Sessão em que se decidiu a criação do Estado de Israel.

Nas Nações Unidas, onde voltaria a servir a convite do Presidente Kubitschek, Oswaldo Aranha caracterizou-se pelo descortino. Lúcido e perspicaz, compreendeu os desafios dos novos tempos e a necessidade, que se impunha para um país como o Brasil, de trilhar caminhos inovadores. Ao deixar a Chefia da Delega-

ção do Brasil à XII Assembléia Geral, em 1957, propôs urgente redefinição de nossa política externa, em favor do apoio à libertação dos povos colonizados. Defendeu também o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, argumentando que "tentar ignorar a realidade é o erro dos erros na política internacional". Como tantas vezes ocorrera no domínio da política interna, também na esfera internacional, os fatos demonstraram a justeza das observações e a eficácia da atuação de Oswaldo Aranha.

Definia-se como um sonhador, que procurava realizar os sonhos que lhe vinham "do coração iluminado pelo amor, e que sempre foi, invariável, do próximo, do bem, da lei e da justiça". Desde os tempos de militância universitária na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, até morrer, quando se preparava para concorrer a eleições ao cargo de Vice-Presidente da República, fez do Brasil a sua causa. E o Brasil de seus sonhos, como ele próprio expõe em artigo n'*O Jornal*, em fevereiro de 1945, era o Brasil "de todos e não o Brasil de alguns. É o Brasil do povo, que estamos sentindo de novo nas ruas, nas praças, nos lares, falando, ouvindo, lendo e, acima de tudo, aspirando, como todos os demais povos, seus irmãos nas armas e nos ideais".

É essa visão de um povo vibrante, participante na vida nacional, que tem fé nas suas aspirações e na capacidade de torná-las realidade, é esse Brasil a que o Governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, tudo faz para servir com dignidade e entusiasmo, que hoje celebramos. Nesta cerimônia, honramos a memória de um grande brasileiro e renovamos nosso compromisso de servir aos nossos concidadãos, inspirados no exemplo de dedicação que nos ficou de Oswaldo Aranha.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

DISCURSO SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O BRASIL, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA O BRASIL, EM 26 DE ABRIL DE 1936 9

LIMITE, FRONTEIRA E PAZ - CONFERÊNCIA PROFERIDA NA UNIVERSIDADE DE BUCKNELL, PENSILVÂNIA, EM 8 DE JULHO DE 1937 13

DISCURSO DE POSSE NO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO, EM 15 DE MARÇO DE 1938 25

DISCURSO EM HOMENAGEM AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, RIO DE JANEIRO, EM 24 DE MAIO DE 1938 29

DISCURSO AOS MEMBROS DO CLUBE NACIONAL DE IMPRENSA, WASHINGTON, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1939 33

DISCURSO AOS MEMBROS DA SOCIEDADE PANAMERICANA E DA ASSOCIAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 03 DE MARÇO DE 1939 37

DISCURSO EM RESPOSTA À HOMENAGEM PRESTADA PELO EMBAIXADOR AFRÂNIO DE MELLO FRANCO, RIO DE JANEIRO, EM 23 DE MARÇO DE 1939 39

DISCURSO SOBRE SUA MISSÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, RIO DE JANEIRO, EM 23 DE MARÇO DE 1939 43

DISCURSO AO RETOMAR A PASTA DAS RELAÇÕES EXTERIORES, RIO DE JANEIRO, EM 27 DE MARÇO DE 1939 49

DISCURSO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DO PARAGUAI, RIO DE JANEIRO, EM 24 DE JUNHO DE 1939 51

DISCURSO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DO ARMISTÍCIO, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1939 55

DISCURSO PARA A COMUNIDADE BRITÂNICA, RIO DE JANEIRO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1942 59

DISCURSO POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR "HONORIS CAUSA" DA UNIVERSIDADE DE ROCHESTER, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 27 DE JANEIRO 1943 65

DISCURSO POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA II CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE ADVOGADOS, RIO DE JANEIRO, EM 7 DE AGOSTO DE 1943 69

DISCURSO POR OCASIÃO DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 22 DE AGOSTO DE 1943 73

DISCURSO DE POSSE NO CARGO DE PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DA AMÉRICA, RIO DE JANEIRO, EM 20 DE ABRIL DE 1945 75

DISCURSO NO FORUM "REPORT FROM THE WORLD", CLEVELAND, EM 10 DE JANEIRO DE 1947 81

DISCURSO PARA OS MEMBROS DO "DUTCH TREAT CLUB", ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 01 DE ABRIL DE 1947 87

DISCURSO DE ABERTURA DA II ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 16 DE SETEMBRO DE 1947 91

DISCURSO PARA OS MEMBROS DO "ECONOMIC CLUB OF NEW YORK", NOVA YORK, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1947 97

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA II ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1947 101

DISCURSO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, RIO DE JANEIRO, EM 1948 107

DISCURSO NA ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, RIO DE JANEIRO, EM 09 DE MAIO DE 1950 113

CONFERÊNCIA NA ESCOLA DE GUERRA, RIO DE JANEIRO, EM 1953 121

DISCURSO DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 19 DE SETEMBRO DE 1957 129

DISCURSO SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O BRASIL, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA O BRASIL, EM 26 DE ABRIL DE 1936

O rádio pode transmitir a palavra, mas não pode comunicar o sentimento. Nós desejamos apenas fazer sentir àqueles que nos ouvem neste momento, nossa admiração pelos Estados Unidos e nossa saudade do Brasil mesmo agora quando nos sentimos mais perto de todos vós, através do microfone de Sckenet. Estamos chegando de Boston de automóvel, após 7 horas de maravilhosa viagem através de regiões tão prósperas e ricas que me é difícil descrever. Aliás, não seria possível dizer em uma irradiação improvisada, da grandeza e da riqueza e da hospitalidade desse povo, menos ainda de como ele tem cercado de atenções a senhora do nosso ilustre Presidente e a todos nós aqui presentes.

Para nós como para todo o mundo, a civilização americana destaca-se das demais pelas suas características materiais e pela ausência de um sentido espiritual humano e superior. A verdade é que o progresso cultural desse país atingiu um grau de perfeição sem par, mas não é menos verdade que ele não caiu do céu, ao contrário, é o produto do esforço de um povo que adquiriu a capacidade de criar, de produzir e de construir essa grandeza com suas próprias idéias, com suas próprias mãos.

E assim como toda a ação pressupõe uma idéia e todo o efeito uma causa, toda a civilização é necessariamente precedida de um estágio cultural que lhe dá os fundamentos e as finalidades. Para nós brasileiros, detentores de um território imenso, há possibilidades tão grandes como a desse país e nada deve interessar mais do que conhecer os fatores da grandeza sem igual dos Estados Unidos.

Nós herdamos a unidade do Brasil, política e territorial, e eles uma faixa de costa que tiveram que alargar e unir através de lutas ásperas e atrozes. Nós tivemos o ouro, o ferro, o algodão e as frutas antes deles, e fomos no concerto universal uma potência naval bem mais considerável.

Compreender, pois, as razões da diferenciação do nosso processo civilisador, é a meu ver, o problema capital para nós.

Sem entrar em indagações profundas, que esta palestra, feita mais para matar saudades, não comportaria, eu quero dizer, resumindo nossas impressões de

viagem que, para mim, a razão do progresso americano, da sua grandeza e do seu desenvolvimento, está em que teve esse país mais escolas do que nós. Mais e melhores.

Deixando atrás de nós após uma demorada visita à Univesidade de Harvard, que começou há 300 anos com dois contos de réis e 80 livros, legados pelo padre que lhe deu o nome, e que possui hoje dois milhões de livros e um patrimônio de mais de dois milhões de contos, concluímos que foi, em verdade, a máquina humana que precedeu, propiciou e criou as máquinas que deram material e as instituições políticas e sociais que asseguram o surto dessa grandeza.

Estou falando da General Electric no Sckenet, que é uma fábrica de proporções gigantescas, mas que para atingir essas proporções foi antes e ainda é hoje uma escola de trabalho, um laboratório de investigações, uma casa de sábios, uma oficina de descobertas e invenções, a que o mundo deve muito do seu conforto atual.

A verdade é que a civilização americana é uma resultante de suas escolas e de suas universidades, da preparação física, intelectual, profissional e moral por elas realizadas nesse meio geográfico, dando aos filhos desse país de origens as mais diversas e de camadas as mais diferenciadas, um denominador comum físico, espiritual e cívico, que é o "American Civic". Ao entrar na escola todas as criaturas são mais ou menos iguais, pelo menos igualmente capazes de adquirir um mínimo de conhecimentos e noções considerados básicos e essenciais. Este mínimo de conhecimentos, que deve ser comum a todos os filhos de determinado país, é que dá o índice da civilização de cada povo, sua organização social e suas possibilidades atuais: tanto mais elevado é este estágio educacional, tanto mais feliz é o povo, mais progressista é o país, mais democratas suas instituições.

As escolas aqui deram, nos períodos obscuros e incertos da formação americana, quando no seu território se acumulavam raças as mais diversas, religiões as mais antagônicas, interesses os mais irreconciliáveis e paixões as mais violentas, a esta gente, normas, noções, idéias e princípios, sem os quais essa civilização seria impossível. Graças a essa obra educacional que ensinou ao americano a viver, a ler, a trabalhar, a plantar, a produzir, a calcular, a organizar e, ao mesmo tempo, a respeitar o seu próximo como a si mesmo, a dar a cada um o que é seu e amar o seu país acima de todas as coisas, foi que o seu progresso pôde exceder ao dos demais povos em extensão, rapidez, riqueza e solidez.

Houve aqui uma preparação cultural que não se perdeu pelas estrelas nem se extraviou nos sonhos da fantasia. A iniciativa, a solidariedade, a filantropia, a liberdade, a cidadania, a organização, a técnica, a higiene, a ordem e tantas outras características deste povo empreendedor, pacifista, hospitaleiro e simples, só a boa educação poderia ter dado, e só a má educação poderá tirar. Não nascem os indivíduos com esses atributos, e menos ainda os povos.

Nós, brasileiros, podemos e devemos fazer obra similar, porque temos na nossa terra e na nossa gente matéria-prima para uma obra maior e ainda melhor. E agora, quando o estrangeiro força as portas da nossa unidade política e da nossa

sociedade cristã, para subverter nossas instituições e as bases mesmas da nossa vida, é que nos devemos voltar todos, sem preocupações outras, para a obra comum da educação dos brasileiros, por tal forma nossa que a ninguém seja dado sequer imaginar que o Brasil possa ser colônia de outro regime, e os brasileiros escravos de outro credo.

Nossa família é exemplar e como ela exemplares devem ser nossas escolas, ligadas uma e outras pelo mesmo sentimento de dever para com o Brasil, para que o nosso futuro seja sempre próspero e feliz.

A democracia por nós adaptada exige, mais que qualquer outra forma de governo, uma opinião pública sadia e esclarecida, uma vez que os poderes básicos de nossa sociedade política assentam no indivíduo e emanam do povo. Não pode haver democracia onde cada um e todos os cidadãos não tenham consciência plena de seus direitos e deveres, e capacidade para o exercício dele. O nosso dever é dar isso, apenas isso, aos brasileiros, para que eles façam do Brasil a sua própria imagem, como os americanos fizeram os Estados Unidos.

Estes são os nossos votos.

LIMITE, FRONTEIRA E PAZ.

CONFERÊNCIA PROFERIDA NA UNIVERSIDADE DE BUCKNELL, PENSILVÂNIA, EM 8 DE JULHO DE 1937

É motivo de grande prazer para mim - embora receie que meu escasso inglês possa impedir a vossa participação neste prazer - estar aqui na vossa Universidade e falar-vos sobre um assunto que eu creio ser de interesse geral e jurídico para nós e para o nosso Continente.

Proponho-me explicar-vos como, numa era de pirataria e conquista, sucedeu que nós brasileiros formássemos e completássemos um país tão vasto, com um território de 3.285.316 milhas quadradas, que cobre, mais ou menos, a metade da área da América do Sul, limitado por todas as outras repúblicas do continente, salvo o Chile, e pelas Guianas britânica, francesa e holandesa.

Com o fim de tornar mais clara a minha exposição, procurarei dividi-la nos grandes períodos da nossa história, isto é, o Colonial, o Imperial e o Republicano, sob os aspectos que correspondem no título dessa Conferência "Limite, Fronteira e Paz".

Sabeis que o Brasil foi descoberto em 1500 pelos portugueses, e que foi uma colônia durante um período de 322 anos e um Império durante 67 anos, até 1889, quando se tornou uma República. É a mais vasta divisão geográfica e política de todo o continente americano - maior do que os Estados Unidos e, também, mais vasto do que a Europa. É o mais populoso dos países latinos, com uma população maior do que a da França ou a da Itália, as quais são tidas como as nações latinas mais avançadas.

É matéria de conhecimento comum que, imediatamente após terem sido conhecidas na Europa as primeiras descobertas de Colombo, o Papa Alexandre VI, em 1493, declarou em uma Bula que "*todas as terras descobertas e a serem descobertas a oeste e ao sul de uma linha traçada, de pólo a pólo, a 100° Oeste e Sul das Ilhas Açores, e que não estejam sob posse de nenhuma potência cristã, devem pertencer exclusivamente à Espanha*".

Essa linha de demarcação, inaceitável para a Coroa Portuguesa, foi modificada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Porém, mais tarde, verificou-se ser impossível aplicar a linha de demarcação do século XV, mais teórica do que real, mais espiritual do que temporal, mais religiosa do que geográfica.

Como única solução para as dificuldades, as duas Coroas, Portugal e Espanha, decidiram suspender suas contendas, e "concordaram em relegar ao esquecimento as exigências de rivalidade" surgidas da linha de demarcação e recomeçar tudo novamente, "declarando nulos e ocos a Bula de Alexandre e o Tratado de Tordesilhas e outros nele baseados".

Surgiu então o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Nesse documento, foi declarado que as partes contratantes "haviam resolvido pôr fim às disputas passadas e futuras e desistir de todas as ações e direitos que poderiam haver tido em virtude de tratados, acordos ou atos anteriores e observar duas regras, das quais a principal era a de que os marcos mais conhecidos, tais como cabeceiras e cursos de rios e montanhas mais importantes deveriam ser adotados na definição de fronteiras e, em segundo lugar, que cada parte deveria, ficar de posse daquilo que até então havia tido, exceção feita de concessões mútuas tais como para fins de conveniência, de maneira a que as fronteiras deixassem de ser, tanto quanto possível, motivo de controvérsia".

De conformidade com esses desígnios, uma linha, que se imaginou poder fornecer uma base para a demarcação de fronteiras, foi traçada entre a colônia espanhola e o Brasil, colônia de Portugal. Além disso, cada país, nas suas explanações e estabelecimentos, ultrapassara o que o outro julgava ser de sua esfera, de maneira que qualquer tentativa para traçar a linha era impossível.

Em conseqüência disso, pelo Tratado de El Pardo, em 1761, Espanha e Portugal anularam o Tratado de Madrid, e posteriormente, em 1777, concluíram o Tratado de Santo Ildefonso, cognominado um "Tratado preliminar" com o fim de "servir como base e alicerce ao tratado definitivo de limites" a ser traçado posteriormente pelas duas partes. Este foi o esforço mais definitivo "para atingir o propósito de efetuar uma linha praticável e conveniente entre as duas Coroas".

Entretanto, nunca foi cumprido. Em 28 de fevereiro de 1801, o Rei da Espanha declarou guerra à Rainha de Portugal, a seu reino e a seus domínios e, mais tarde, foram dadas instruções aos Vice-Reis e Governadores espanhóis na América do Sul para iniciarem as hostilidades contra o Brasil.

O Tratado de Santo Ildefonso foi assim rompido pela guerra e, no Tratado de Paz, concluído em Badajoz, em 6 de Junho de 1801, nenhuma medida foi tomada para o necessário restabelecimento ou para a restauração do *statu quo ante bellum*.

Iniciou-se nova era, depois da Paz de Badajoz, que nenhum país europeu, nem mesmo a poderosa e célebre Santa Aliança pode inibir: a era da independência das colônias sul-americanas do jugo europeu.

O Brasil e seus vizinhos, nas suas controvérsias relativas a fronteiras, conservaram-se como sucessores de Portugal e de Espanha e, por ocasião de sua independência, tiveram que fazer frente ao fato de que as pátrias-mães não lhes legaram nenhum tratado pelo qual pudessem determinar seus limites.

Por ocasião do advento da independência, a América do Sul era indivisa e indivisível. O estado precário da ciência geográfica e a enorme área de território desconhecido ou inexplorado, agravados pelas rivalidades e ambições políticas de duas raças e duas Coroas, criaram uma árdua tarefa para novos países.

A era colonial foi uma época de descobertas, de expansão e de conquista de novas terras, com o intuito de aumentar duas soberanias: a portuguesa e a espanhola. Era caracterizada pela aventura, pela força, pela ambição, pelas invasões cruéis, pelas perseguições e pelas ocupações impiedosas.

A história desse tempo, como o fluxo da maré, era uma guerra sem lei ou reta que anulava todos os tratados, todas as fronteiras reconhecíveis pelos novos países sul-americanos ou aceitáveis para eles.

Durante essa época, especialmente quando Portugal e Espanha estavam em guerra, os brasileiros, com suas "bandeiras", fizeram grandes aquisições de território, ampliando assim as fronteiras dos estabelecimentos portugueses na América. Quando veio a independência, todos os tratados entre Espanha e Portugal tendo sido abrogados, o Brasil e seus vizinhos, nas suas tentativas de fixar seus limites e assentar suas fronteiras, não tinham nenhum direito convencional, regra jurídica ou princípio legal, para seguir ou obedecer.

Os novos países da América do Sul iniciaram a sua vida independente sem terem conhecimento da área precisa de suas fronteiras e, como escreveu Basset Moore, "assim era o entendimento entre Espanha e Portugal, e sempre foi, desde então o entendimento entre seus sucessores".

Nessa situação continental, a colonização por Portugal e a expansão do Brasil, segundo um escritor argentino, "espalhou-se, como uma mancha de óleo em pergaminho, vagarosa mas seguramente, através da permeabilidade do mapa continental, de tal maneira que, quando as colônias se separaram das pátrias-mães, o Brasil ocupava cerca de metade da América do Sul".

Os brasileiros, durante a era colonial, exploraram o continente meridional inteiro, e, em pequenos grupos, as suas chamadas "bandeiras" penetraram até quase o Pacífico. As barreiras das florestas e dos pântanos tropicais, a tediosa travessia de nossas imensas campinas não detiveram esses valorosos pioneiros que alcançaram os próprios Andes na sua avançada. O que é fora de dúvida, entretanto, é que eles tinham a noção da proporção do quanto podiam conservar. Abandonavam, voluntariamente, as terras que julgavam inconvenientes ou sem proveito manter, mas conservaram e defendiam as outras que formam o Brasil de hoje.

A era colonial foi a era de limites, mas a noção de limites naqueles dias não era a de hoje e devemos mostrar onde está a diferença.

A noção de limites é hoje objetiva e universal. Nós temos limites em tudo e para tudo. Não há idéia ou ato que não implique a consideração de limites. Mas é

verdade também que nós sempre encontramos o limite onde nos é mais conveniente colocá-lo. A natureza, por si mesma, não tem limites e somos nós que estabelecemos o limite onde o queremos ou onde o necessitamos, mas tal limite cria uma nova zona que novamente requer limitação, e assim por diante, ilimitadamente.

A noção de limite é em si mesma artificial, é uma convenção, uma criação da humanidade. Eis porque, quanto mais civilizados e cultos nos tornamos, mais vamos adquirindo a noção exata do limite. Eis porque a lei é uma regra de limite e a vida limitada pelos direitos do próximo. E o que é verdadeiro para o indivíduo é verdadeiro para os povos.

Porém, deveis lembrar-vos de que a noção de limite é também dinâmica em si mesma, porque a vida não se detém e é um eterno ciclo de movimento e de curiosidade.

Essas idéias gerais da noção de limite dão a psicologia de indivíduos e de povos.

Toda a atividade humana é uma corrente de esforços tendentes à criação de novos limites.

Geógrafos, historiadores e juristas têm reconhecimento que o limite na história, na geografia e no direito, tal como é conhecido hoje, é apenas a base para expansões de amanhã, porque a tendência natural de todos os grupos tem sido e é a de crescer e de ampliar seus territórios e horizontes.

Essa tendência resulta da natureza humana e da expressão do instinto dos povos.

Por essa razão, a concepção romana de *Limes* e *Fines* dominou todos nossos estabelecimentos na América, porque era baseada na natureza humana.

Para os romanos, o *Limes* era uma linha, um limite do qual se originava o *Fines* do Império, ou sua base de expansão política e territorial. Os limites eram, praticamente, linhas simbólicas por intermédio das quais as organizações administrativas e militares se preparavam para o Fines, ou a expansão, que era um movimento organizado, um empreendimento racional, uma finalidade do povo romano e de seus governos.

A política de delimitação era para eles uma redução do poder de expansão e de domínio.

Ela era impraticável na era romana e também na era colonial na América.

O conselho de Pasquier a um dos Reis de França: "Para bem delimitar vosso reino, é necessário primeiramente que fixeis limites razoáveis a vossas esperanças e desejos", era um absurdo naqueles tempos. Portugal e Espanha não tinham limites na América, senão linhas pelas quais tentavam criar novas fronteiras na sua ambição natural de expansão no novo continente, pois o limite era uma linha restritiva, e suas fronteiras uma zona aberta. O limite era somente um termo geográfico, e a fronteira uma necessidade política.

A fronteira era um processo de competição entre duas jurisdições, entre duas influências, o contato de duas expansões, uma zona de um problema de domínio, uma região de debate, um fruto de conquista, e era organizada com novas conquistas em vista.

A fronteira era uma limitação e o limite uma delimitação. Uma era unilateral e a outra bilateral; o limite era um princípio de divisão e a fronteira era um princípio de expansão territorial e unidade política.

O interesse, tanto de Portugal como da Espanha, era o de manter suas fronteiras e não o de determinar os limites de suas colônias.

Nos períodos primitivos da história da sociedade humana, tais como os da Antigüidade ou da Idade Média, o limite tanto para o indivíduo como para os povos, correspondia à mera necessidade subjetiva ou a um padrão de vida íntima ou interior.

Era uma criação do espírito para a satisfação do espírito, uma convenção política ou religiosa para os povos, cuja utilidade era a criação de um símbolo de fé ou de domínio.

Nos tempos modernos, com a multiplicação dos povos, com o progresso político, jurídico e social, o limite corresponde a uma necessidade objetiva e universal. O limite é, hoje, o primeiro dever de Estado, e a delimitação é a própria base de paz.

Ao período colonial seguiu-se o Império do Brasil, que iniciou a demarcação prática de suas fronteiras com as novas Repúblicas independentes do continente.

Desde o início de sua vida independente, o Brasil se esforçou no sentido de entrar em acordo com todos os seus vizinhos, em relação aos limites territoriais. Herdamos as rivalidades entre Espanha e Portugal, todas suas questões sobre fronteira, e recebemos um imenso território que estava praticamente sem limites estabelecidos. Éramos um Império, no meio de repúblicas, e éramos portugueses entre os espanhóis; nossa língua era diferente, diferentes os nossos hábitos, e estávamos sós no meio deles.

A Espanha dividiu suas terras em Vice-Reinos, dando a cada um seus próprios limites. Esses limites, que eram fixados por decreto, e válidos entre espanhóis, não eram e não podiam ser aceitos ou reconhecidos pelos portugueses. O problema de posse e domínio, de fato e direito, transplantado do direito civil para o direito internacional, debatido mas não resolvido durante a era colonial, deu origem a muitas dissensões nas relações e na vida das nações americanas recém-criadas.

Os Vice-Reinos espanhóis tornaram-se independentes e suas confusas divisões administrativas, que tinham sido ditadas pela Espanha para caracterizar zonas mal conhecidas, geraram, mesmo entre países que haviam tido a mesma formação e origem, muitas dúvidas, discórdias e questões que infelizmente tiveram um trágico desfecho nas Guerras Cisplatinas, nas lutas entre o Chile e o Peru, entre a Bolívia e o Paraguai, e, ultimamente, no caso de Letícia, assim como em muitos outros casos.

As questões com o Brasil foram, por conseguinte, muito mais graves, primeiramente porque a Espanha e Portugal nunca chegaram a um completo entendimento em relação aos limites entre suas colônias, especialmente entre seus territórios americanos; em segundo lugar, porque o Brasil, não estando sujeito à jurisdição

espanhola, não podia considerar-se ou ser considerado obrigado pelos atos da soberania espanhola e em terceiro lugar, porque, por ocasião da proclamação de sua independência em 1822, o Brasil não podia aceitar os limites espanhóis de 1810.

Tendo sido proclamada a independência, qual seria, então, a regra para delimitação das novas nações americans?

Não havia limites *in actu*, mas *in potentia*. Essas eram as divisões administrativas estabelecidas pela metrópole espanhola.

Essas divisões eram as únicas adotadas com o propósito de serem evitados questões territoriais entre os novos países espanhóis.

O ponto de partida para a divisão de novos países foi a "posse teórica pela Espanha no ano de 1810", quando se iniciou a era de emancipação. Isso era chamado o *uti possidetis de 1810* o qual, nos congressos e mesmo nos tratados, foi daí por diante considerado o "princípio do direito americano", relativamente às questões de território e de limite.

Um notável escritor colombiano afirmou: "O princípio que é universalmente aceito na América para demarcação de fronteiras é o *uti possidetis juris de 1810*, isto é, cada país reivindica a posse pelo direito de todo o território que, de acordo com as divisões políticas ditadas pela soberania ou fixadas pelo tratado vigente, constituiu uma colônia espanhola ou estrangeira até 1810, a data da Revolução. Esta base de demarcação é invulnerável, porque é a única justa e possível e não é suscetível de modificação, exceto em certos pontos, sobre os quais os países interessados poderão fazer concessões recíprocas com o fim de obterem fronteiras definidas que melhor se coadunem com seus legítimos interesses".

Esse "princípio americano", baseado na posse teórica pela Espanha no ano de 1810, foi invocado pela primeira vez na Colômbia em 1819, antes da independência do Brasil, e foi estabelecido como base de demarcação pelo Congresso do Panamá em 1826 e reafirmado pelo de Lima em 1847.

O princípio, em si mesmo, era absurdo; primeiramente, porque a posse teórica pela Espanha em 1810 não tinha controle geográfico; em segundo lugar, porque a posse teórica espanhola se opunha à posse real por Portugal.

Foi por esse motivo, como bem expõe o notável jurista argentino León Suarez, com uma imparcialidade digna de ser imitada, que "a questão se complicou, quando estavam prestes a ser resolvidos, não somente os limites entre as nações hispano-americanas, mas também entre estas e o Brasil, que é limitado por todos os países sul-americanos, com exceção do Chile".

O Brasil não se tinha sujeitado à Espanha, e não poderia, naturalmente, considerar-se dominado pelos atos de soberania ou pela jurisdição da Coroa espanhola, e nem mesmo por meio de convenções, princípios ou recomendações, que consultavam somente os interesses das novas Repúblicas hispano-americanas e que procuravam restabelecer as divisões administrativas entre Vice-Reinos e províncias da Espanha Colonial.

Enquanto os espanhóis apoiavam as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso como base para a solução das questões de limites, os brasileiros, favorecidos

pelas estipulações do Tratado de Badajoz, sustentavam que, em questões territoriais, não se poderiam considerar limitados por nenhuma linha histórica, porquanto o Tratado de Paz de 1801 não somente deixara de restabelecer o Tratado de Santo Ildefonso, *o statu quo ante bellum*, mas, como pelo contrário, estabelecera expressa e indubitavelmente *o statu quo post bellum*, o qual não se podia determinar naquele momento, e sim quando as questões de limites entre o Brasil e cada um dos seus vizinhos tomassem forma concreta.

A tese do *uti possidetis juris* de 1810, artificial e destituída de base geográfica ou jurídica, o jovem Império do Brasil opôs a tese do simples *uti possidetis* do Direito Civil.

A proposta do Brasil, em clareza e propósitos pacíficos, desafia qualquer outra: o Brasil desejava aquilo que possuía, real e efetivamente, ao tempo da sua Independência, com ou sem títulos, quaisquer que fossem esses, e não aquilo que tinha direito de possuir. Era o princípio do *uti possidetis*: o reconhecimento da soberania do Estado sobre o território por ele ocupado, até o limite real e efetivo dessa ocupação, no momento das conversações para a delimitação territorial.

A fórmula espanhola só poderia ser aplicada entre povos que se originassem de uma única soberania e que, mais tarde, se dividissem para formar nações independentes. Mesmo assim, uma tal aplicação desse conceito não tem sido fácil como o provam as disputas que, mesmo hoje em dia, têm lugar entre os países de origem espanhola, muitas das quais são praticamente sem solução.

O problema da demarcação de limites com o Brasil deveria ser, portanto, de solução extremamente difícil.

A realidade, porém, é diferente.

A capacidade revelada pelo povo brasileiro na descoberta, ocupação e conservação de tão imenso território, durante um período de conquistas, lutando contra espanhóis, franceses, holandeses e finalmente contra os próprios portugueses, não poderia deixar de criar, igualmente, um espírito nacional, uma consciência jurídica e um poder político. Criou também uma vocação internacinal.

Os espanhóis e portugueses tinham idênticas condições geográficas e a mesma religião e, apesar de falarem idiomas diferentes, tinham também a mesma ambição política de expansão e domínio.

Como pode, portanto, ser explicado que, enquanto o Brasil mantinha sua unidade política e territorial no período de sua Independência, o domínio colonial espanhol, então dividido em quatro únicos Vice-Reinados, viesse a ser desmembrado em dezenove Repúblicas?

Isto foi devido a terem os brasileiros, apesar de assolados por conquistas e invasões, adquirido um espírito nacional, bem como ao fato de ter sua Independência resultado de um processo de amadurecimento, de resultados políticos e geográficos, na hora da libertação continental.

Esta virtude política que criou a unidade territorial e política do mais vasto país da América, estava destinada a contribuir, como nós o demostraremos, para os Anais Americanos, na hora da demarcação dos limites das novas Nações do conti-

nente, com uma política de conciliação geral, de ordem continental e de paz geral no Continente.

A história do gênio político que criou esta atmosfera, propícia à solução pacífica de rivalidades e contendas de mais de 100 anos, é a história da política internacional do Brasil.

Caracteriza-se pela forma por meio da qual o Brasil delimitou suas fronteiras com todos seus vizinhos, os quais eram não só os novos países espanhóis, mas também poderosas nações como a Holanda, a França e a Inglaterra.

A razão disto baseia-se no fato de que a fronteira é mais o fundamento da unidade nacional do que uma linha histórica.

Um limite, como já o demonstrei, era um termo geográfico, um linha voluntariamente traçada; mas a fronteira foi sempre um ato de supremo domínio e não um fato geográfico.

Lord Curzon, no seu notável trabalho sobre fronteiras, escreveu:

> "É digno de nota o fato de que, conquanto Fronteiras sejam o principal motivo da ansiedade de quase todos os Ministérios de Estrangeiros do mundo civilizado, bem como a causa de 4/5 de todos os tratados ou convenções políticas do momento, não haja ainda, que eu saiba, um único trabalho ou estudo, em qualquer língua, que se dedique exclusivamente a este assunto. Isto é tanto mais digno de nota se considerarmos que a política de fronteiras é de importância prática primordial e tem efeito mais profundo em relação à paz, ou guerra entre nações, do que qualquer outro fator. Pode-se procurar com atenção nos catálogos das bibliotecas, pode-se buscar com afinco nos índices de famosos trabalhos históricos, pode-se estudar os trabalhos dos intelectuais e verificar-se-á que esta matéria é quase que completamente ignorada".

A fronteira era simples objeto de estudo dos geógrafos, os quais, justamente porque sempre existira uma geografia que se antecipava à história, foram os primeiros a fixar a idéia real de fronteira.

Ratzel, na sua Antropogeografia, chamou a fronteira de linha divisória do 3º grau, porque não era somente uma linha física mas também uma manifestação de desígnios humanos, uma criação coletiva, um órgão do Estado.

Não há dúvida de que fronteira não é a linha que divide os territórios de dois países mas sim uma realização política, criando resultados políticos. É uma instituição de ordem pública incorporada aos princípios básicos de cada nação. É uma linha de contato entre duas raças, duas autoridades, duas políticas. Não é propriamente uma linha, e sim uma zona que não está sujeita a regras topográficas mas a

um regime jurídico, a uma organização política, social e econômica, do Direito Público e Internacional.

É necessário frisar que fronteira é uma zona territorial completa, que precede a delimitação e ultrapassa o limite, com o qual não deve ser confundida, porquanto resulta de regras internas e internacionais.

Do ponto de vista do Direito Público Interno, a fronteira, representando a unidade e a coesão dos Estados, assume o papel de uma instituição criada com a finalidade de defesa, disciplina e organização nacional.

É uma zona de serviço público distinta de outras zonas internas. A fronteira fiscal, marítima ou militar pode estar sujeita, por exemplo, a regras e leis especiais não aplicáveis ao resto do país.

Do ponto de vista internacional, é uma zona de contato, de relações, uma região de ligação entre dois países, um território misto, produto da união de duas zonas de influência diferentes ou de interesses de povos e governos.

Assim como o homem, que não pode viver sem corpo, o Estado não pode existir sem território e, este último, sem fronteiras.

Marcel Sibert, em seus estudos a respeito de fronteiras internacionais, disse: "São produtos da história e, seus resultados, felizes ou infelizes, são conseqüência de fatos e de tempo".

Eu vos direi agora como o Brasil Independente tentou realizar esta tarefa, transformando a idéia de limite da era colonial na idéia de fronteira, base de vizinhança, de cooperação e de paz.

O Império fez saber a todos que o Brasil estava pronto a negociar tratados de limites baseados no princípio geral do *uti possidetis* e que não tinha intenções de aumentar suas possessões territoriais em detrimento de outras fronteiras nacionais.

Em 1825, o Brasil declarou nulo e sem valor o ato do Governo do Estado de Mato Grosso que incorporara ao Brasil a Província boliviana de Chiquitos acedendo à proposta que, nesse sentido, lhe fora feita pelo Governador da Província, revoltado contra o Governo boliviano, rejeitando assim a proposta do célebre Bolivar.

O decreto do Império declara: " o referido ato é, por este decreto, desaprovado e declarado nulo", que era de estranhar que ele (o Governo do Estado) houvesse avaliado tão mal os sentimentos do seu Soberano a ponto de ousar admitir que o Imperador pudesse louvar, pela sua simples utilidade prática, aquilo que é contrário aos princípios do Direito Público, reconhecido por todas as nações civilizadas, quando é sabido de todos que o Imperador é invulneravelmente guiado pelos princípios mais sãos de justiça e política, procurando o bem-estar da Nação que governa, sem violar jamais os direitos de outrem".

Para completar este aviso imperial, o Governo ordenou, mais tarde, que a propriedade tomada pelas forças invasoras fosse restituída a seus legítimos donos, "visto que foi nossa a agressão".

Estes fatos, e o decreto mencionado, são extremamente importantes, porque exprimem e acentuam a conduta internacional seguida pelo Brasil, sem interrupção, desde sua Independência até o dia de hoje, na solução das suas questões de limites com outras nações.

A mensagem do Visconde do Rio Branco ao Governo Paraguaio, em 1857, definindo a atitude do Brasil em relação a problemas territoriais, é um documento não menos importante:

> "Os limites do Brasil com as outras Repúblicas Americanas que com ele confinam não podem ser estabelecidos por tratados existentes entre Espanha e Portugal, exceto se ambas as partes contratantes desejam adotar tais tratados como base de demarcação de suas fronteiras. Os convênios pelos quais as Coroas de Portugal e da Espanha tentaram dividir terras ainda não descobertas conquistadas na América, e delimitar as possessões já estabelecidas no Continente, nunca produziram os efeitos desejados. As dúvidas e incertezas decorrentes de tais estipulações, as inconveniências resultantes de uma ou outra parte, e, finalmente a guerra, tornaram inúteis, sucessivamente, tais acordos, e estabeleceram o direito de *uti possidetis* como sendo o único título e a única barreira contra a usurpação por parte de um ou de outro, assim como por parte de suas colônias na América do Sul.
>
> .....
>
> .....
>
> O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de lei escrita para a demarcação de limites com os Estados vizinhos adotou e propôs as únicas bases razoáveis e eqüitativas que podem ser invocadas:
>
> O *uti possidetis*, sempre que este exista, e as estipulações de 1777, quando estas estiverem de acordo e não se oponham as possessões atuais de uma e outra parte contratante.
>
> Estes princípios, em si próprios aceitáveis à razão e à justiça, têm sido estabelecidos no direito público universal. Se tivessem que ser refutados, o único princípio regulador da matéria seria a conveniência ou a força de cada nação".

De acordo com essas regras, vindas dos nossos primeiro e segundo Imperadores ou dos estadistas do primeiro e do segundo período do nosso Império, solucionamos todas nossas questões de fronteiras com os onze países que nos rodeiam, tendo sido necessário apelar para a arbitragem somente nos casos com a França, Inglaterra e Argentina. Nossa atitude, quando falhava a negociação direta, era a de propor o estabelecimento de uma zona neutra, a qual seria cedida a uma das partes, por arbitragem. A questão da Guiana Francesa foi solucionada a nosso favor pelo decreto

do Presidente do Conselho Federal da Suíça, em 1900. A questão inglesa foi decidida pelo Rei da Itália, o qual dividiu ao meio a zona neutra, concedendo desta forma à Inglaterra uma zona maior do que a que ela até aí reclamara. Esta decisão foi considerada, por juristas internacionais, como tendo exorbitado os poderes de arbitragem, pois as funções de árbitro eram as de decidir a questão de fronteira de acordo com as reclamações das partes litigantes, enquanto ele resolveu, tentando seguir o exemplo de Salomão, dividir o território entre os dois contendores. O Brasil, porém, fielmente se ateve à decisão, porque considerou mais vital a preservação do princípio da arbitragem do que a conservação do território disputado.

A contenda com a Argentina foi resolvida em nosso favor pelo Presidente Grover Cleveland, à memória do qual, assim como à de outros grandes estadistas americanos, o povo brasileiro paga tributo de admiração. Posso quase dizer que não há uma única cidade importante do Brasil onde não exista uma rua, avenida ou praça com o nome do Presidente Cleveland.

A Argentina, em relação a essa decisão, deu ao mundo um nobre exemplo de adesão ao princípio da arbitragem.

Os limites do Brasil se estendem hoje sobre 9.700 milhas de fronteira marítima e 4.700 de fronteria marítima.

O Brasil não tem a mais simples questão territorial a ser solucionada, nem a mais simples disputa a ser confiada à decisão dos tribunais internacionais.

A fronteira, motivo perene de lutas e guerras, foi transformada pelo Brasil em fundamento sólido de boa vizinhança e de paz.

Não acredito que exista outro país, com fronteiras tão extensas confinadas com onze outros países, que tenha, tão pacífica e solidamente quanto o Brasil, delimitado seu território e sua soberania sob a égide do Direito somente.

O Brasil acredita na força do Direito e na soberania da Lei, e tanto sua política como sua unidade foram inspiradas e fundamentadas na prática destes princípios e destas regras.

A República, proclamada em 1889, cristalizou esta tradição política quando estabeleceu, na Constituição, o princípio da arbitragem como sendo a única base para a solução dos conflitos internacionais, tornando-se, desse modo, possuidora da primeira Declaração de Direitos que adotou um tal princípio:

> "Art. 34. O Congresso Nacional tem competência exclusiva para:
>
> .....
>
> .....
>
> § 11 - Autorizar o Governo a declarar a guerra, quando não couber recurso a arbitragem ou no caso de insucesso da mesma, e a fazer a paz..."

Quando a Constituição foi reformada em 1934, este princípio foi ampliado ainda mais pela condenação das guerras de conquista:

"Art - 4º - O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação".

Restava com o Brasil apenas, Senhores, uma questão a ser resolvida. Quando o Brasil reconheceu, em 1828, a independência do Uruguai, estipulou-se que os limites deste último com o Brasil ficariam estabelecidos ao longo da margem uruguaia da Lagoa Mirim e ao longo das margens uruguaias dos rios Jaguarão e Quaraí. O Uruguai ficou, desta forma, privado da livre navegação da Lagoa e desses rios limítrofes.

O Brasil é grande e poderoso em comparação a seus vizinhos espanhóis, e especialmente em relação ao Uruguai, país menor do que a maioria dos 21 Estados do Brasil. Mas esta estipulação, restringindo a livre navegação da Lagoa e dos rios, o que acarretava praticamente a perda de uma faixa de território ao longo da margem uruguaia, repugnava aos estadistas da República do Brasil.

Em 1913, por sua própria inicativa, o Congresso do Brasil inspirado pelo Barão do Rio Branco, filho do Visconde do Rio Branco que, em 1857, definira a política do Império, decidiu conceder ao Uruguai não somente o direito de livre navegação da Lagoa Mirim e dos rios acima mencionados, mas, e o que é mais importante, o condomínio da região, baseado em que "a fronteira é zona de interesse comum, de amizade e de vizinhança e não uma linha de exclusão de duas soberanias".

Eu vos agradeço a indulgência que tivestes ao escutar-me e considerar-me-ei feliz se, ao findar esta conferência, tiver conseguido vos dar uma idéia das condições em que se processou a delimitação do Brasil, e que é uma síntese do espírito de conciliação e de fraternidade que domina o nosso Continente, sob a inspiração de vossa grande Democracia.

DISCURSO DE POSSE NO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO, EM 15 DE MARÇO DE 1938

A minha vida pública é de ontem, contemporânea de todos vós. Sabem, assim, Sr. Ministro, quantos nos honram com sua presença a esta solenidade, que eu não o vim substituir, mas continuar, mesmo porque neste departamento da vida do nosso país, a coerência fez-se continuidade e esta tradição inviolável.

Somos, Vossa Excelência por uma longa e brilhante carreira e eu pela minha missão em Washington, funcionários desta casa.

Foi uma grande honra para mim entrar após ter exercido as mais altas e responsáveis posições na vida política do meu país, há três anos, para o Itamaraty.

Considerei sempre, como devem considerar todos os brasileiros, uma nobre missão a de vir trabalhar à sombra desta casa, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades.

Não tem o nosso país atalaia mais alta na sua história de benemerências, nem mais nobre lição de pacifismo, e de devoção à justiça de outro povo aos demais, do que aquela que se contém nos anais diplomáticos da formação do Brasil.

A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhaça, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica universal.

A ela deve o nosso povo a parcela maior de suas grandezas, a configuração de suas fronteiras imensas, a conquista de sua unidade, a estrutura de suas soberania, a confiança dos demais povos, e, mais que tudo, o uso e gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo em meio de lutas e de guerras.

Herança do Império desdobrada pela República, a nossa diplomacia é, hoje, uma instituição nacional, inviolável em sua coerência, sagrada em suas tradições, definida em seus fins, clara em seus meios, na qual podem e devem confiar todos os brasileiros como nela têm confiado e confiam os demais povos.

O povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz.

A obra pacífica do Brasil, no continente e no mundo, não foi nem é traçada por conveniências ou interesses.

É idéia, é sentimento, é educação e é moral - é atitude tradicional do povo e do Estado brasileiros.

Não houve nem haverá lugar entre nós, dada a nossa índole e formação, para outra política senão aquela - *suaviter in modo et fortiter in re* - que presidiu à nossa evolução e há de fortalecer e alargar a nossa grandeza.

Representando o nosso governo nos Estados Unidos da América do Norte, o maior centro de convergência das atenções e atividades universais, pude bem medir o respeito por essas nossas tradições e bem avaliar o prestígio da nossa conduta continental e internacional.

É que, meus senhores, a política internacional do Brasil foi sempre uma expressão da opinião nacional do Brasil.

É só na vontade do povo, na consulta a sua opinião e aspirações, que a paz encontra a sua segurança.

Os governos e os homens nem sempre têm sido bons intérpretes dos seus povos.

Neste erro tiveram suas origens todas as guerras.

É na subordinação dos governos aos seus povos que as nações devem procurar a boa inspiração para os seus destinos, e a solução para os problemas da comunhão universal.

Esta prática, sempre seguida pelo Brasil, foi a base na qual assentou a obra da paz realizada exemplarmente pela civilização brasileira no decurso da sua história e no concerto das nações.

Acreditou-se, num dado momento, que a economia, tornada substância da política, acabaria por inaugurar uma era de cooperação pacífica entre os povos, favorecida por interesses comuns.

Outras soluções foram sugeridas e até adotadas, desde as da força até as do isolamento, como sendo as melhores para manter e desenvolver os meios e instrumentos apropriados à solução pacífica dos problemas e conflitos universais.

A verdade, porém, é que ao termo de tão longos esforços e atormentadas experiências, chegamos todos quantos procuramos o bem estar universal à conclusão de que a paz, a sua segurança e a sua manutenção, residem afinal na obediência dos governos à vontade popular e no respeito das nações à opinião dos seus próprios povos.

O Brasil, justamente porque conduziu sua política internacional consultando sempre a vontade, a aspiração e a opinião de seu povo, é um modelo de cooperação, de desambição e de paz no concerto das nações continentais e mundiais.

O governo atual, malgrado as falsas interpretações de quantos ignoram a sua origem e a sua razão de ser, fundou a sua política exterior nas fontes mesmas da tradição e da opinião do Brasil.

O eminente Chefe da Nação tem dado, na política internacional do seu governo, as demonstrações mais definitivas de sua fidelidade às nossas tradições diplomáticas, procurando alargá-las e consolidá-las pelo fortalecimento de uma política continental de boa vizinhança e de amizade com os demais povos.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, devotou-se por forma exemplar a esta política, cooperou sem reservas nesta obra, e serviu, com o realce de sua cultura, de sua experiência e de seu patriotismo, ao nobre guia que, afortunadamente, preside os destinos do Brasil.

Cabe-me, agora, ocupar o lugar de Vossa Excelência no Itamaraty e a Vossa Excelência caberá muito breve ocupar o meu lugar em Washington.

O nosso revezamento nesses postos é, apenas, uma reafirmação da política a que ambos servimos e uma oportunidade a mais para estreitarmos a confiança e a amizade que, no exercício deles, uniu os nossos esforços comuns pelo Brasil.

Meus companheiros de trabalho, serei no Itamaraty um dos secretários do Presidente da República, adstrito unicamente ao exercício desta função, executor de suas determinações, representante de sua autoridade e responsabilidade.

O êxito da minha gestão, em grande parte, dependerá de vós, da vossa cooperação, de vossa contração ao trabalho, de vosso devotamento aos interesses confiados pelo governo a cada um e a todos nós.

A responsabilidade de uma função pública mede-se pela conseqüência dos erros mais do que pelo benefício dos acertos.

A diplomacia, acima de qualquer outra ação governamental, envolve graves responsabilidades pessoais, uma vez que um só ato nosso, aqui ou no exterior, pode comprometer a honra, a integridade ou a paz do Brasil.

A nossa tarefa será cada dia mais delicada, porque a situação internacional se complica de hora a hora, exigindo de nós uma vigilância e uma atividade sem tréguas.

Devemos, pois, assumir estas reponsabilidades, com a consciência de que na partilha dos sacrifícios impostos a todos os brasileiros, nos cabem os mais pesados e os mais sérios.

A desordem universal não pode passar as nossas fronteiras, nem sequer contaminar a vida do Brasil.

Seremos aqui, e em nossos postos, distribuídos pelo mundo todo, os alertadores da nação brasileira, que, em meio da confusão geral, pela vontade de seu povo, pela decisão de seu Chefe, pelo devotamento de suas classes civis e militares, quer continuar a engrandecer-se e a viver em paz, pela paz e para a paz.

DISCURSO EM HOMENAGEM AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, RIO DE JANEIRO, EM 24 DE MAIO DE 1938

24 DE MAIO DE 1938.

A visita de Vossa Excelência, de sua Exma. Senhora e dos seus eminentes compatriotas não foi somente motivo de desvanecimento para o governo e o povo brasileiro, mas um ensejo, por nós procurado, para podermos reafirmar solenemente a confiança, a admiração e a amizade inalteráveis do Brasil pelo Chile e pelos chilenos. As minhas palavras, nesta hora, resumem, apenas, a expressão de um sentimento que, nos poucos dias de convivência conosco, puderam Vossa Excelência e seus eminentes companheiros sentir e até apalpar no coração dos brasileiros. É para mim uma honra, em nome do governo e do povo do Brasil, fazer esta afirmação a Vossa Excelência, saudando a Nação chilena na pessoa do seu eminente Chanceler e na dos nossos ilustres hóspedes.

Herdeiro de um nome consagrado na alta administração pública, na política e nas letras jurídicas do seu país, timbrou Vossa Excelência, a despeito de se abrirem à sua frente as portas de todas as carreiras fáceis, em terçar as primeiras armas em prélios onde não medra o favoritismo, até conquistar o lugar que lhe havia de caber pela sua inteligência, pela sua cultura e pela sua capacidade - e de substituto, na direção do Ministério da Relações Exteriores do Chile, do grande homem de Estado, cujo nome evoca sempre gratas recordações entre nós, Doutor Miguel Cruchaga Tocornal. Antes de atingir esta posição, impôs-se Vossa Excelência à consideração dos seus concidadãos pelos serviços prestados à sua pátria no foro, no Parlamento e na magistratura. Preferindo, sem hesitar, os triunfos conquistados pela luta e pela disciplina do espírito às posições dispensadas aos bem nascidos, Vossa Excelência deu mostras das qualidades essenciais e destacadas que constituem o apanágio dos chilenos.

O que nos impressiona em seu país, Senhor Ministro, entre tantas causas para admirar, é justamente esse esforço de ascensão do homem para alcançar os mais altos, nobres e fecundos objetivos humanos. Felizes os povos capazes de

transcender suas próprias contingências e aspirar a plenitudes espirituais, porque só eles alcançam uma existência histórica. A natureza e o espírito estão sempre em tensão, porque somente quando domina e disciplina a natureza, o espírito se realiza amplamente. Admirável gente essa do Chile, que vencendo todas as resistências telúricas - o deserto, o abismo, os penhascos, o sol ardente, os terremotos e os acidentes de toda natureza, na terra como no mar e até nos céus - , soube abrir o seu espírito ao progresso e às idéias generosas.

A civilização se mede pelo maior ou menor domínio do território pelo seu povo. Não conheço geografia mais dramática do que a chilena e, por isso mesmo, civilização mais digna de ser admirada e povo mais merecedor do respeito de outros povos. O seu país é o exemplo vivo do valor dos contrastes e da influência das oposições no processo civilizador. As naturezas fartas e monótonas, com horizontes sempre iguais e riquezas fáceis, não estimulam o homem nem o progresso humano. Apertado pelos Andes, o Chile abriu-se sobre o Pacífico, que lhe deu unidade, espaço e destino: no Norte alcançou uma terra árida sob um céu de brasa, e no Sul afundou-se no mar e nas neves eternas. O roteiro de Almagro e de Valdiva, porém, haveria de ser, como foi, arrancado à própria natureza áspera e brutal e transformado num trato amorável de terra, com seus jardins cobertos de flores, seus pomares, suas vinhas, seus vergeis, suas lavouras e suas cidades, onde uma raça jovem e viril se entrega a todas as conquistas do progresso e a todas as criações do espírito. A terra dominada e o homem dominador haveriam de criar uma raça robusta, fecunda, forte, propensa a trabalhar, a lutar e a vencer. Esta é a gente chilena, filha da terra funda, da terra áspera e da terra alta, embalada por terremotos, amiga de seus vulcões e por isso mesmo senhora heróica e admirada de um grande destino que cada dia há de ser maior.

As sociedades mais vigorosas são aquelas que reúnem à variedade geográfica a unidade espiritual. O Brasil e o Chile realizaram esta suprema aspiração dos povos, que é a meta mesma da América. Sente-se neles um esforço contínuo a fim de ultrapassar os limites que lhes impõe a terra para se completarem, acima de seus sentimentos nacionais, em uma comunhão ainda maior. A nossa vizinhança, por isso mesmo, não tem fronteiras, porque não há limites, nem distâncias, nem marcos para países irmanados pelas mesmas aspirações e pelos mesmos ideais. Liga e une nossos povos uma geografia política com ascendentes maiores do que a topografia mesma, uma vez que a descontinuidade dos nossos territórios parece ter favorecido a comunhão dos nossos destinos.

A existência de fronteiras na América não criou barreiras e separações entre os povos americanos.

O Brasil, Sr. Ministro, considera-se, por isso mesmo, vizinho e bom vizinho das vinte nações continentais.

A vizinhança para nós é a assistência recíproca, a amizade confiante, a cooperação incansável.

A igualdade, a fraternidade, a solidariedade e a harmonia unem, tanto ou mais que a fronteira, criaturas e povos.

A vizinhança, como a compreende e pratica o Brasil, é algo assim como a comunicação dos vasos, a união da varas, o paralelogramo das forças, enfim, a América: uma família de nações, uma sociedade de povos.

Esta é, Sr. Ministro, a vizinhança do Chile e do Brasil, união de esforços e de destinos, que as grandes repúblicas da Argentina, do Peru e da Bolívia, como majestosas alas panamericanas entre nossas pátrias, mais unem e aproximam, geográfica e politicamente, sob a inspiração da fraternidade continental.

A América criou uma civilização e uma cultura, fundadas na solidariedade e na paz. O panamericanismo é uma política continental que procura adaptar o todo americano ao conjunto universal, levando o concurso das 21 nações colombianas para favorecer e propiciar a harmonia dos interesses e dos conflitos mundiais.

A América nunca foi nem será fonte de lutas e guerras, mas inspiração perene de paz para o mundo.

O panamericanismo não é um fim, mas um espírito e um corpo, um todo político e um meio de atingirmos finalidades mais amplas e fecundas, porque universais.

A humanidade próspera, pacífica e feliz é a suprema aspiração dos nossos povos. A América veio favorecer a solução dos problemas do Oriente e do Ocidente, porque representou e representará sempre no mundo o meio termo entre os extremos.

Terra da hospitalidade, aberta a todas as raças e acessível a todos os homens, a América tornou-se o refúgio dos perseguidos, a esperança dos necessitados, a promessa, a segurança, a reserva dos demais povos.

Esta função econômica e geográfica teria que se transformar em vocação política e em destinação histórica.

Daí a criação de um clima de igualdade, de concórdia e de cooperação para receber, acolher, hospedar, amparar, desenvolver e conciliar essas raças e esses homens.

Moldou-se a América com tão grande sabedoria política para sua missão no concerto mundial que nela se aplacaram, conciliaram e harmonizaram as cizânias, as rivalidades e as emulações, os ódios, os predomínios e as hegemonias, as lutas, os conflitos e as guerras daqueles que a vieram povoar.

São decorridos mais de cem anos da independência americana, feita sob a inspiração desses ideais.

Neste período, aperfeiçoaram-se nossas instituições e nossas leis.

A América criou uma ordem material e moral que tem o dever de preservar e consolidar na defesa própria e universal. Diante das forças poderosas que lutam para a uniformização do homem e a escravidão dos povos, diante das ideologias que se defrontam, ameaçando derruir as conquistas humanas e arrasar tudo o que se lhes opõe, o Continente americano responde com sua fé inabalável nos destinos do homem, no primado da razão e na força redentora e renovadora do espírito.

A nossos países, Sr. Ministro, cabe, nesta hora em que o Oriente se afunda em sangue, e no Ocidente cresce a angústia, uma missão sem precedentes: a da ordem, a da autoridade, a da justiça e a da paz.

As repúblicas americanas, animadas pelo dever de consolidar sua boa vizinhança, de resguardar sua civilização, de amparar sua cultura, no interesse continental e no universal, ante as tendências expansionistas e a confusão de outros povos, devem juntas proteger sua segurança nacional, sua integridade territorial, vedando na América o exercício de qualquer forma de influência preponderante e estranha sobre o destino de qualquer dos nossos povos.

Não queremos um direito para nós nem um estatuto político especial para a América. Queremos que nos dêem os demais povos a liberdade, a segurança e a paz que sempre tiveram eles na hospitalidade generosa, farta e maternal da América.

O Chile, Sr. Ministro, tem uma história que é um exemplo de fidelidade aos grandes ideais humanos incorporados à vida continental.

O Brasil não tem problemas a resolver que excedam os limites traçados por suas fronteiras e por suas leis.

Nada quer o Chile que o Brasil não possa querer e a nada aspiram nossos povos irmãos que não esteja no coração dos demais povos americanos.

Queremos a ordem, a justiça, a paz - e para a América a liberdade de ser americana a fim de melhor servir à humanidade. E o queremos juntos, chilenos e brasileiros, porque esta é nossa tradição, nossa história e nossa decisão.

Senhor Ministro,

O futuro de nossos povos será uma afirmação ainda maior da admiração dos brasileiros pelos chilenos, da amizade do Brasil pela sua heróica e querida irmã do Pacífico. Teve Vossa Excelência este penhor, que pode transmitir confiante a seu Governo e a seus compatriotas, porque o recolheu onde a verdade não sofre contrastes e o sentimento brota como um caudal, no seio mesmo do povo do Brasil.

Agradecendo esta oportunidade oferecida pelo Chile, através da missão de Vossa Excelência, para que o Brasil, de envolta com sua amizade tradicional, desse expansão a seu reconhecimento pela acolhida dispensada às missões do eminente brasileiro, Dr. José Carlos de Macedo Soares, e, ultimamente, a do General Goes Monteiro, representante e expoente ilustre do Exército do meu país, em nome do Chefe da Nação brasileira e de todos os brasileiros, levanto minha taça pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua encantadora Senhora, dos eminentes membros de sua Embaixada, do seu ilustre Embaixador em nosso país, e bebo pela prosperidade, pela grandeza, pela paz da grande República Chilena na pessoa do seu Presidente, Dr. Arturo Alessandri, amigo do Brasil, nobre cidadão da América.

DISCURSO AOS MEMBROS DO CLUBE NACIONAL DE IMPRENSA, WASHINGTON, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1939

É para mim um privilégio dirigir-me aos membros do Clube Nacional de Imprensa, instituição dedicada ao livre intercâmbio de conceitos e idéias, a que as atuais circunstâncias do mundo conturbado emprestam o mais útil propósito, como baluarte do pensamento sem peias.

Uma grande ameaça pende sobre a humanidade civilizada, principalmente sobre a porção da mesma que ainda se apega às tradições cristãs.

O antagonismo de raças e classes ameaça lançá-la no caos de estéreis lutas fratricidas.

Como restabelecer nos espíritos a noção da unidade espiritual?

Essa realização só é possível pelo preparo do homem para compreender que sobre o referido antagonismo, pelo qual uns enfrentam os outros sem que nenhum lado seja vencedor, porque ambos proclamam a sua absoluta suficiência, paira a razão com os seus princípios imutáveis, o sentimento de Beleza, o sentimento da Justiça, o sentimento da Humanidade.

O Clube Nacional de Imprensa bate-se por esses ideais e, por isso, merece o respeito e admiração de todos os cidadãos livres.

Todos os grandes princípios espirituais produzem remotas conseqüências.

Destarte, a afirmação ou negação da autonomia do indivíduo trazem consigo diferentes modos de conceber as relações do indivíduo para com o Estado.

Por isso, o regime político de cada povo é, em última análise, o resultado de sua própria cultura moral.

O que nós chamamos democracia resulta nisso: negar à coletividade o direito de substituir o indivíduo em todas as matérias que dizem respeito a sua consciência e que no seu limiar expira o poder do Estado.

Estas são as verdadeiras características do Estado democrático. Se o Estado democrático deixa ao indivíduo a responsabilidade plena pelas suas mais

importantes decisões que dizem respeito a suas convicções morais, religiosas ou filosóficas, a escolha de sua profissão ou do seu cônjuge, não é porque o Estado democrático julga esta liberdade útil para a comunidade, mas porque a livre manifestação da personalidade tem um valor intrínseco, comparado com o qual tudo o mais perde o seu valor, porque tudo o mais depende da existência da livre personalidade.

O Estado não é um fim em si: é uma criação do homem que se destina a servi-lo e a ajudá-lo a salvaguardar os seus mais altos interesses. O Estado deve cooperar a fim de aumentar o patrimônio cultural da nação e fazer com que ele possa ser transmitido cada vez mais às gerações futuras.

Porém, o servidor não pode substituir o amo, nem pode escravizá-lo ditando-lhe as suas crenças e as suas opiniões.

Deve ser dada a cada um a possibilidade de manifestar a sua personalidade, segundo a sua lei própria, ditada pela consciência.

A um ideal de sociedade composta de homens livres, procurando manter as condições em que esta liberdade pode ser preservada e desenvolvida, não para o bem de alguns mas para o bem de todos - o que implicaria aliás uma profunda modificação na economia liberal - o sistema totalitário opôs a sua concepção de um Estado supremo em si. Porém, se examinarmos de perto esta concepção de Estado deificado, o que encontraremos? Um grupo de indivíduos e um partido vitorioso; seja qual for a sua linguagem, estes indivíduos atribuem-se o direito de impor a sua vontade sobre os seus semelhantes.

Bolchevismo, fascismo e nazismo são apenas nomes diferentes para a mesma concepção materialista da vida que procura substituir Deus pelo Estado erigido como aspiração suprema do indivíduo. Esta concepção não é nova, pois surge em todos os períodos de pressão da história da humanidade. Apareceu ultimamente na Europa e na Ásia, devido a condições de superpopulação existentes em alguns países, onde se esforçam por manter, uns contra os outros, um dado nível de conforto material. Enquanto não se encontrar uma solução para essas condições, esta concepção - gerada pela miséria e pelo ódio - continuará a exercer seus efeitos dissolventes sobre a civilização.

É importante que nós, da América, nos organizemos contra a invasão de ideologias que são contrárias às idéias básicas que foram trazidas para este continente e aqui germinaram. Devido a sua posição de meio-termo geográfico entre os dois extremos, a América está sujeita à influência tanto da Europa como da Ásia.

Mas como último continente descoberto, a América deveria permanecer fiel a sua predestinação que é a de ser o celeiro da humanidade no futuro. A América é o último produto da humanidade, seu desenvolvimento coincidiu com o grande progresso social, de modo que é baseado sobre a generosidade como lei suprema para o indivíduo, assim como para a coletividade.

Mantenhamos inalteradas essas condições, mas, em assim fazendo, devemos conservar-nos alertas neste mundo cheio de perigos. Devemos permanecer unidos e agir.

Pouco importa o quanto as nossas concepções possam ser idealistas: nenhum bem nos virá delas se, pela ação, não as convertermos em realidade. A ação é a

prova suprema do nosso destino, é o traço de união entre o pensamento e a realidade. Os ideais continentais e as aspirações da América ficaram, até pouco tempo, no domínio da teoria. O panamericanismo tem sido apenas uma idéia, e só agora é que o procuramos transformar em realidade. O nosso continente dispõe de grandes recursos naturais, com amplas possibilidades latentes que não esperam senão o trabalho do homem para se tornarem na mais esplêndida realidade. Acaso a presente geração transferirá às gerações futuras a mobilização de toda essa riqueza potencial? Ou, pela ação comum e por um forte sentimento prático de esforço cooperativo, criaremos nesta parte do mundo uma civilização que será a continuação da cultura herdada da Europa, mas tornada mais ampla e mais humana, civilização que permitirá aos homens explorar todas as possibilidades que lhes oferece a natureza e, ainda, aspirar a mais altos ideais?

A tendência que observamos no mundo atual é para a formação de núcleos de maior amplidão do ponto de vista econômico e político. Quer na Europa, quer na Ásia, testemunhamos países que estão sendo integrados nessas unidades dominadas pelo muticismo nacional, que exploram todas as possibilidades de cooperação, a fim de chegarem a coligações ainda mais poderosas. Devemos acaso, na América, nos manter indiferentes diante do que acontece nos outros continentes, conservar os nossos países isolados sem cooperação, sem interdependência, nem desenvolvermos por um esforço recíproco as enormes potencialidades que neles existem em estado quase embrionário?

Devemos compenetrar-nos de que estamos num mundo de forças que procuram subjugar-se umas às outras, e a América oferece terras vastas e férteis, ainda não exploradas e dispondo de abundantes recursos naturais que ultrapassam o poder de nossa imaginação para conceber. Por esse motivo está exposto a todas as formas de agressão por parte de potências não satisfeitas, compelidas para tanto pelas intoleráveis condições de super-população e super-industrialização.

O problema cruciante das matérias-primas, tão agudamente sentido por alguns países europeus, repousa no fato de estar a Europa perdendo cada vez mais a sua posição intermediária com respeito à América. Desta forma, não podendo vender as suas manufaturas à América, alguns países europeus não podem importar deste continente as matérias primas essenciais para as suas indústrias.

A situação em que se encontra a América presentemente é uma situação de vulnerabilidade que não pode deixar de aguçar o apetite que anda à solta pelo mundo, sendo não só necessário como essencial que nos unamos a fim de desenvolver todas as possibilidades de ação para fazer deste continente uma realidade vivida, capaz de defender sua integridade e suas fontes de inspiração. E isso está ainda por fazer.

Embora o Brasil represente a metade do continente sul-americano em área, população e recursos naturais, a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento desta nação assume uma proporção insignificante quando comparada com a de outros países.

Como país novo, no sentido econômico da palavra, o Brasil precisa, a fim de

atingir um rápido desenvolvimento das suas riquezas naturais, da colaboração de um país industrializado, possuidor de uma tecnologia adiantada, e lastimo ser obrigado a dizê-lo, meus senhores: esta colaboração não nos foi oferecida no passado pelos Estados.

A tarefa de equipar o Brasil economicamente foi empreendida por outros países. Eu digo isto, meus senhores, apenas para demonstrar que, malgrado todos os esforços para desenvolver o espírito de panamericanismo, estamos ainda longe de atingirmos um panamericanismo real e prático, o que significa a criação nesta parte do mundo de uma grande e poderosa comunidade de nações.

Somente desta maneira poderá a América realizar os seus destinos, criando uma humanidade nova e melhor, livre das algemas dos preconceitos legados pelo passado e cheia dos mais elevados ideais e das mais altas aspirações.

DIRCURSO AOS MEMBROS DA SOCIEDADE PANAMERICANA E DA ASSOCIAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 03 DE MARÇO DE 1939

Gentlemen:

Nothing could please me more than to be tonight among you, my friends of the Pan American Society and of the Brazilian-American Association. I feel very much as if I were in the midst of my own family. You are all associated with Brazil by strong bonds of friendship, and in honoring me I discover your intention to encourage and stimulate my effort in uniting our two countries more intimately.

It is in this spirit that I thank you for all the kind words expressed to me this evening, and for the gold medal of the Pan American Society which your President has just bestowed upon me. I thank you from the bottom of my heart on my own behalf and on behalf of my fellow countrymen.

Personal life tends to identify with the universal. This explains why the individual always aspires beyond himself to higher syntheses. In the early period of history, in the infancy of mankind, the individual saw himself only. In a later period he started to see the family which, once considered unique and all-absorbing, was found to limit the horizon of man, who sought for a still higher stage reaching the political life of the State, which is an assemblage of families. But this desire of man to embrace the universal did not stop there. It wont farther on and found a broader aim in continental life.

This is the true explanation of Pan-Americanism. It is not an artificial creation or a conception of a few visionaries; it is the inmost tendency of the human will itself which does not spot on the borders of the nation, but is impelled to broaden its horizon to include peoples of different origin and different history, but linked together by the same ideals and marching toward the same destiny.

It is the very ideal of progress, which cannot be materialized without an intimate feeling of human betterment and solidarity. Whenever individuals and nations have lost that sentiment of solidarity and thought themselves isolated and independent,

or acted as enemies, the result was decay and death, poverty and war.

Pan Americanism is the outgrowth of the idea of solidarity. It was brought about by the desire of man to associate with his fellow beings living in different countries, under different climates and different conditions - but still human beings, attired by the same ideals and bound by common interests.

Certainly Pan Americanism is not the last synthesis within the vision of man, which can only be humanity itself considered as a single man who never dies. But it is an important step toward larger goals.

This extension of the relations between peoples develops a new and richer sentiment of humanity which did not exist in the beginning of the ages, but becomes more important every day. It is that sentiment which makes us still believe in the advent of an international community based not only on material interests but which finds its reason in the sense of justice and in the sense of humanity, which are deep-rooted in the human heart.

No individual and no nation can retain to itself the abundance of its own life without the risk of losing it, or making it sterile.

The relations between the United States and Brazil constitute an example of this striving of the human heart toward self-completion.

Despite the fact that very little has been done to develop the economic inter-dependence between the two countries, in face of the vast possibilities existing in that direction, still our peoples aspire to a union of sentiments between themselves.

Every turning-point in the histories of our countries discloses that yearning. Every time, whether in the life of the continent or of the world at large, one of them has found itself in possession of an ideal or in distress, the other has come spontaneously pleading the right to partake in that ideal or offering help.

There is between our peoples a circulation and an exchange of sentiments which can be converted into a circulation and an exchange of lives.

This is the true basis of corporation, which is not founded on a community of pleasures or on a passing association of interests, but on a noble impulse toward the highest human values.

It is under this inspiration that we have labored and shall always continue to devote our efforts in the future.

No safer basis could be found on which to build the structure of the true Pan Americanism, which can only come into existence by the will of all peoples of this Continent, intent on overcoming all opposition in order to create by joint action a better, a richer life. Toward that goal let us all strive.

DISCURSO EM RESPOSTA À HOMENAGEM PRESTADA PELO EMBAIXADOR AFRÂNIO DE MELLO FRANCO, RIO DE JANEIRO, EM 23 DE MARÇO DE 1939

Meus amigos,

Recebo esta homenagem com alegria porque sei que não a fazeis a mim, mas ao meu esforço e ao dos meus companheiros para bem servir ao Brasil nos Estados Unidos.

A política exterior do nosso país não se personifica, porque nela, na sua tradição e na sua orientação comungaram e comungam todos os brasileiros.

Tudo quanto fiz nos Estados Unidos foi procurar ser fiel e leal em minhas palavras, em meus atos e em minhas atitudes a esta política tradicional e às aspirações do Brasil.

A América, premida pela Europa e pela Ásia, começa a compreender a necessidade de iniciar uma ação que a resguarde, pela colaboração de todos os seus povos, das perturbações mundiais, criando novas seguranças e bases para a paz.

Uma era de realismo domina a consciência dos povos continentais.

As nações que não vivem na realidade, enganam-se e perdem-se como as criaturas que, falhas de senso comum, alimentam a vida de ilusões e esperanças.

O Brasil desde 1930 que faz um esforço admirável de objetivismo em procura da rota de sua segurança e de sua grandeza.

Os povos são dominados pela coragem ou pelo medo, como os homens.

A história mostra-nos que, quando a coragem domina o medo, os povos, pela fé e pela confiança, entram em eras de iniciativa, de progresso, de cooperação, de prosperidade e de paz.

Mas, quando o medo domina os espíritos, os povos isolam-se e afundam-se em crises, falhos de fé, temerosos de iniciativas, hesitantes em seus passos, arreceados de si mesmos e dos demais povos.

A obra humana é a vitória da coragem, de viver, de crer, de opinar, de trabalhar, de construir e de aperfeiçoar-se sem cessar.

A devoção ao bem, ao bom, ao belo e ao justo fez triunfar a crença, a arte, a ciência, a cultura e a civilização humana.

O Brasil está vivendo uma hora corajosa sob a chefia de um homem de coração sem máculas e sem medos.

O povo brasileiro compreendeu que precisa crescer de si mesmo, com decisão e até com sacrifício, porque de outra forma o Brasil continuaria a ser o rico do deserto: a esmolar dentro de sua própria grandeza.

Uma era de fé, de confiança, de união e de construção associou as nossas consciências numa cruzada de reerguimento nacional.

Foi isso, meus amigos, que eu afirmei nos Estados Unidos, ao seu Governo, à sua imprensa, às suas associações políticas e culturais, no meu, no vosso, no nome do Brasil.

Mostrei o nosso país como ele foi e como os brasileiros de hoje decidiram que ele há de ser. Fui fiel ao passado, mas claramente deixei antever as perspectivas do futuro que queremos construir.

Falei como amigo, mas falei como homem, como Ministro do Exterior do Brasil.

A minha palavra foi ouvida por toda a parte, porque o povo norte-americano ama a franqueza e a verdade e porque, como o nosso, sob a liderança de uma grande figura, compreendeu que a era atual não se compadece com os tímidos e os conformados e ainda porque, lá como aqui, há uma verdadeira resolução de boa vontade, de coragem e de energias conjugadas.

O Brasil não podia continuar a ser tido como uma promessa pela qual o mundo esperava sem confiar.

Era chegada a hora de afirmarmos que éramos um povo que se havia assenhoreado dos seus destinos, uma grande nação que resolvera tornar-se maior, uma força que queria cooperar com as demais forças americanas para que a América não fosse uma África disfarçada, mas a terra eleita para a vida de povos livres, fortes, amigos, prósperos e pacíficos.

Estamos, todos os povos, ameaçados por uma era de imprevistos.

Afirmei que o Brasil tinha plena consciência de sua posição nesses acontecimentos e que, de nossa parte, acreditávamos hoje, como sempre, que a cooperação panamericana, assentada sobre bases concretas, era, ainda, a forma mais segura e melhor de resguardarmos a civilização continental. Expus e defendi essa idéia na Casa Branca, no Senado, na Câmara, através da imprensa e do rádio, em reuniões públicas e em debates nos centros políticos e culturais americanos.

A sua aceitação consta dos entendimentos feitos nos Estados Unidos e dos testemunhos de simpatia e de aplauso que durante nossa estada, sem uma nota destacante, cercaram e perseguiram a autoridade do nosso Governo e o nome do Brasil.

O Governo como o povo norte-americano nos receberam como irmãos e com eles nos entendemos como amigos.

Uma era de cooperação econômica, de associação de esforços, de mútua compreensão de interesses e de harmonia de objetivos, dando novas e mais sólidas bases ao panamericanismo, foi selada pela amizade de nossos dois povos nos acordos de Washington.

Ela, na minha como na opinião norte-americana, abrirá possibilidades imensas para nós, para nosso progresso e enriquecimento, como para o de todos os povos continentais.

As Américas são complementares umas das outras, formando um todo econômico, político e cultural de povos iguais e independentes que, nelas e delas, podem viver e prosperar sem riscos e conflitos como uma grande família de nações felizes.

Esta foi sempre a política do Brasil, que nunca pregou o isolamento continental, mas a união e a associação dos povos americanos, para melhor servirem aos ideais e aos interesses universais.

Creio, meus amigos, ter prestado, em linhas gerais, as contas do honroso mandato que o Governo me confiou e aos meus companheiros.

As vossas demonstrações, nesta hora, têm para nós uma significação sem par, às quais a palavra amiga e generosa de vosso grande intérprete, o Dr. Afranio de Mello Franco, dá um relevo que nunca poderíamos merecer nem bem agradecer.

À honra de trazer a mensagem de amizade de um grande povo e à alegria de rever nossa terra e nossa gente, quisestes juntar a generosidade desta acolhida, transformando, assim, as nossas emoções íntimas em tributo que fazemos, mais uma vez, de orgulho e de gratidão a todos vós, aos brasileiros e ao Brasil.

DISCURSO SOBRE SUA MISSÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, RIO DE JANEIRO, EM 23 DE MARÇO DE 1939

Fui aos Estados Unidos em virtude de um convite do presidente Roosevelt, dirigido ao presidente Getúlio Vargas. O convite excluía, por sua natureza, a prefixação de assuntos a discutir. Dizia, entretanto, que o presidente Roosevelt achava necessária essa entrevista, porque era uma tradição de nossos governos, em situações passadas similares, discutir diretamente os assuntos de interesse comum de nossos governos e povos.

O presidente Getúlio Vargas, após ouvir seus auxiliares civis e militares, deu-me suas instruções sobre o que deveria dizer ao seu colega e amigo Presidente Roosevelt e, ao mesmo tempo, instruir-me sobre a maneira de sondar e aproveitar as possibilidades de cooperação entre nossos dois países.

Levei comigo os auxiliares mais capazes e devotados e com os que encontrei nos Estados Unidos, procurei dar desempenho cabal à missão que me foi confiada pelo meu presidente.

Durante este mês que permaneci nos Estados Unidos dediquei todo o meu tempo ao desempenho de minha missão. Não menos absorvidos pelo trabalho foram meus auxiliares, Doutores João Carlos Muniz, Souza Dantas e Simões Lopes e o Secretário Lima e Silva, porque todos, como eu, passaram pelos Estados Unidos sem tempo sequer para admirar os esplendores de Nova York ou os encantos de Washington. A chegada do Embaixador Carlos Martins, cuja apresentação de credenciais constituiu uma solenidade sem precedentes, foi-me de grande cooperação, dada sua experiência e seu empenho de ajudar-me nas negociações com o melhor de seus esforços.

As palestras que tive com o Presidente e com as altas autoridades americanas, as homenagens que recebemos, as demonstrações que a sociedade, a imprensa, as associações culturais fizeram à Missão, constituem provas de uma amizade ao Brasil, e de uma confiança ao presidente Vargas e a seu governo que, por vezes, nos

encheram de orgulho e alegria. Nada pode satisfazer mais a um brasileiro do que assistir, durante um mês inteiro, à consagração de seu país, de seu chefe, de seu povo.

A nossa estada nos Estados Unidos foi uma verdadeira apoteose ao Brasil, feita pelo povo, pela sociedade, pela imprensa e pelo governo dos Estados Unidos.

Refiro este fato porque ele não foi obra minha, pessoal, ou de meus auxiliares, mas uma demonstração espontânea à nossa pátria, uma afirmação nessa oportunidade dos sentimentos americanos para com o Brasil e os brasileiros.

As negociações foram difíceis, porque os assuntos exigiam exame e estudo, e até revisão de normas e processos usuais na vida americana. As altas autoridades americanas cercaram-nos de atenções e deram-nos provas, as maiores, de sua boa vontade e de sua decisão de cooperar conosco. Fizemos em um mês tudo que era humanamente possível fazer.

A assistência do Presidente Getúlio Vargas foi o grande estímulo para o êxito de nossa parte, como a do Presidente Roosevelt por parte dos Estados Unidos. São dois homens que sabem pensar, resolver e decidir. Anima-os o mesmo nobre espírito de cooperação e de confiança na amizade dos povos que têm o privilégio de suas chefias. Fui um simples instrumento nesses altos objetivos e tenho orgulho da parte que me coube, como aos meus auxiliares, na conclusão desses entedimentos.

Conseguimos restabelecer a margem para operações bancárias, extinta desde 1929, logo depois da grande crise. Para isso facilitou o "Export and Import Bank" um crédito que é bastante longo ... 19.200.000 dólares (dezenove milhões e duzentos mil dólares), para retomarmos a estrada das operações comerciais normais, e com uma taxa inferior à menor que já haja o Brasil obtido em operações anteriores de liquidação de "congelados". Não houve comissão nem intermediários. É um crédito para o Banco do Brasil que, contrariamente a outros antes obtidos, não necessitará do aval do Tesouro Nacional.

A outra operação é de uma simplicidade sem par, e virá favorecer o rápido e já inadiável equipamento econômico do Brasil. Obrigou-se o "Export and Import Bank" a financiar as vendas americanas para o Brasil, ao governo ou a firmas brasileiras, até a importância de 50 milhões de dólares. Estas compras antes só eram possíveis mediante pagamento à vista. Poderão agora ser feitas com prazos de 5 a 1 anos e juros que nunca poderão exceder a 5% ao ano. Não nos obrigamos a comprar, mas, quando comprarmos nos Estados Unidos, poderemos gozar dessas vantagens. Além dessas, a operação poderá e deverá trazer, pela lei da concorrência, ofertas similares ou melhores, de outros países.

Com essas facilidades de prazo e pagamento, poderá o nosso governo, nos Estados Unidos ou em outros países, realizar em três anos obras públicas pagáveis em dez e capazes de produzir, nesses sete anos restantes de prazo, a importância necessária ao seu pagamento. A margem de obras poderá assim desdobrar-se, e o governo ficará com amplitude de crédito para a solução dos problemas básicos da economia nacional.

Estabelecemos ainda entendimentos para a cooperação agrícola. O "Export and Import Bank" já iniciou a abertura de crédito para importação de sementes

oleaginosas, e seus diretores estão decididos a favorecer as importações nos Estados Unidos de produtos brasileiros. A borracha, as fibras, os óleos vegetais, as madeiras duras, certas frutas tropicais terão nos Estados Unidos um mercado sem limites. A industrialização dessas produções, a fim de exportá-las, é uma etapa de cooperação econômica que encontrará nos Estados Unidos capital e técnicos desejosos de se estabelecer no Brasil. Não menor é o campo de exportação de minérios. O manganês, o próprio minério de ferro, o níquel, o cromo e outros têm no mercado americano grandes possibilidades.

Tudo isso exige esforço conjugado, boa vontade e cooperação. As bases já estão lançadas, e a nós cabe propiciar, agora, a possibilidade para o que se nos oferece. Os Estados Unidos importam dois bilhões de dólares de matérias-primas. O Brasil pode, com a industrialização dessas suas produções, vender pelo menos um terço dessas matérias-primas, recebendo mais de quinhentos milhões de dólares anualmente, ou seja cinco vezes o seu comércio atual com os Estados Unidos.

O comércio americano quer comprar no Brasil esses produtos, e pelo que nos foi dado discutir e acertar, está disposto a cooperar conosco para os tornar exportáveis nas condições e na escala necessárias.

O café como o cacau foram objeto de estudos, que darei a conhecer ao governo. Penso que certos cafés não poderão continuar a competir com o nosso no mercado americano, havendo assim uma margem de mais de um milhão de sacas para os nossos cafés inferiores. Iniciei negociações nesse sentido com o Senhor Wallace, secretário da Agricultura, e confio nos seus resultados. A minha impressão é de que devemos facilitar ainda mais nossas exportações de café, acabando com numerosos entraves que ainda existem no transporte do interior e nos portos de embarque. O resultado de nossa política cafeeira não deixa lugar a dúvidas, aumentou o consumo americano "per capita" e aumentaram as nossas exportações.

Quanto ao algodão, devo declarar peremptoriamente que são totalmente infundadas as notícias, que soube terem circulado no Brasil, segundo as quais nos seria pedida uma limitação de plantio ou de produção. Nada disso. Tudo pura fantasia. Nas conversas que tive com o Senhor Wallace, apenas se tratou da hipótese de uma conferência dos países produtores, no interesse comum de todos, já tendo eu dado uma entrevista na qual esclareci amplamente esse aumento.

Também não passam de fantasia os absurdos rumores acerca de pretendidas limitações do comércio do Brasil com outras nações. Já disse que, pelos entendimentos, não nos obrigamos a comprar nos Estados Unidos, sendo óbvio que só poderemos fazê-lo quando as condições de suas vendas nos forem favoráveis. Neste ponto, como nos outros todos, conservamos naturalmente toda liberdade de ação. Nem sequer ouvimos, de parte das autoridades americanas, ponderações relativamente a esse assunto.

A criação do Banco Central é já uma necessidade aceita por todos. O Banco Central existe esparso e descoordenado, quer no Banco do Brasil quer no Tesouro. Criar um orgão de coordenação dessas funções é um imperativo do bom senso, para não invocar razões econômicas ou financeiras. A sua criação, porém, exige reservas

e disponibilidades que temos em parte e outras que precisávamos obter em parte, e outra que precisávamos obter, para casos excepcionais, no exterior. Foi isso que pleiteamos, e que o Presidente Roosevelt nos assegurou, na carta que o Senhor Morgenthau, Secretário do Tesouro, me dirigiu em resposta à minha exposição do assunto: 40 toneladas de ouro, ou, aproximadamente, 50 milhões de dólares. O prazo e as condições dessa operação não me cabia a mim ajustar, mas ao governo e ao seu ilustre Ministro da Fazenda. A nós, da Missão, cabia apenas fazer o que fizemos: trazer a segurança do crédito necessário à criação do Banco Central.

Na vida dos povos, em princípio, não é possível só pedir, sem dar. Nada, porém, deu o Brasil em troca, porque nada precisava dar nem nada lhe foi pedido pelo governo americano. É verdade que em minha carta referi que no plano econômico do governo se cogitava de retomar, em julho, o pagamento da dívida em dólares, por conta da amortização e juros dos empréstimos. Meu propósito, ao fazer esta afirmação, foi tranqüilizar os portadores de nossos títulos, mais de meio milhão de pessoas, cuja atitude durante nossa estada fora a mais simpática possível para com o Brasil, e mais, porque não pode haver um plano econômico baseado no não pagamento das dívidas. Declarei, porém, que a escala desses pagamentos e demais condições seriam discutidos pelo governo brasileiro diretamente com os portadores e não com os banqueiros, dependendo tudo, naturalmente, do aumento de nossas exportações e de nossos saldos.

Todos sabem que sou, em princípio, pelo pagamento das dívidas públicas, e creio que não há ninguém, além dos comunistas, que seja favorável ao repúdio de suas dívidas. Sempre, porém, subordinei essa obrigação moral de pagar à capacidade material de o fazer. Fui, mesmo, o autor de um plano, aceito contra a expectativa geral, pelo qual pagamos em quatro anos 34 milhões de libras, recebendo quitação de 98 milhões de libras.

Tudo depende, pois, da possibilidade e da capacidade de pagar. O governo, quando suspendeu em 10 de novembro de 1937 o pagamento, o fez coagido, como muito bem disse o presidente Vargas, como expus ao Conselho dos Portadores de Títulos, porque não tínhamos com que pagar, uma vez que o saldo da balança comercial tinha desaparecido praticamente, com a baixa dos preços de nossas exportações.

A possibilidade surge com o reerguimento econômico do País. Não podemos relegar indefinidamente a consideração de um problema básico para o nosso prestígio internacional. Devemos, pois, examinar com critério objetivo a retomada desses pagamentos, suas vantagens e benefícios, mesmo porque não há um só país, além da Rússia, praticamente, que não esteja mais ou menos pagando seus empréstimos.

Creio que os credores americanos, portadores de nossos títulos, compreedem nossas dificuldades, que expus com franqueza e sem reservas, e estão dispostos, conforme pude bem medir, a entrar conosco num entendimento, que será mais uma prova de cooperação do que verdadeiramente um pagamento ou uma exigência.

Ao governo cabe, agora, procurar a solução deste problema, negociando-a com os portadores, diretamente, e não com banqueiros e com governos.

Enfim, a cooperação prática entre o Brasil e os Estados Unidos, sob a égide de seus governos, iniciada em minha visita, tem perspectivas imensas. Não estabelecemos favores entre governos, mas abrimos possibilidades para todos quantos queiram trabalhar e cooperar.

Cumpri a missão que me conferiu meu presidente e, sob a inspiração de suas instruções, fiz as combinações iniciais de uma "era sem precedentes, que promete prosperidade e assegura a paz", como a classificou o Presidente Roosevelt.

DISCURSO AO RETOMAR A PASTA DAS RELAÇÕES EXTERIORES, RIO DE JANEIRO, EM 27 DE MARÇO DE 1939

Senhor Ministro, meus Senhores -

Esta cerimônia, ainda quanto seja uma simples formalidade íntima do Itamaraty, tem uma grande significação.

Ela mostra que a continuidade e a coerência são as linhas mestras desta casa, da ação diplomática e da vida mesma de quantos se devotam ao Serviço Exterior do Brasil.

A fidelidade aos princípios básicos de nossa formação e evolução política foi e será existencial, na ordem interna do Itamaraty e na exterior do Brasil.

A defesa dessas normas no campo internacional e a sua conservação e aperfeiçoamento na vida diplomática e dos diplomatas brasileiros tornam-se cada dia mais necessárias.

As grandes crises econômicas e políticas universais vieram e virão da falta de continuidade e de coerência dos governos e da crescente infidelidade dos povos aos princípios e tradições, que lançam, através dos tempos, os alicerces mesmos da solidariedade e do aperfeiçoamento humanos.

O respeito ao passado, a devoção às idéias, o sentimento das tradições nunca transviaram os homens e sempre protegeram o destino dos povos.

A força moral do Brasil, no continente como no mundo, emana dessa política invariável de apego àquelas normas que traçaram as suas fronteiras geográficas e alargam todos os dias as de seu prestígio internacional.

Esta cerimônia demonstra como essa linha geral preside, igualmente, ao exercício de nossas funções e ao trato de uns com outros no desempenho das atribuições que nos são confiadas no serviço exterior de nosso país.

E nada, meus amigos, eleva mais uma corporação do que a segurança de que cada um de seus membros, nas suas divergentes atividades, obedece à lei geral,

à harmonia do todo, ao supremo interesse do país.

A impessoalidade é a primeira condição para bem servir e melhor contribuir para a obra comum que nos cumpre realizar nesta casa.

A minha viagem aos Estados Unidos veio demonstrar que, lá como aqui, estivemos juntos e solidários, porque, ainda quando distanciados pelas atividades, nunca estivemos ausentes, mas mais reunidos pelo dever e pelo ideal.

O nosso trabalho foi comum, e a conjugação de nossos esforços tão perfeita que, quando se for apreciar a obra por nós realizada nos Estados Unidos, o historiador não a poderá atribuir a mim ou aos meus auxiliares, mas ao Itamaraty, ao governo, ao Presidente da República, enfim, ao Brasil, aos que o serviram e aos que o estão agora servindo sob a inspiração desses antepassados.

É esta a significação desta cerimônia: um funcionário substitui outro, sem que a função, no que tem de essencial, sofra a menor solução de continuidade, porque aqui, nesta casa e neste serviço, os homens passam, maiores ou menores, como expressões efêmeras de uma devoção eterna, que as gerações de nossos diplomatas têm conservado, à defesa, à integridade, à grandeza e ao prestígio do Brasil.

Agradeço às generosas palavras do Ministro Freitas Valle, porém, mais ainda, aos relevantes serviços por ele prestados e por todos vós ao governo, durante minha estada nos Estados Unidos, facilitando-me e aos meus companheiros o desempenho de uma missão que, graças à direção do Presidente da República e assistência do Itamaraty, veio confimar e ampliar a tradicional política de cooperação e de amizade de nossos dois povos, pela qual trabalharam, no Império e na República, sem exceção, todos quantos dirigiram os nossos grandes destinos políticos, nacionais e internacionais.

DISCURSO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DO PARAGUAI, RIO DE JANEIRO, EM 24 DE JUNHO DE 1939

Senhor Presidente,

É com a mais viva alegria que o governo e o povo do Brasil recebem a visita de Vossa Excelência.

Além das credenciais de ser um sincero amigo do Brasil, Vossa Excelência nos traz, neste momento, a qualidade de cidadão chamado pela vontade do seu povo para dirigir destinos tão ligados aos nossos, como são os do Paraguai.

O povo brasileiro participou, desde logo, do regozijo oficial pela visita do futuro Chefe da Nação paraguaia, e, com a sua presença nas manifestações que lhe foram tributadas, festivamente sancionou o gesto do Governo.

O sentimento com que é Vossa Excelência acolhido entre nós traduz de uma forma concreta a natureza das relações entre os nossos dois países, as quais, embora tenham atravessado outrora período de rude provação, são, por isso mesmo, talvez, mais fundas, mais reais, mais amigas. É que a verdadeira amizade, Senhor Presidente, não é a que desconhece os desentendimentos e os conflitos, mas a que sabe vencê-los, utrapassá-los transformando-os em motivo de compreensão e de união entre os povos. A paz que se deseja entre as nações não é a paz da estagnação, mas a paz positiva, resultante da vida e do movimento. Não nos é ela dada como a água e o ar, não é uma coisa feita com todas as suas peças, mas uma criação lenta, produto dos embates de elementos heterogêneos transformados numa realidade harmoniosa. Tal é, Senhor Presidente, a realidade das relações entre os nossos dois povos, que hoje se compreendem, se estimam e se amam, irmanados que estão por sentimentos comuns e por uma justa apreciação de seus valores recíprocos, passados e presentes.

Veio Vossa Excelência, Senhor Presidente, do campo de batalha, com as mãos ainda afeitas aos misteres das armas, para consagrar-se à obra de estadista, e, assim fazendo, repetir a história dos grandes generais do passado da América como

Bolívar, San Martin, Grant e Caxias, que encontraram os seus maiores triunfos na obra construtiva da paz.

Sabe Vossa Excelência, que é dessa família ilustre, que só a paz é fecunda: só ela reúne as condições de uma verdadeira ordem humana, que, não podendo dispensar a força, não emana dela somente, mas da sua conciliação com as exigências da razão e da consciência dos povos. Criar a ordem é ajustar os elementos de um todo de maneira que as partes concorram e cooperem para o mesmo fim, é criar a unidade, a harmonia no seio da diversidade.

Felizmente, Senhor Presidente, a paz é a tradição viva, sempre renovada e de substância cada vez mais rica, da América. O sentimento nacional dos povos americanos, contrariamente aos nacionalismos extremados que hoje se defrontam, cheios de ódio e ambições no mundo, longe de acentuar aquilo que separa e opõe, procura completar-se na comunhão continental e num forte espírito de solidariedade humana. É esse o traço mais característico da fisionomia política da América. Nem podia deixar de ser, pois o contrário seria de um anacronismo flagrante, numa época, como a nossa, em que a economia só se pode desenvolver pela interdependência das nações, em que o pensamento atravessa as fronteiras, em que a ciência se tornou um bem comum a todos os povos, em que a filosofia e a religião retomam o seu domínio universal.

Do espírito continental da América, fala bem alto o nobre gesto de dois povos irmãos, o de Vossa Excelência e o boliviano, os quais, divididos pela luta, herança trágica de um passado distante e extra-continental, compreenderam que uma solução digna do seu valor só podia ser encontrada na tradição americana, na arbitragem e na conciliação.

Nós mesmos, nossos dois povos, lutaram, mas como lutam dois irmãos, para tirar dos dissídios da infância a lição da fraternidade, que hoje une o Paraguai e o Brasil no seio da família americana.

O Governo que Vossa Excelência vai inaugurar será, estamos certos, um período de realizações práticas.

O Brasil, Senhor Presidente, encara o seu futuro com crescente fé, decidido a acelerar o ritmo de seu progresso com renovado labor.

Fronteiras livres e portos abertos cercam o nosso imenso território nacional, dentro de cujos limites cabem séculos de crescimento e de multiplicação dos brasileiros sem outras ambições que não as do seu engrandecimento pelo progresso, pela boa vizinhança e pela paz. Inspirado nesta decisão, o Brasil procura e procurará alargar, sem reservas, aos povos irmãos todas as facilidades possíveis para que usufruam conosco e conosco partilhem essa obra comum, econômica e politicamente panamericana.

A associação desse esforço construtor pela coincidência de propósitos de nossos Governos e de aspirações de nossos povos é o mais seguro penhor que podemos dar do espírito de cooperação que anima todos os povos continentais.

As perturbações que ameaçam as velhas civilizações européia e asiática

não devem entibiar nosso ânimo nem comprometer o surto de progresso econômico e político das nações americanas.

A obra que Vossa Excelência vai realizar em seu país, Senhor Presidente, tem o nosso aplauso e terá a mais leal cooperação da nossa vizinhança e da nossa amizade.

O acordo que hoje selamos, entre seu Governo e o do Brasil, é uma afirmação sem contrastes da amizade e da vontade que unem, hoje, numa aspiração comum de progresso e solidariedade, não somente nossas terras mas, igualmente, paraguaios e brasileiros.

A obra hoje pactuada para comemorar a visita de Vossa Excelência exigirá de futuro uma cooperação cada vez mais íntima de nossas fronteiras, de nossas populações, de nossas economias e até de nossas políticas.

É este o desejo de meu Governo e do povo brasileiro, que tenho a honra de expressar a Vossa Excelência, fazendo votos pela felicidade de sua nova investidura, pela grandeza da Nação paraguaia e em honra de Vossa Excelência e de seu Presidente, Doutor Félix Paiva.



DISCURSO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DO ARMISTÍCIO, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1939

Ao aceitar o convite para tomar parte nesta irradiação comemorativa do Armistício, foi meu desejo render um preito de sincera admiração ao Presidente Nicholas Murray Butler, o infatigável pioneiro de todas as nobres causas, que faz seus todos os valores humanos, e que tem sido, nos últimos anos, uma fonte de profunda influência espiritual para seu país e para o mundo. Foi também meu desejo expressar o apreço em que temos, meu país e eu, o trabalho da Carnegie Endowment for International Peace.

Há vinte e um anos, nesta data, uma grande parte da humanidade civilizada chegava ao fim de uma guerra prolongada e cruel, durante a qual foram destruídas consideráveis riquezas e milhões de vidas foram aniquiladas para sempre, deixando feridas profundas que só o tempo podia curar. Mas, apesar dessa tremenda acumulação de ruínas, inúmeros homens e mulheres de todos os países nutriam a esperança de que pudesse ser afinal encontrada uma paz duradoura.

Essa esperança falhou, cobrindo de sombras à comemoração de hoje e escurecendo todo o futuro da humanidade. A mesma geração que conhecera então o horror da luta debate-se novamente na angústia de outra grande guerra.

Entretanto, a guerra não é um fato inevitável nem uma lei geral da vida como pretende certa concepção de darwinismo moral, mas antes um remanescente do primitivismo.

Na sociedade primitiva, as relações entre os grupos sociais eram reguladas pela luta. Mas a consciência humana passou por diversas fases até alcançar o presente grau de desenvolvimento espiritual e moral. O homem primitivo enxergava na guerra a possibilidade de provar a superioridade de seus deuses sobre os deuses de outras tribos. A guerra era claramente o resultado da concepção animística da vida peculiar aos nossos antepassados. É verdade que os animais vivem da presa,

que subsistem pelo ataque e pela defesa, mas os animais não fazem a guerra. Não sentem regozijo quando vitoriosos nem humilhação quando vencidos.

A guerra é, pois, um fato humano que corresponde a uma fase remota da evolução da conciência. A guerra é contra a vida, cuja característica principal é a plenitude de si mesma, a atividade e os propósitos criadores. A guerra é a negação do espírito, essa realidade inquieta que se está sempre criando a si própria. A importância exagerada atribuída aos fatos biológicos é que originou as teorias justificadoras da guerra.

Quanto aos seus resultados práticos, a guerra é inteiramente negativa. Exalta os homens para depois lançá-los nas piores formas da selvageria. Um homem que vive somente para defender-se deixa de ser um espírito criador, quase deixa de ser um homem. Da mesma forma, a sociedade humana, para não perder sua humanidade e evitar a decadência, tem de acabar com a luta que divide internamente e aceitar nas relações exteriores o domínio da lei.

A guerra ainda existe porque os estadistas ainda a utilizam para a solução de seus problemas. Daí a crença na inevitabilidade da guerra, noção que, embora falsa, muito tem contribuído para alimentar nos Estados uma atitude de preparação bélica.

Que diferença na América! A civilização deste continente foi desde o início uma aventura no domínio da cooperação. Homens vindos de outros continentes depressa descobriram que, a fim de dominarem os obstáculos que surgiam no caminho da conquista de novas terras, eram obrigados a ajudar-se mutuamente em tudo, moral e materialmente, e assim começaram essa longa experiência na cooperação de que nasceu o panamericanismo. A guerra nunca foi um instrumento político na abençoada terra americana. Nosso desenvolvimento e progresso foram o resultado da persuasão, da aplicação sempre crescente da técnica às forças da natureza, tornando-as servas em vez de inimigas. O vigor dos nossos povos foi preservado em virtude da opinião generalizada de que vale a pena ter altas finalidades. Assim, sempre consideramos a humanidade como um homem que nunca morre, e essa visão fortaleceu em nós o sentimento do crescimento e da união. Nunca perdemos de vista que as relações pacíficas entre indivíduos como entre nações criam no espírito um novo sentimento de humanidade que a civilização antiga não conheceu. Pensando e agindo dessa maneira, sob a pressão de necessidades sociais e das vontades cada vez mais conscientes da solidariedade espiritual, criamos na América uma sociedade de nações baseada não só nos interesses econômicos e políticos mas também numa noção de solidariedade internacional.

Da vitalidade de tal concepção tivemos uma prova magnífica, há poucos dias, no Panamá. Ali, as vinte e uma repúblicas deste hemisfério reafirmaram seu desejo de cooperar, de manter sua união sagrada, e, em face de uma grande guerra na Europa, sua firme intenção de preservar os ideais essenciais à cilivização americana.

Uma das maiores realizações daquela conferência foi, sem dúvida, a declaração de uma zona de segurança em torno do continente. Ameaçadas pelas conseqüências

de uma guerra de grande magnitude na Europa e na Ásia, as Repúblicas americanas formularam um novo conceito que é realmente existencial, pois que representa, em última análise, afirmação pela América de seu direito de conservar-se fiel a si mesma e livre da interferência de atividades beligerantes.

Na tragédia que vitimou a Europa e a Ásia, o papel da América é manter-se unida e forte, pronta para exercer sua influência moral sobre os povos atingidos, a fim de que a paz possa voltar a eles. Nada podia ser mais digno deste continente. O traço característico da América é almejar coisas não ainda alcançadas. E a paz é o que todos desejam acima de tudo.

DISCURSO PARA A COMUNIDADE BRITÂNICA, RIO DE JANEIRO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1942

Senhor Representante do
Embaixador de Sua Majestade Britânica,
Senhor Ministro do Canadá,
Meus Senhores,

Fui convidado para hóspede da Comunidade Britânica, nesta homenagem que os ingleses e britânicos desta Capital queriam prestar aos jornalistas brasileiros que visitaram a Inglaterra, a instâncias de seu Governo.

Confesso que, desde o primeiro momento por falta de pontualidade na hora e, depois, pela confraternização de todos, verifiquei que não havia sido convidado pela Comunidade Britânica, mas por uma nova comunidade que se criou entre nós, pela causa, pelo espírito e pelas esperanças; a comunidade de todos os homens de boa vontade, que se reúnem nesta hora para trabalhar pela única vitória a que podem aspirar os corações bem formados.

Sinto-me, pois, perfeitamente bem entre todos vós para falar como se falasse aos meus, para falar no instante em que voltam os jornalistas brasileiros dessa sua maravilhosa jornada, que os encheu de fé e lhes renovou a coragem e o entusiasmo, ao contato com um povo que cresceu na dor e no sofrimento. Sinto-me bem ao falar convosco nesta hora, como falei com eles ao conhecer, na intimidade e talvez no segredo, a opinião de cada um e ao receber eu mesmo deles, como se tivesse viajado, como se tivesse entrado em contato com aquelas populações maravilhosas e com aquele milagroso esforço humano para vencer, como se eu tivesse tido a honra de ver, não um homem, mas o homem que é Churchill, esse novo influxo que mais nos há de reunir e ajustar na deliberação em que estamos cada um e todos, - britânicos divididos por todo o mundo e brasileiros divididos por todo o Brasil - mas unidos numa só decisão: vencer a esses que querem subverter a vida, suas concepções, o modo digno de viver, ou então desaparecer, para não nos tornarmos escravos!

Esse é o meu sentimento de todos os tempos, refeito ao contato desse moços que nos trouxeram, de volta, uma mensagem renovada talvez, com mais fé e mais entusiasmo, do que aquela que, por seu intermédio, todos os brasileiros havíamos mandado ao povo inglês. É nesse espírito que vos falo, no espírito que sempre guiou minha vida, que sempre me amparou em todos os transes da vida de meu país, em todos os transes em que tive de medir as causas universais, o destino, a sorte dos outros povos. É esse o espírito que me anima hoje, e por isso quero, falando numa comunidade que não é apenas britânica, mas a comunidade atual de todos os homens de boa vontade, isto é, a reunião de todos aqueles que ainda têm fé e estão decididos a não se entregar à violência e à barbarie. Falando a estes, quero dizer que tal não é meu espírito unicamente pessoal, como, num transbordamento de afeto e de amizade, declarou meu querido e bom amigo Ralph Olsburgh. Não! Este é o espírito de todos os homens com responsabilidade nesta hora; e nesta hora, no Brasil, não há um só homem que saiba ler que não sinta essa responsabilidade e não compreenda esse dever. Esse é o espírito do homem a cujo lado trabalho de longa data, espírito talvez que, na mais íntima das convivências, eu me possa jactar de conhecer mais do que qualquer dos brasileiros. Esse é o espírito que hoje, ontem, e sempre animou o Presidente Vargas.

Não vos deveis iludir e não podem os ingleses iludir-se, por isso mesmo que propiciaram e prepararam nas horas difíceis a vitória dos homens que sabem compreender e sabem acreditar - não vos deveis iludir sobre essas superficiais interpretações da política exterior do Brasil. A política exterior do Brasil não é minha. A política exterior de todos os povos depende de circunstâncias que lhe ditam a orientação e a ação em dados momentos. Os povos não são todos governados da mesma maneira, como não são todos governados pelos mesmos homens, como não são todos orientados pelas mesmas idéias. Há governos que se antecipam aos seus povos; há governos que acompanham seus povos; e há governos atrasados sobre a vontade de seus povos e até governos contra os seus povos.

O Governo do Brasil caracteriza-se justamente por ser aquele que, atentas as circustâncias geográficas, políticas e econômicas, não se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele Governo sábio que tem a compreensão de que também não se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele Governo sábio que tem a compreensão de que também não se pode apartar nem atrasar, nem contrariar os impulsos e as necessidades de seu povo. É o Governo orientado, dirigido, presidido pelo Senhor Getúlio Vargas.

E vós outros, britânicos, sabeis que este é o bom governo, porque este é, foi e, para felicidade do mundo, há de ser, como exemplo a todos os povos e como proteção para os destinos universais, o Governo de hoje e o governo de amanhã da Inglaterra e do Império Britânico.

O governo não se deve antecipar sobre os povos nem sobre os acontecimentos: deve segui-los e obedecê-los. E foi isso que fez a Inglaterra, isso o que fez o Brasil.

Os outros governos são os da perturbação e da desordem, os governos messiânicos, os governos aprioristas, que querem organizar a consciência dos homens, forjar os lares, dar novas leis, preparar um futuro e assentar um novo destino a seus povos. Esses são o governo da Itália, o governo da Alemanha e o governo dos povos que deixaram roubar de suas mãos e de seus corações a forma de governar.

O verdadeiro governo não é aquele que se improvisa nem aquele que acredita na missão especial de alguns homens; é aquele que repousa na tradição, no sentimento, na vontade consultada, meditada e medida do próprio povo. Esse é que é o governo capaz de proteger os homens contra a guerra, os povos contra essa calamidade e de assegurar a todos nós um futuro tranqüilo, aspiração suprema de toda humanidade.

No Brasil, o Governo não se antecipou sobre o seu povo nem sobre os acontecimentos. Nós, homens de governo e homens representativos das instituições que participam do governo ou ajudam a governar, como os homens de imprensa e outras expressões da opinião nacional, todos nós, segundo os nossos temperamentos, nos antecipamos nas nossas opiniões, manifestamos os nossos desejos, chegamos, mesmo, a gritar as nossas ânsias.

Mas, que é a solução dum povo? É por acaso a voz dum homem que se eleva mais alto sobre as dos outros? É por acaso um homem ditando, só ele, leis a todas as outras criaturas da comunidade nacional? Ou é justamente esta ponderação, esta consulta, esta auscultação contínua e sábia de todas as opiniões e, até, de todas as paixões e de todos os interesses, como um matemático que tirasse dum paralelogramo de forças a resultante que haveria de mover a massa enorme no sentido da verdadeira diretriz de todas as energias conjugadas?

Este é o governo que queremos, este o governo de todos os homens que acreditam na opinião, na liberdade e no direito de cada criatura concorrer para as deliberações de seu próprio destino.

Alguns dos que me antecederam falaram que estamos numa luta entre concepções de vida; que esta guerra é, antes de mais nada, como acentuou muito bem o Padre Dutra, uma guerra do espírito. Aos que, como o intérprete dos jornalistas, Senhor Mário Martins, afirmarem que esta guerra será decidida pelo pensamento vitorioso, a estes quero recordar uma observação que notável sociólogo fez, há pouco, sobre os ingleses, justamente porque todos os oradores lembraram com reconhecimento e com efusão e destacaram a modelar figura britânica no concerto universal.

Esse sociólogo, procurando criticar os ingleses, a morosidade do seu pensamento, a calma das suas decisões, a frieza com que enfrentam os acontecimentos mais ameaçadores, as tradições de sua vida plácida e dos seus repousados *weekends*, afirmou que alguns povos raciocinavam unicamente com o corpo e sem a cabeça!... Ao contrário do que ele esperava dizer, não deixa de haver nessa crítica talvez o mais notável e o mais desejado dos elogios aos ingleses, tanto que, ao ser repetido o juízo perante o próprio Churchill, o Primeiro Ministro respondeu, de imediato:

"Este homem descobriu a grande verdade a respeito dos ingleses. Eu não penso nesta guerra; eu sinto esta guerra; eu raciocino com o corpo!"

É este o raciocínio que todos nós devemos fazer. Esta hora não é para debates intelectuais, não é para jogo das idéias.

Nesta guerra entraram os povos e entraram as criaturas com a vida no que ela tem de mais material, mas no que ela tem de mais sublimemente espiritual. Nesta guerra não se poderá salvar a cabeça se as Nações Unidas forem derrotadas. Devemos, portanto, enfrentá-la com o corpo, todos, ombro a ombro, sem pensar, olhando para a frente, mas olhando com aquele olhar que não sabe recuar, porque sem isso nosso destino estará perdido. Não nos devemos dividir entre otimistas e pessimistas. Não nos devemos dividir entre direitistas e esquerdistas.

Não! Na hora da batalha, o caminho dos homens que querem salvar a humanidade, uma concepção da vida e uma forma de existência livre e digna de cada um e de todos, não é o caminho do debate vão e incerto. Não! Nós estamos vivendo a hora do esforço, a hora do trabalho, a hora da vitória. E para isso posso assegurar-vos que os brasileiros se organizam, e todos, de todos os cantos, ouvidos, inquiridos, auscultados, repondem com uma só decisão: não pensar, não raciocinar, não cogitar, reunir para vencer!

Esse testemunho, eu vos trago, e com uma significação tanto maior quanto ele não é fruto de um homem gritando aos brasileiros que marchem, não é fruto de um homem dizendo aos brasileiros que devem morrer, propagando aos brasileiros o que lhes não está no sentimento e no coração. São todos os brasileiros dizendo uns aos outros, ao seu governo e a todos os povos, que o Brasil está ao lado da Inglaterra e dos Estados Unidos para realizar o seu destino de país que nasceu da liberdade e não quer morrer escravo. É o grito de todos os brasileiros a todo o mundo: que hão de estar, na hora decisiva, onde se derrame o sangue e onde se reafirme a idéia, ao lado dos heróicos batalhadores que salvaram os destinos humanos da ameaça tremenda da escravidão hitlerista e fascista.

Nossas decisões, meus senhores, não são precipitadas.

O Brasil de todos os povos da América, ao contrário do que se possa supor, e sem a menor restrição ao sentimento e à forma de ser dos outros povos, é talvez o aglomerado mais refletido nas suas decisões e nas suas ações.

Não deixamos de reconhecer e admirar o penacho e a organização dos demais; mas nos orgulhamos de saber que não damos passos maiores do que as nossas pernas, nem avançamos além das nossas possibilidades.

No Brasil, há um profundo horror ao cabotinismo. O Brasil tem o pavor histórico de se tornar ridículo e de tomar posição que não corresponda no concerto das nações. O Brasil sabe que não é uma nação de força, mas sabe que tem em seu povo energia bastante para se colocar com dignidade ao lado dos fortes, desde que a causa seja de ideais comuns.

Seria ridículo que nós, brasileiros, nos arvorássemos em garantidores integrais da segurança da América, como seria vão que fôssemos dizer ao mundo que somos os defensores exclusivos das idéias de liberdade, de justiça e de democracia,

necessária à convivência universal dos povos. Não é menos verdade porém que, dentro de nossas condições econômicas, geográficas, políticas e militares, não há um só esforço que se nos tenha pedido em favor da boa idéia, de boa causa que não tenha contado com o empenho dos brasileiros e com o apoio irrestrito do atual governo do Brasil.

Não queremos posições e, muito menos, glórias que não sejam nossas. Tendo, porém a certeza de que, dia por dia, se há de fortificar, no sentimento comum de todos os brasileiros, pelos processos da persuasão entre eles, da convivência esclarecida de uns com outros, da palavra autorizada de seus homens públicos, que a causa do Brasil, de sua existência e de sua independência se conjuga integralmente com os nobres ideais da grande, da extraordinária, da heróica, da cada vez maior nação inglesa.

Devo ainda, no mesmo ambiente de franqueza e de conversa com todos vós, declarar, dadas as minhas responsabilidades pessoais dentro do Governo do Brasil que a política do meu país é a política da América. E a razão é muito simples: Dentro da afirmação prévia que fiz, de que não queremos posições, de que não queremos pedir a ninguém que no-las venha trazer servidas em bandeja de prata, repito que a política do Brasil só pode ser americana, porque o Brasil pertence ao Continente americano. A orientação dos seus homens públicos, bem como as diretrizes das suas atividades estão condicionadas em sua primeira fase de formação e de estrutura ao ambiente americano. Mas isso não quer dizer que o destino universal nos seja estranho e que nós não acompanhamos a sorte da Inglaterra com as mesmas palpitações de sentimento de ânsias e de esperanças com que acompanhamos a sorte da comunhão norte-americana e de toda a América.

Não! Os nossos deveres primeiros são para o Continente, com o qual nascemos e com o qual teremos de viver e morrer ou sobreviver. Mas nós reconhecemos que esse próprio destino americano veio, como diria o grande Rui, "como água que corre de água que já correu", das mais profundas essências e dos sonhos mais ardentes do espírito inglês.

A civilização americana se volta hoje para a Inglaterra, porque acredita que ela é uma formação similar à comunidade das nações inglesas, onde os povos podem coexistir, usando da sua independência, mas vivendo todos conscientes de sua liberdade de ação, completamente identificada por sentido superior de interdependência, sem o qual não poderemos assegurar a paz, como não soubemos mantê-la nos dias passados. Assim, a comunhão inglesa criou obrigações para todos os Domínios, que são grandes e poderosas nações, entre as quais uma participa, no instante, desta reunião - a grande nação canadense - americana e inglesa, símbolo a um tempo de como as nossas duas civilizações se podem irmanar e conjugar, para criar um país modelar por todos os aspectos materiais e espirituais das conquistas humanas, como é o Canadá.

Por isso e para isso estamos todos unidos no Brasil, no sentido de tornar cada vez mais coesa, mais forte e mais ativa a deliberação nossa de participar, dentro das nossas possibilidades, desta luta travada no mundo entre todas as criaturas - separa-

das, apenas, porque umas se deixaram dominar pelo mal e outras seguiram as bandeiras do bem, desfraldando-as cada vez mais alto. Por isso estamos nessa luta, não porque saibamos que nossas ações venham a ser decisivas para a vitória, mas porque temos plena consciência de que elas tornarão mais fácil, mais possível, mais realizável e talvez mais próxima de nós a vitória que todos desejamos, e sobremodo porque pertencemos a esta grande família formada hoje pela comunidade das nações britânicas e das nações americanas, duas comunidades que, reunidas, acabarão por vencer os maus e por dar a eles mesmos a liberdade que não souberam manter, a paz que não souberam construir e a felicidade que não queremos guardar para nós, e sim desejamos reine no mundo sobre todos os homens de boa vontade!

DISCURSO POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR "HONORIS CAUSA" DA UNIVERSIDADE DE ROCHESTER, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 27 DE JANEIRO DE 1943

Mr. President,
my dear colleagues,

I wish to express my deep appreciation of the great honor the University of Rochester has bestowed upon me. I shall never forget this signal distinction nor the generous words we have just heard from Mr. Alan Valentine, President of the University. You will allow me, however, to accept this honor as a tribute to Brazil on the eve of the date when we commemorate the first anniversary of the Meeting of Foreign Ministers in Rio de Janeiro, an event that the future generations will come to consider one the outstanding episodes in the history the nations of America.

To me, I who had the honor of presiding over it and to all who were there, as well as to the world at large, the Meeting of Rio de Janeiro was a shining example of a lofty ideal bringing the nations together and uniting them in the common cause of solidarity, over and above their frontiers, the natural conflicts of regional, political and economic interests and the differences of language, race and religion.

Events clearly imposed upon the peoples of America the duty of fighting once again for individual freedom and continental independence.

Never before had the responsibilities of an American meeting been so great for never had the destinies of our peoples been so violently threatened.

This continent has never been and will never be a source of wars and conflicts - it will continue to be a fount of inspiration and well-being to all nations.

A peaceful, prosperous and happy humanity has always been the highest aspiration of the American peoples.

Standing midway between the extremes of the East and the West, it has been the mission of America, under Providence, to contribute greatly to the solution of world problems.

The Americas are lands of hospitality, with their doors open to every man of every race. They are the mirror of our ideals. Our continent has always been a refuge for the persecuted and a hope for the needy.

It is more than 100 years since the independence of the Americas was established, based on such ideals and such hopes. In that time we have achieved our laws, our liberal institutions and our solidarity.

The Americas believe in a material and moral order that must endure for its own advantage and for that of the entire world. We do not ask for exclusive rights nor do we demand special treatment for the American continent. We strive only for security and peace, the same security and peace which the other peoples of the world have always found in the hospitality of our soil and the protection of our institutions.

Brazil is an integral part of the Americas, and her destiny is linked to each and every one of the American nations. This concept has been with us Brazilians since the dawn of our national life. Today it is more than ever before us, in this tragic hour of world conflict, in which the Americas, after four centuries of peaceful organization, are called by fate to fulfill their mission, for their own salvation and that of all humanity.

Even as the discovery of the Americas enriched a Europe impoverished and void of hope; even as the independence of the American nations gave to the world Liberty, Equality, religious tolerance, Democracy, social and economic well-being, and equal opportunities for women; even as our place in the concert of nations brought to the rest of the world the example of using arbitration, conciliation and consultation as means of settling international differences, so it is our duty today to safeguard these principles. Our moral force lies in the cooperation of the American nations, not alone for the common weal, but also for an ideal of life we shall never relinquish.

Today, peace is as grave a problem as the winning of the war, for the world is mutually interdependent, thanks to the contributions of science. These however, have been subverted to violence. Civilization now hangs precariously in the balance between the rights of men and the power of tyrants.

Under these circumstances, the attitude of America could only be, as indeed it has been, that of offering to civilization, which is in danger of perishing, the united strength of the solidarity of its peoples, and all the resources and reserves of its energier and its labors, thus furnishing the magnificent spectacle of its capacity to improvise and to resist and, in less than a year, as your great President Roosevelt declared just yesterday in Africa, to attack and to win.

Until recently we did not attempt to become the leaders in death-dealing armaments because we were content to be the leaders in progress, in happiness and straight-dealing and, above all, in the pacific and brotherly familiarity of the American peoples.

The enemies of our peace and prosperity have dared to strike at the greatest one of us; this was as if they had attacked, not only our territories but also our men and our children.

The bond that united us to live in peace has now grown stronger to defend that peace.

Thanks to the strength of this bond, America is today, not only the arsenal of democracy, but also the continent where all soldiers are citizens because all citizens have become soldiers.

Today, only one year after that historic meeting in Rio de Janeiro which decided the fate of America, the light of victory shines upon the horizon and brightens our destinies.

This is the beacon of those ideals that are putting the barbarian hosts to flight all over the world. It is the light of Reason that dazzles the agents of Evil wherever they may be; it is the bright beam of Truth that protects their victims from those criminal who abandon their prey and fly in horror from their crime. It is the avenging light of America, conquering the dark powers of tyranny and slavery, to shine on the victorious banners of Justice and Right.

This is the light that the university of Rochester, for nearly a century, has been instilling into the hearts and consciences of American youth and it is burning a sacred flame - with faith and hope in all men of goodwill.

DISCURSO POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA II CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE ADVOGADOS, RIO DE JANEIRO, EM 7 DE AGOSTO DE 1943

Reúne-se a 2ª Conferência Interamericana de Advogados em um momento histórico, porque temos todos a fortuna de assistir à comemoração de um século de devoção ao Direito celebrado pela vitória das armas forjadas e dos povos formados para defenderem e sustentarem os seus princípios e os nossos ideais.

O Brasil ufana-se da preferência lisonjeira que nesta hora histórica lhe destes, Senhores da Federação dos Institutos e Associações de Advogados americanos.

O Brasil acolhe-vos sem lamentar que não seja de paz o momento festivo em que vos recebe para comemorardes conosco uma grande data continental, porque temos todos consciência de que foi essencial à existência mesma do Direito a atitude que assumimos na defesa própria, da América e da Justiça entre os povos.

Não, não é de paz o momento em que nos congregamos, senão de guerra, de uma guerra de todos os povos, de todos os homens, de todas as mulheres e até de todas as crianças, porque a batalha está travada não só na imensidade dos *fronts* de todos os continentes, na vastidão de todos os mares e no infinito dos céus, como no seio de todos os lares e no íntimo de todas as criaturas.

Não nos iludimos nem nos poderíamos iludir, dada nossa formação jurídica e americana, sobre o que se arrisca e o que se pode preservar material e moralmente no mais extenso conflito de que há memória e, por isso mesmo, acolhemos de braços abertos os advogados de todos os cantos da América, convocados pelos chamamentos da consciência e da profissão para reafirmarem, em uma solenidade

como esta, sua fé nos ideais que fizeram da América a pátria da Democracia.

A América nasceu à luz das melhores reivindicações da liberdade de pensar, de crer e de viver.

A sua formação inicial fundou-se nas profundas convicções de dignidade, tolerância, independência e coragem dos seus pensadores.

Ela não foi um refúgio de perseguidos, mas o asilo procurado, a nova pátria criada pelas aspirações irredutíveis do homem na ânsia incontida de ser livre, de ser digno, de ser feliz.

Cada uma das nossas nacionalidades, Senhores Delegados, se honra de sua procedência, não somente pelas benesses de tradição e sangue, como pelo patrimônio cultural e institucional que herdamos de nossos maiores.

A *common law*, as Leyes de Índias, as ordenações lusitanas, foram no seu tempo admiráveis recopilações de normas sábias, que transportaram para a América as garantias saxônicas, o espiritualismo espanhol, o pragmatismo português, o resguardo da propriedade, o plano municipal, a consideração pelo trabalho, o zelo da consciência, o culto das letras, a moralidade da família e, acima de tudo, o respeito à personalidade humana. Graças a esses diplomas, em que se estampavam muitos séculos de jurisprudência sensata e justa, floresceram no passado as universidades, os centros de cultura e de trabalho, os meios acadêmicos de estudo e investigação, e os núcleos de elaboração política da América nascente, e foram colegas vossos, advogados de claro discernimento, os próceres das nações que representais, os seus organizadores, os coficiadores de suas leis, os fundadores da cultura e da civilização americanas.

Essas nobres origens correspondiam à vocação da gente e ao imperativo da terra.

Diferentes do Velho Mundo nas condições de riqueza, de vida, de pensamento e, sobremodo, de aspirações, porque não participamos do fatalismo de seus problemas nem de suas crises periódicas, pudemos, na América, desenvolver o culto da solidariedade, que gera o altruísmo internacional e as mais belas formas de intercâmbio, de cooperação, de interdependência e a confiança em geral do respeito e na prática Direito, que pacifica os egoísmos, concilia os interesses, resolve os conflitos e faz com que a justiça e a cordialidade imperem no seio harmonizado dos povos.

E essa convicção e essa confiança no Direito não só deram aos povos americanos a energia para criar a estrutura jurídica continental, como força bastante para defendê-la contra as ameaças da barbárie e as agressões daqueles que pretenderam pela surpresa, pela morte, pela ruína e pela guerra substituir as conquistas da liberdade, da justiça e da paz, pelas imposições de hegemonias raciais e políticas.

Criamos, assim, uma ordem jurídica continental, filiada aos superiores desígnios da Humanidade, que nos impõe o dever de lutar pelos seus postulados.

Não devemos lutar a favor de nações e menos, ainda, contra povos. Devemos lutar irmanados pela segurança e pela defesa desses nobres ideais que associaram

nossos povos; pela nossa civilização tradicional, a que nos deu a família, a religião, a independência, a igualdade e a democracia; pelos direitos da pessoa humana, pelas liberdades públicas e privadas, pela sobrevivência do Estado numa atmosfera de respeito, de igualdade e de cooperação entre os povos.

Devemos lutar por uma concepção de vida, tal como a viveram os nossos antepassados e tal como a reafirmaram os gloriosos estadistas que, em pleno Atlântico e em dias tormentosos e incertos, compendiaram, em alguns mandamentos, as permanentes aspirações de um mundo que ainda crê na justiça, na prática da cordialidade, no respeito à lei e reconhece o primado do espírito e deixa que as nações vivam livremente a sua vocação e a sua vida.

Não nos associamos os povos americanos para destruir, mas para crer e criar, para promover o bem, a felicidade e a paz.

Não vos reúne, hoje, outro propósito que o de vossos povos e outra ambição do que a de ver restabelecidos no mundo o império da lei, a santidade dos tratados e os benefícios insuperáveis do culto e da prática do Direito.

Sois operários da causa comum da reedificação de um mundo em ruínas.

Sois sarcedotes fiéis de uma missão quase divina pela fé necessária e pela vigilância sem tibiezas.

Sois os conselheiros de uma ordem que para ser nova precisa refazer-se na verdade imortal das sagradas conquistas espirituais e políticas dos nossos antepassados.

Sois árbitros, mas daquele nobre arbítrio que conhece o limite da lei, o solar da casa, o respeito à liberdade de crer, de pensar, de ensinar, de escrever, de trabalhar, de dispor e de viver.

Sois advogados, pertenceis à chamada "profissão ideal", porque fazeis do ideal a suprema das profissões.

É com orgulho que em nome do povo e do Governo do Brasil e particularmente no de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, vos dou as boas vindas, como advogados da América.

Ajudastes a uni-la criando a estrutura política da fraternidade continental.

Preservai, como principal cuidado de vosso apostolado jurídico, esse panamericanismo das elites pensantes, porque assim atingiremos breve, para bem nosso e de todos os povos, a maturidade dos nossos esforços de coesão e de amizade.

Não vos esqueçais de que esse foi o melhor sonho de cada um de vossos maiores e, um século depois, é uma realidade viva no coração de todos nós e a razão mesma da integridade de nossas terras, da força criadora de nossa fé e da independência dos povos americanos.

DISCURSO POR OCASIÃO DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL, TRANSMITIDO POR RÁDIO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 22 DE AGOSTO DE 1943

Comemoramos no dia de hoje o primeiro aniversário da proclamação oficial do nosso estado de guerra com a Alemanha e a Itália. Mas já participávamos desta guerra, antes mesmo de ela atingir as nossas plagas.

Estávamos na guerra, exatamente como já o estavam os Estados Unidos antes do ataque a Pearl Harbour, desde que foram violados pela primeira vez esses princípios fundamentais que norteiam a vida da América e com os quais ela há de sobreviver.

O povo brasileiro sentiu-se agredido não somente na noite sinistra em que os submarinos torpedearam nossos navios, mas no dia em que primeiro se conspirou contra o direito dos povos livres.

Onde quer que se verificasse essa violação de direitos, em qualquer parte do mundo que fosse, não podia atingir a força, mas sabíamos que, se ela prevalecesse, nenhum povo, país ou continente escaparia à sua tirania.

Por isso a nossa declaração de guerra significava que adotávamos uma política de beligerância, participando diretamente dos combates e ocupando o nosso lugar nas frentes de batalha.

Mas, na realidade, já estávamos na guerra, desde a primeira hora, pois nela o nosso espírito nacional se decidiu em favor da causa da Liberdade, coerente com a fórmula de Ruy Barbosa, esse grande estadista, para quem "entre o direito e o crime não pode haver neutralidade".

Para um país como o Brasil, não havia lugar para dúvidas ou para hesitações.

Hoje, defendemos com as armas, onde quer que sejamos chamados, esses princípios que sempre defendemos, nos campos de batalha, como nas empresas

pacíficas, nas cortes de arbitragem, como nas conferências internacionais, ou seja, em suma, em todas as ocasiões em que o Brasil teve de erguer a sua voz e afirmar ao mundo os direitos fundamentais dos homens e dos povos, sem os quais se torna impossível o convívio das nações.

Nossa política internacional tem a mesma unidade de propósitos que os próprios direitos que preconiza; por isso, diante do grande conflito que divide o mundo, a mais tremenda de todas as guerras, só tivemos uma atitude. Fomos sempre contra os agressores e os opressores.

Nesta guerra, não se trata de nações que se defendem a si mesmas, e sim de princípios, que estão sendo e precisam ser salvarguardados. Só deste modo pode ser preservada a vida das nações e tornada possível a sua convivência pacífica.

Atualmente, um só pensamento anima o Brasil inteiro, o de como intensificar mais e mais a sua cooperação para a vitória.

Durante este ano, sem alardes, mas com a consciência dos deveres que assumimos perante o mundo, desenvolvemos forças consideráveis, que irão em aumento, até a hora da vitória das Nações Unidas.

Então, cessando os ingentes sacrifícios da luta armada, teremos que continuar o nosso grande trabalho, de modo a criar um mundo melhor e evitar que a paz se transforme em mera trégua a preceder novas guerras e novos conflitos.

DISCURSO DE POSSE NO CARGO DE PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DA AMÉRICA, RIO DE JANEIRO, EM 20 DE ABRIL DE 1945

A Sociedade Amigos da América não era uma criação artifical que se pudesse fazer desaparecer com o fechamento das portas de sua sede, com o vasculhar da gavetas de sua secretaria, com a proscrição do seu nome das colunas da imprensa, com a proibição da posse de alguns de seus diretores.

Ela era uma idéia, uma atitude, uma reivindicação dessas contra as quais são inúteis a violência e a brutalidade governamentais.

Ela surgiu em dias obscuros e incertos, quando era fácil errar e difícil acertar.

Recordo-me bem desses dias confusos e amargos, que os brasileiros não poderão esquecer sem comprometer, em futuro próximo, os seus próprios destinos e os do Brasil.

Nessa época, em terra, no mar ou no ar dominavam as máquinas totalitárias, destruindo fronteiras, soberanias e nações, ameaçando subverter a civilização e implantar a nova ordem ariana do espaço vital.

A fé e a esperança, últimos e íntimos redutos da consciência dos povos e das criaturas, pareciam aterrorizadas pela desgraça totalitária, avassaladora, vitoriosa.

A indecisão, a fraqueza, a covardia, a falta de visão, enfim, a quinta coluna, com a sua organização e malefícios, imperavam sobranceiras sobre as consciências e os corações atemorizados.

O mundo parecia resignado a aceitar a escravidão, ante as hordas vitoriosas da brutalidade.

Entre nós, desgraçadamente, surgiram, então, não só partidários, como profetas, como apóstolos, como ordenanças desses exércitos do mal, inimigos da Humanidade e do Brasil.

Foi nessa atmosfera, quando os maiores responsáveis pelo resguardo de nossas terras, de nossas tradições e de nossos ideais comungavam com os conquistadores totalitários, comemorando-lhes os feitos, propiciando-lhes as idéias e, até mesmo, endeusando-lhes os heróis, que, graças à coragem de poucos, sob a

inspiração de Manoel Rabelo, se associaram e reuniram, pela primeira vez, os Amigos da América.

Não porque fôssemos mais amigos da América do que do Brasil tomamos esse nome, mas porque tínhamos a consciência ou seríamos condenados a perecer separadamente, como estavam perecendo os povos da Europa.

A inspiração que nos animou teve a consagração dos acontecimentos.

Não necessitamos, hoje, de apoio ou de aplausos, como não receamos, ontem, o abuso e a violência, porque tínhamos a certeza de receber a homenagem incontrastável dos fatos.

Esta Sociedade tem motivo para orgulhar-se do bem que fez e do mal que conseguiu evitar em nosso país.

Mas, como toda obra humana dessa natureza, a nossa Sociedade, vitoriosa a sua nobre finalidade, provocou, como era de esperar, uma campanha infame e ativa daqueles que dela temiam não só o testemunho, como a intransigência e a vigilância.

Não sendo mais possível acusar os Estados Unidos nem declarar guerra à Inglaterra, era necessário declará-las aos Amigos da América, apontando-os como comunistas, como desordeiros, como judeus, como inimigos do Brasil.

Foi o que se fez: as nossas portas foram fechadas e, antes, já estavam para nós fechadas todas as portas da publicidade e da tribuna e até da reunião a portas fechadas.

Mas, esqueceram-se de que, assim procedendo, abriam para nós as portas da justiça, da justiça reparadora para nós, da justiça condenatória para eles mesmos.

É certo, meus senhores, que, a esse tempo, a América se reunia no Rio de Janeiro para a defesa comum de seus mares, de suas costas, de nossas vidas e de nossas idéias.

Não havia, pois, mais lugar para as leis totalitárias, para as hesitações afrontosas ou para as opções anti-patrióticas.

Surgiram, então, os noviços com o estandarte da nossa fé, os renovados, esses nazi-fascistas com pêlos democráticos, os vira-casaca, conhecidos "frégolis" das idéias como das roupas, enfim a "legião dos novos amigos da América" e vós e nós fomos relegados e por fim perseguidos, fechados, maltratados e a nossa Sociedade considerada como perigosa inimiga da ordem, das instituições e até das Nações Unidas.

Não estamos, aqui, reunidos para reconvenções. Não nos anima, nem a mim nem a vós, nenhuma recriminação pessoal. Não seria digna de nós, que temos fé, idéias e princípios, fazer nesta assembléia um libelo e menos ainda um rol de culpados.

Não é esta ainda a hora para reavivar a memória dos brasileiros, porque a consciência do povo tem uma sensibilidade própria e providencial.

Nossa tarefa é a mesma dos primeiros dias, dos dias incertos. A nossa missão recomeça, esta noite, com novos deveres e, talvez, maiores sacrifícios, mas com o mesmo "leader", com a mesma fé e os mesmíssimos ideais.

Nenhum de nós desertou da bandeira. Estamos todos nesta sala. Não nos exaltou, sequer, a consagração das nossas idéias e a conquista das armas aliadas, porque a nossa obra política não se reduzia nem se pode reduzir à vitória das democracias na guerra, mas à implantação definitiva da democracia na paz.

POR QUE LUTAMOS.

Em uma comemoração da mocidade democrática a esse tempo, resumi a nossa finalidade política nessas palavras: "Entraremos na luta por nós mesmos, pela nossa independência, pela integridade de nossas terras, pela tolerância de nossas leis, na defesa de nossa bandeira e da forma de sentir, de pensar e de viver dos brasileiros".

Não lutaremos contra a Alemanha nem contra a Itália e nem lutaremos a favor da Inglaterra ou dos Estados Unidos da América.

Lutaremos irmanados com a América, pela segurança e pela defesa dos nobres ideais que associaram os nobres ideais colombianos.

Lutaremos pela nossa civilização tradicional, pelas liberdades públicas e privadas, pela sobrevivência dos Estados, numa atmosfera de igualdade, de respeito e de cooperação entre os povos.

Lutaremos pelos direitos da pessoa humana, pelas liberdades públicas e privadas, pela sobrevivência dos Estados, numa atmosfera de igualdade, de respeito e de cooperação entre os povos.

Lutaremos pela salvação da humanidade contra as forças perversas que a assaltaram e, em golpes sucessivos e atrozes, ameaçaram lançar por terra as melhores conquistas da obra material e espiritual dos homens.

Lutaremos por uma concepção da vida, tal como a conceberam os gloriosos estadistas que, em pleno Atlântico, compendiaram em alguns mandamentos, as permanentes aspirações de um mundo que crê na justiça, na prática da tolerância, no respeito à lei e reconhece o primado do espírito e deixa que as nações vivam livremente a sua vocação e a sua vida.

Lutaremos pela melhoria da convivência humana, por um futuro de cordialidade e de paz, mas, mais do que tudo, lutaremos pelo Brasil, eterno e inviolável, cuja unidade, cuja honra e cuja independência pairam acima de todas as outras razões de lutar, de viver e de morrer.

A História da América e do Brasil, da independência aos nossos dias, meus senhores, é a história da luta pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, por tal forma, que seria impossível separar os destinos das nações e dos povos, das terras e das fronteiras americanas da idéia, da teoria, da proteção, enfim, da existência e da defesa da democracia.

OS IDEAIS DEMOCRÁTICOS.

Tenho consciência de haver, numa vigília sem tréguas, defendido os ideais democráticos dentro do governo, a ponto de levar o Brasil ao lado das Nações Unidas e nada mais aspiro, hoje, do que, fora do governo, dar o melhor de mim mesmo para que o Brasil não seja mais governado por um ou por alguns, mas por todos os brasileiros.

Afirmam os inimigos da democracia que não tem o povo bastante cultura, senso prático e inteligência para escolher os melhores homens, nem competência para dirigir as complexas questões políticas, econômicas e sociais, da guerra e da paz que o governo democrático acarreta para os povos. A verdade é que a capacidade do povo para decidir as questões e as crises, as mais graves que o regime democrático apresenta, ficaram superiormente demonstradas pela luta, pela organização e pela vitória das nações democráticas.

Esta guerra, preparada e desencadeada pela loucura de Fuehrers e de Duces, chefes de regimes totalitários e autocráticos, foi ganha unicamente pelo povo do mais impressionante e livre pronunciamento democrático dos anais humanos.

É que, por maior que seja um homem, um Fuehrer, um Duce, um ditador, é sempre menor que o menor de todos os povos. A guerra agressiva é obra de governos que não consultam a opinião pública, porque a história do mundo mostra que só no respeito pela soberania popular encontram as nações segurança para a paz.

A democracia que nos deu a vitória na guerra é, acima de tudo, a estabilidade da paz na vida internacional e da ordem na vida nacional.

Mas a democracia não é uma palavra vã nem um regime utópico nem um sistema de abstrações que confira a cada um a liberdade absoluta e o poder de fazer tudo o que entender. O que ela dá é a liberdade social, isto é, o direito de cada um fazer tudo o que não prejudique a liberdade dos outros.

É a liberdade formada pelos direitos individuais, que além da liberdade política compreende a liberdade civil, o direito à vida, à propriedade, à associação, à religião, à locomoção, à crítica, à iniciativa e ao exercício de todas as idéias, tendências e aspirações a que a criatura humana possa, sem ferir os demais, procurar, para sua felicidade e o seu bem estar.

O outro fundamento da democracia é a igualdade, idéia que pode ter e tem suas origens em princípios filosóficos, mas que na prática significa a realização de uma aspiração milenária e incoercível do homem: a igualdade perante a lei. A igualdade perante a lei, como a definiu a Revolução Francesa na Declaração do Direitos do Homem, é o fundamento de todas as relações jurídicas e a base mesma da justiça, uma das mais nobres razões da democracia.

"Todas as outras formas de governo", como disse em recente e notável trabalho, o professor Darcy Azambuja, "supõem a dominação dos governos sobre os governados, porque aqueles se julgam ou enviados por Deus ou melhores que os governados, ou com direito próprio de governar. Todas elas, portanto, supõem desigualdade e, se admitem a liberdade, é como um favor, porque negam a fraternidade".

"Só a democracia se baseia na fraternidade, pois afirma que todos os homens são irmãos, por terem a mesma essência e a mesma origem, por serem igualmente filhos da natureza ou de Deus, conforme a filosofia que se adote e porque possui, conseqüentemente, os mesmos direitos e os mesmos deveres."

Meus senhores:

Foi pela vitória da democracia que entramos, os Amigos da América, em dias de crise e incerteza, nas arenas das reivindicações políticas. Foram os inimigos da democracia, os piores, porque eram adoradores de Hitler, de Mussolini e de Hiroito, os que fecharam as nossas portas.

Somos os mesmos, os lutadores, e o mesmo é o nosso final: não malqueremos a ninguém, mas bem-queremos ao Brasil.

O BRASIL NA DIREÇÃO DE SEUS DESTINOS

Retomamos, neste instante, a nossa comunhão, com os corações aliviados, para reafirmar que, dentro da ordem e contra a desordem, queremos, num ambiente de liberdade, de igualdade e de fraternidade, que o Brasil seja de novo entregue a todos os brasileiros.

Nossa missão não é impor nem depor: é repor o Brasil na direção de seus destinos e na consideração das nações democráticas.

A tarefa é fácil para todos nós, se o governo, como anuncia, cumprir as suas promessas e os seus deveres.

Bastará, para tanto, que ele se atenha à sua função de assegurar a ordem, respeitar e fazer respeitar as leis e a promover o bem público, que é a razão mesma do poder governamental.

Se, porém, ao contrário, quiser ele, através de seus agentes oficiais, deturpar, corromper, ou violentar a livre manifestação da opinião, dias de provação terão que vir para todos nós.

Nesse transe, deveremos crescer por nós mesmos, na fortaleza do nosso ânimo e na prudência de nossos atos, porque é do prestígio e da sorte do Brasil que estamos sendo chamados a deliberar.

Vencemos a primeira etapa, derrotando os nazi-fascistas governamentais nas suas próprias posições, quando concorremos decisivamente para que o Brasil os repudiasse, formando com a América e com as Nações Unidas ao lado da Democracia contra a Barbárie.

Estão eles novamente alçando suas ambições, com o propósito de confundir os bons patriotas e subverter a ordem democrática que se está impondo, como os fatos naturais, à vida do país.

Há graves indícios da persistência desses propósitos anti-patrióticos.

O apego dos candidatos às posições, à manutenção de leis revogadas pelos acontecimentos, à intromissão governamental na impresa, no rádio, nos meios de comunicações, às leis de favor, aos financiamentos e às obras com fins políticos, enfim, a uma candidatura oficial e governamental, tudo isso são sintomas alarmantes

para o livre exercício e para a emulação digna dos prélios democráticos. Mas, meus senhores, nada nos deve perturbar e menos ainda confundir. O mundo terá que atravessar, no após-guerra, um período crucial de reajuste, de crises e de graves perturbações econômicas e sociais.

A capacidade para organizar a paz foi amplamente demonstrada pelos povos que, surpreendidos pela agressão, souberam vencer a surpresa e a guerra.

Podemos e devemos confiar no futuro. A nossa aspiração democrática de reconstituir o País em colaboração com os nossos aliados, dentro da nossa ordem soberana, acabará por se impor, porque não há mais lugar para manobras e violências capazes, no momento em que nossos filhos derramam seu heróico sangue pela democracia e esta, arvorada nas flâmulas dos exércitos da libertação, entra pelas ruas de Berlim, de deter os brasileiros na reconquista do Brasil.

DISCURSO NO FORUM "REPORT FROM THE WORLD", CLEVELAND, EM 10 DE JANEIRO DE 1947

Ladies an Gentlemen,

I have not come here to speak only, but to listen, to exchange ideas and, especially, to have the honor and the pleasure of spending a few frendly days in your company.

My mission is to inform, but in order to do this, I need to enter into the spirit of your meetings and to take full advantage of your generosity.

This opportunity offered by the Council and World Affairs of Cleveland is a welcome one to me. I hope that from it, from what I shall hear and from what I shall say, there may arise a better understanding between us as well as new possibilities for increasingly improved relations between our respective peoples.

The present fear complex of the world, the universal insecurity and unrest, the disturbance of national and international order arise from many causes. However, four of these causes are worthy of special mention, because I think that they are the principal ones for discussion by the Forum.

First - The need of reaching a conception of a world order designed to establish a certain pattern for world-wide unity.

Second - The uncertainty as to how the "new majorities" will use their increasing political power, if and when they take charge of the government.

Third - The belief that the income and the trade of the world and of each nation are limited.

Fourth - The assumption that we lack space for the world's ever increasing population and for the spread of our common civilizations through inaction, we must submit to experimentation in hope that somehow a new era will arise once these troublesome times come to and end. If such an outcome be possible, if despite this unrest we succeed in laying the basis for a better era, ours will have been a great achievement.

There is one aspect which overshadows all considerations of a material order.

It deals with the moral order which must be created. This will depend not only on how the "new majorities" will adjust themselves to the task of governing the peoples, but also on how the United States of America, a leading nation today as others have been in the past, will formulate a conception capable of guiding the destinies of mankind.

Apart from the slaughter of creatures and the destruction of material achievements, the war brought evidence of the inanity and insecurity of the political conceptions then presiding over the life of the peoples.

Beyond any doubt whatsoever, the norms in prevalence in the period between the two great wars were incapable of reconciling the contradictions and conflicts which were the offspring of progress itself, of the growing aspirations of mankind and of the demands arising out of the expansion of peoples.

Human intelligence appears to have been deflected from the task of solving and overcoming its difficulties and, due to the multiplicity of its problems, to have capriciously embarked on the tragic experiment of our days.

The lesson once learned must never be forgotten. Experience is a hard but most fruitful master.

Peace, which we labor so hard to ensure, cannot be attained through a concert of material forces alone, but rather through their subordination to a moral order, to a conception of life which will correct and overcome these errors and contradictions inherent to the evaluative process of humanity.

Until this day, in spite of all the noble attempts which have been made, culminating in the structure of the United Nations, there still prevails the same antagonism between the two opposed currents of political thought, the authoritarian and the liberal.

There are, however, indications of an effort toward understanding and conciliations of the thoughts and of the spirit of mankind, necessary to intercourse and cordiality between peoples.

The 4 Freedoms, the Atlantic Charter, the Proclamation of Yalta are of American inspiration.

The historic function has befallen the United States of drawing from its own political formation and from that of the Americas the conciliating conception which shall be the base for the reconstruction of a less warlike and less unhappy world.

This capacity for a civilizing and cultural formulation and action is the message which, above all others, we expect from this great country in its role of leader among nations.

Without this conception, all effort will be in vain.

In days past, the Founding Fathers of this Nation, meeting the challenge of times as uncertain and as difficult as those which we are now traversing, gave proof to the world of this powerful creative fecundity of America, then newborn.

They laid the democratic and Liberal bases of a political organization which wrought the transformation of thirteen weak and poorly connected colonies into this mighty Nation capable of turning the scales of war and of nourishing peace,

and - what is more - of gathering races and peoples, to weld them together by force of conscience, of federation, of brotherhood and equality.

Today's mission is, therefore, the same as that of Independence: to formulate a conception of life which will open to the peoples of the world the benefits of the American way in progress, in communion, in democracy and in federation.

It was an arduous and difficult task to achieve victory for those ideas, considered in their time to be Utopian and subversive; an arduous and difficult task awaits you now in a world rife with misunderstanding, with selfish ambition and with irreconcilable conflicts.

Nevertheless, I do not believe that you can renounce your ascendancy and still less do I think that the intolerance and the impositions of our era will cause you to vacillate, for, if you fail in this historic mission, if you do not give the world a conciliatory formulation, there will inevitably befall the alternative of authoritarian materialism, which is the denial of our form of believing, of existing and of living.

Western civilization, which from Greece passed on to Rome, was renovated by Christianism, became diffused by the expansion of the historic peoples, reached new heights through the achievements of science, attained consolidation in the Americas through our capacity for conciliating races, creeds and ideologies, now has in the United States and in our Continent not only the depository of its highest conquests but also the bearer of the heaviest responsibility for its preservation.

Your heritage is like a symbolic torch which may not be extinguished and which must no pause in its onward course.

Such is the task of the United States and this is what America can do: the people that disintegrated the atom has now the mission of integrating humanity.

We must realize that international life will remain in a state of uncertainty, insecurity and danger if we fail to reach this new formula and until each nation find within its borders the solution of the difficulties which beset one and all.

Humanity is witnessing the end of an era in political history and the beginning of a fair and worthy compensation for the worker pervade and dominate all human activities. Throughout the world, the struggle between the so-called Left and Right is being waged. It if be true that the Leftist idea is advancing, it is no less true that both its promotion and the resistance against it are being carried out in an unwise manner.

The political phenomenon is the same as the social one: it reveals a struggle between the old order which refuses to part with its idols, its ideas and its practices, and the new order which indulges in dangerous excesses at the very first sign of resistance to its overreaching innovations.

Political history shows us that in such periods, when the hitherto dominated classes or nations force their way up into being the dominating classes or nations, the process of evolution is disturbed, its rhythm is broken violently and even tragically. This is exactly what is happening throughout the world today, in every nation and within each people.

The intelligence and even the justice of these conquests are overshadowed by the full play given to instinct and passion whenever any opposition to their efforts is encountered.

Nationalism, racial expansion, political ambitions, economic penetration, military predominance, international revelries, revenge, envy, hate, fear and all the other evil forces have perturbed all human activity and, in the prevailing confusion, they have dominated national and international events, creating an atmosphere of insecurity and or unrest which has now spread over the entire world.

This period of transition for humanity will last for many years to come, and during its prevalence surely there can be no complete happiness for mankind.

Until this is done - until each nation and each people find the solution of this problem - , national and international order alike will continue to suffer the hardships which this struggle entails.

In a world of highly prosperous nations, each nation gains advantage from the prosperity of the others, just as in a world of impoverished nations the welfare of each is affected by the poverty of the others.

In my opinion, if we want to solve the problem of production and distribution of wealth as outlined in Point Three - and sooner or later we shall be compelled to do so - we must take immediate steps to increase not only the national income, but world income as well.

Up to the present, it cannot be said that this has been done.

But it is true, nevertheless, that if we secure an increase in the income of the world, and consequently in the income of nations and of the individual, the general prosperity will favor peace - internal and world-wide.

In the period immediately preceding the first World War the total income of the world amounted to one hundred and twenty-five billion dollars, and today it amounts to more than two hundred billion. These figures are but a fraction of the latent possibilities of the world. A sound political and economic policy will produce an increase in the income and in the wealth of each nation. The subsequent expansion of the world's total income will inevitably further the solution of the economic problems which we face today.

If, however, each nation and each person does the utmost to curtail the possibilities of other nations and other individuals - then, surely, all will be poor - all will be troubled. On the other hand, if every nation and every individual seek to promote the well-being of their neighbors, then all would be prosperous, because of the inevitable increase in production, consumption and confidence.

We must realize that the United States has more than one-half of the world's income to take care off only one-fifteenth of the world's population and one-nineteenth of the world area. This means that while your national income per capita is approximately eleven hundred and seventeen dollars, the average income of almost two billion other people is only thirty dollars per capita.

A steady yearly increase in the present world income, more equitably distributed

and diffused, would I am sure contribute greatly toward the solution of our problems of welfare, and in a large measure assist in the consolidation of democracy and the prosperity of all countries.

DISCURSO PARA OS MEMBROS DO "DUTCH TREAT CLUB", ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 01 DE ABRIL DE 1947

The excessive kindness of my distinguished friend, Mr. Edward Larocque Tinker, and his interest in the promotion of inter-American relations have placed me in a rather awkward situation today. April Fool's Day is a risky time for speeches and still more so for listening to them. It is not a day for diplomats, especially since (*ça va sans dire*) diplomacy works best in the dark...

But this was the day given me by Mr. Tinker; life is too short to allow superstition to govern our actions and I am fully awake to the significance of this opportunity to meet the members of the Dutch Treat Club.

I felt it might be interesting to lay before you the viewpoint of a Brazilian on the world situation. His outlook is new and different. You do not know exactly what is a Brazilian and it is but natural that you shouldn't. We are few in number and we live far away from you. You know, I am sure, that we are not Europeans, nor Chinamen, nor Russians. The rest of the picture is largely a blank. At the bottom of your schooldays recollections there may have remained a vague idea of a vast country in South America, larger than the United States, with rivers that area greater than yours, with jungle areas wider than your deserts and hotter than Washington in summer time, with negroes, wild cats, snakes and alligators, the first blacker, the other larger and all more numerous than yours.

The traditional liberties of today's date stop short, however, of entitling me to belittle your knowledge of geography or of your so-called "good neighbors"; besides, it would be deprecatory of my own country to reduce it to an unknown point on the face of the earth when even the coffee cups preclusive to your daily work contain a bit of Brazil.

My objective is to place before you a rough sketch which will enable you to appreciate the parallels as well as the differences which lie between Americans and Brazilians.

We inhabit a broad tropical zone, with a small temperate belt to the south and inclosing a central plateau, the largest on earth, where prevails eternal spring. Except in the southern zone, we have neither winter nor summer but merely an alternation of dry and rainy weather.

In the era of discoveries we underwent occupation and exploration, like you, by all peoples on earth. Here, the English overran and forced out the others, while in my country the Portuguese, who were then practically masters of the world, expelled everybody else including the English.

We are Portuguese. In fact, we are today the representatives of this great family - one of the outstanding cases in history, of which your Nation is another, of the colony becoming greater and wealthier than the mother country.

But there is a heritage, common to Brazilians and Americans and which is rooted in an European alliance more than eight centuries old, between the greatest Empire on earth and one of the world's smallest nations.

The ancient alliance was transplanted to American soil and here, on a continent discovered by an Italian in the service of Spanish kings, the two nations founded by England and by Portugal have grown and become still more closely united in the amity between the United States and Brazil.

A Brazilian is, therefore, the historical ally of an American: a friend whose friendship is in the nature of a family inheritance.

By this, however, I do not mean that we are alike and still less that we are equal. There are emphatic distinctions, but despite our differences we have kept faith with our historical ties; throughout racial transformation and the mutations of life we have maintained the moral constant and cultivated the familiar tradition.

The Brazilian is a conservative. He does not envisage extremes save to avoid them and he looks to the future as an opportunity to improve the achievements of the past.

We are not revolutionaries but we are characterized rather by a marked spirit of conciliation and by a predominance of circumspection and deliberation in our life. Because of this we are a peaceable and a pacific people. We are not excessively religious nor subject to wild political passion, even though, with our forty five million inhabitants, we are the greatest Catholic nation, also the greatest Latin unit in the world, for our Latin population is larger than that of France or of Italy.

We are reasonable folk, well aware of the middle way and preferring to walk with assurance on the main road rather than to run through short cuts with their attending risks.

I am not trying to exalt the Brazilian type, but rather to characterize it in order to compare it with yours and with other American and world types. It is not in vain that a race should have conserved a territorial expanse like Brazil in a divisionist, imperialistic and colonially-minded world. There must be a moral cause. In our case it lies in our capacity to conciliate and in the juridical gift which has ever marked our policies. All extremist peoples have either become divided or disappeared, or are now minute sources of civil struggles or world wars. I do not want to give examples but we are surrounded by them.

The climate robs us of much of our vigor. It reduces our capacity for work and widens the margin of dreamy fantasy which is our Latin heritage.

We have to fight our climate whereas yours fights for you and encourages you. The achievements of science will facilitate the conquest of the tropics and the advent, as foreseen by Theodore Roosevelt, of a Brazilian era of expansion and civilizing advancement.

This is a broad picture of my people and of my country. It may seem to you more like a cartoon, or maybe like one of those tinted photographs which used to be in fashion some time ago...

But what I really want to tell you is that this Brazilian, whose health is not so good as yours, whose material progress, education and capacity for work are less than yours, sees the world, nevertheless, I would not say from the same viewpoint, but with similar feelings and preoccupations, and what is more, with the determination to share with you in future, as he has always done in the past, the same destiny in peace and in war.

Our European forefathers, like yours, came here to escape persecution or were attracted by the wealth of the land.

They were courageous people, driven by the desire to live and let live, but they could not avoid bringing with them the taint of political, religious and racial hatred, disunity and rivalry bred on European soil.

The new land, the shaping force of the physical geography of America transformed the European folk and their political heritage into a new race, with new ideas and aspirations. The "Homus Americanus" is a reality. Born of all the old races transformed by the new land, he represents a definite type, without prejudices, without hatred, a friend to his fellow creatures on earth.

A new conception of life, based on equality of initiative and of opportunity, of freedom in its many forms, on universal human dignity and on the belief in the infinite possibilities for the improvement of mankind, was the creative force which worked the transformation, in various degrees, of the old world and of the old races into our nations of today.

We Brazilians envisage just one solution for the world: its Americanization. The message of the Americas is of a moral nature. The American peoples do not want the Europeans to do else than to live without hatreds, without rivalries, as we do live. As the European man underwent transformation in America, so can the American concur to transform Europe. The assistance in war and in peace which we have extended to Europe is valid not only in its material aspect, but still more so throughout a new conception of life, through the idea of solidarity and the moral expression of this aid.

I am convinced that the lesson of American experience will be learnt in the end by all peoples.

I do not believe in a coming war, but I do think that peace will be an everyday ordeal.

The aftermath of war is world-wide confusion and indecision. The swing of

the masses toward the left is the result of the post-war battle of economic and social vindication of human society, impoverished and weakened by its own struggles. I do not think that a single creature in the world has escaped the effects of the last war and for this reason, if we desire peace it will have to be the work of all and not of just a few. Peace is a spiritual saturation rather than a balance of forces. It is a stage of the collective as well as of the individual conscience. We cannot achieve it through mere combinations of governments and far less through the elimination of material.

All the creative energies of man, from religion to science, and all the forces of human conscience, from good will to faith, must be conjugated in order that the pacific work of the United Nations may associate the peoples.

Western civilization, restored by the Americas, cannot perish nor can it give way. We believe in America, in her youth and vitality and in her capacity to withstand and to rebuild.

It is thus, gentlemen, that we Brazilians see the world today, not as did the Indians who allowed themselves to be absorbed and slaughtered, surrendering their virgin land to the invader, but as men of America who are conscious not only that "America is for the Americans" but also that, having twice saved the world in war, it has a still more heroic mission to perform: that of saving the world for peace.

DISCURSO DE ABERTURA DA II ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 16 DE SETEMBRO DE 1947

Está inaugurada a Segunda Assembléia Geral das Nações Unidas. O mundo a espera com ansiedade, e também nós, os mais diretamente interessados na solução dos problemas internacionais, sentimos do mesmo modo a sua necessidade, para pôr fim às angústias e suspeitas mundiais, e às nossas próprias.

Na realidade, desde a sua última sessão, pouca coisa pôde fazer a Organização das Nações Unidas. Assim sendo, cabe-nos agir. E apesar de no programa da Assembléia Geral constarem numerosos assuntos, todos eles, na verdade, podem ser resumidos num só: a escolha do caminho que será trilhado pelas Nações Unidas. O nosso verdadeiro programa é espiritual, o nosso tratado não é apenas um pacto entre países. É também um pacto com os seus destinos como países. Aqui será organizado um mundo em paz, ou surgirá a guerra.

O momento atual é grave; como o são todos os dominados pelas dúvidas, e pelas decepções. Mais de dois anos já se passaram desde o fim da guerra, porém, não conseguimos ainda uma verdadeira paz. Todos os grandes conflitos são ineludivelmente seguidos por um período de reconciliação. Assim como a doença nos mostra os benefícios da saúde, a guerra também nos traz a vantagem de odiá-la, e fazer-nos amar ainda mais a paz.

Assim, pois, a luta que se segue às guerras é de caráter espiritual. Nela, sucumbirão todos aqueles que não aprenderam as lições do período de tormentas. Portanto, a vontade deve ser humana, pois, do contrário, contradiria os fundamentos essenciais da vida. O mundo totalitário percebeu que quis afogar a liberdade da consciência humana. As conquistas espirituais não podem ser anuladas pela foça bruta.

A guerra que passou e que afetou a todos os povos e todos os seres humanos, pois nenhum deles conseguiu escapar aos seus efeitos, necessariamente produzirá uma paz que será baseada no consentimento universal. Compreedemos que esse

consentimento não é obra de um dia nem uma conseqüência automática da cessação das hostilidades.

Todavia, seria inútil deixar passar o tempo em vão, para consolidar as aspirações e necessidades pacíficas dos povos. As conquistas pacíficas são lentas, não se justificam as demoras desnecessárias. Esta organização precisa remover as dificuldades momentâneas, da mesma forma como os países que são seus membros venceram a guerra, quando parecia perdida, a fim de manter a paz. Temos que aceitar a superioridade dos povos e dos seus governos, depois da experiência passada, no período que não desejamos sucumbir.

Esta organização vê a paz como consolidação das obrigações conjuntas dos países vencedores e a subordinação justa e consciente dos vencidos à ordem internacional, criada pela Carta das Nações Unidas.

A nossa finalidade é aproveitar as lições do erro e a consciência do mal, para facilitar a obra de aperfeiçoamento pacífico material e moral de todos os povos.

Todavia, essa tarefa será impossível se não soubermos tirar, da última guerra, com maior força que os conflitos precedentes, a decisão de proibi-las para sempre, na vida dos povos.

NÃO É SUFICIENTE COLOCAR ARMAMENTOS À MARGEM DA LEI.

Não é suficiente colocar armamentos de destruição em massa, como os gases asfixiantes e a bomba atômica, à margem da lei. Devemos condenar não só as armas, como também os ideais guerreiros e todos os que se aproveitam dos progressos pacíficos da ciência para fomentar a guerra e a destruição, em lugar de procurar, com tais progressos, aumentar o bem estar dos povos.

Com o triunfo da razão, surgirá uma paz duradora e nunca devemos tomar as armas, e sim os princípios, os responsáveis pela utilização daquelas. Queremos conservar o mundo dentro da razão; unindo as diversas raças; facilitando a convivência das religiões diferentes; universalizando as ciências e as artes; coordenação dos interesses; abrir na vida comum dos povos, através da civilização e da cultura, possibilidades imensas para o futuro da humanidade.

UMA HUMANIDADE COMO A QUE SONHARAM OS UTOPISTAS

Aproxima-se uma humanidade com a qual sonharam os utopistas. Não devemos deixar passar esta oportunidade. Porém, como toda a obra humana, isso exige paciência, sabedoria e constância, na sua realização.

E este é o trabalho de que está incumbida esta Assembléia: a luta que caracteriza esta fase do pós-guerra deve ser resolvida pelas idéias, e não pelas armas. Não podemos estabelecer um mundo de nações suicidas. Assim, a questão deste momento é fazer com que todos os países, todos os homens, tenham confiança nesta Organização. Só assim os desarmaremos para a guerra e os aprestaremos para a paz e para a amizade.

Esta é a razão de ser e a finalidade das Nações Unidas. E para isso nos reunimos aqui. Jamais, no curso da História, se concertaram para esta obra de conjunto, tantas forças materiais e espirituais como agora o fazem; não só para manter a paz como um equilíbrio político, mas também para encontrar meios e adotar iniciativas que possam suprimir as guerras, como solução para os problemas da vida.

Isto aqui não é uma simples organização política. Não é um mero pacto entre nações. É um acordo entre os sentimentos e os pensamentos humanos. Aqui verificaremos se os povos aprenderam a se conhecer e a confiar uns nos outros; se poderão solucionar fraternalmente os seus diversos problemas.

Para aqui afluirão todas as discussões, todas as dúvidas e todos os conflitos que afligem os povos. Virão à procura de solução. Muitos deles são seculares e parecem insolúveis; outros surgiram das situações oriundas da complexidade sempre crescente dos problemas econômicos e sociais. Não conheço nenhum outro empreendimento mais digno da inteligência humana; para o conhecimento humano e para a boa vontade dos povos e governos. E é necessário enfrentá-la se não desejarmos que o mundo sucumba. Estou certo de que o império da razão, que domina grande parte do mundo, acabará por se impor em todo ele, facilitando o trabalho da paz.

As forças da resistência terminarão por ceder ante as novas concepções que surgirão desta Organização, para incluir todos os povos. Não existem conflitos eternos. Tal é a experiência da vida humana. A guerra não pode ser permanente, como ainda não o é a paz.

A DEMOCRACIA É UM IMPERATIVO DA CIVILIZAÇÃO E DA CULTURA.

A vida é uma obra de contínua superação, e para isso, a liberdade é uma condição ineludível. A democracia é um imperativo da Civilização e da Cultura. O mundo melhora sem cessar e continuará a melhorar cada vez mais. A paz permanente surgirá como uma conseqüência dessa evolução material e moral do mundo. Todavia, reconheço que tal evolução poderá encontrar obstáculos e atrasos, crises em sua evolução.

É uma função das Nações Unidas evitar essas interferências e atrasos e promover a cooperação necessária para a comunidade mundial.

Neste momento vemos: uns países vencidos, outros vencedores, uns confiantes, outros atemorizados, porém, quase todos eles desesperados. A paz que reina nas Nações ocupadas é uma paz imposta pelas armas e para os países ocupantes, isso implica manter grandes contingentes mobilizados.

A Europa, é atualmente uma tragédia econômica e uma interrogação militar. Na Ásia, ainda não cessou a maré de sangue agitada pela guerra. Apenas a América continua sendo o continente da paz.

Não serão devido a isso as únicas forças políticas que resolverão o problema do porvir, do mundo. Não acredito, também que o mundo poderá desenvolver-se sob o poderio militar dos povos. Agora estamos perfeitamente convencidos de que

outros fatores econômicos, sociais e culturais terminarão por se impor.

Não serão as alianças nem as "ententes" as que cuidarão do equilíbrio mundial. Também não haverá nações autônomas. O mundo atual é mais consciente e realista, mais livre e senhor dos seus destinos, apesar de isso não ser igual em todos os países.

A obra das Nações Unidas deve pender cada vez mais intensamente para a orientação dos povos e da conciência dos homens, para que tenham confiança nesta instituição e nos princípios e fins desta Carta.

Poderá alguém dizer que existem zonas impenetráveis a tais idéias. A natureza dos povos analoga. Todavia, não existem terrenos suficientemente fortes para impedir a penetração das modernas invenções, que permitem perfurar os terrenos graníticos com que em outros menos resistentes se proceda anteriormente.

As idéias são mais poderosas do que as máquinas. O poder espiritual, maior que o da matéria, aumenta sem cessar o poder da inteligência humana e a necessidade de convivência social. Elas são as forças mais poderosas que existem e terminarão por vencer todos os obstáculos, barreiras e resistências, impondo-se sobre as necessidades espíritos reconciliados de todos os povos.

Teremos ante nós, nesta próxima década, uma etapa de dúvidas e de insegurança, o que é inevitável, pois trata-se de um período de convalescença, durante o qual a doença se apresenta como permanente e nos parece ser impossível recobrar a saúde.

Decaem as forças morais e as forças espirituais parecem estar anquilosadas e confusas. Está à nossa espera uma atmosfera de pessimismo e desalento, que debilita os homens e as nações. Todas os males, tanto morais como espirituais se agravam e um profundo desânimo parece esgotar todas as energias da Humanidade.

Porém, Senhores Delegados, esta Organização surgiu da necessidade de superar os males desta catástrofe.

A PAZ NÃO FOI VENCIDA NOS CAMPOS DE BATALHA.

A paz não foi vencida nos campos de batalha e não pode ser enfraquecida em nossas reuniões. As resistências que se opõem à sua compreensão unânime, fundamentam apenas os meios e modos de consegui-la.

Nós temos o dever de encontrar os meios de conciliar essas diversas atitudes, ante um bem comum. Assim, o caminho para a paz é o mesmo, porque não existem várias pazes e sim uma só paz, que foi iniciada em São Francisco e deverá terminar em Nova York, aqui nas Nações Unidas.

Não existem alternativas nem lugar para opções. É uma tarefa ineludível e é a missão desta Assembléia. O mundo aqui representado só poderá dividir-se pela incompreensão dos homens, pelo nosso fracasso no que de nós espera o mundo. O processo histórico e natural tende para uma crescente solidariedade nos destinos humanos. E essa tarefa nos pesa sobre os ombros. Devemos realizá-lo com a consciência do dever assumido e firme determinação.

Ao abandonar esta presidência, à qual fui elevado pelo voto quase unânime das Nações Unidas, quero mais uma vez expressar a minha gratidão pela honra que me foi conferida e pela vossa confiança; bem com a minha fé nesta Organização. Desejo afirmar mais uma vez, ainda, que todos os países que agirem fora desta Organização agirão mais em favor da guerra do que em favor da paz.

DISCURSO PARA OS MEMBROS DO "ECONOMIC CLUB OF NEW YORK", NOVA YORK, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1947

Mr. Chairman,
Members of the "Economic Club",
Ladies and Gentlemen,

There is hardly a subject upon which I may talk to you that can be unfamiliar to the members of an organization bearing the name of the "Economic Club of New York". The feature of our times is the interdependence of political and economic aspects, with a trend toward predominance of the former. It is characterized not only by the influence of international factors in the life of each people and even of each individual.

The United Nations, with its tendency toward the super-State, is adopting, for instance, through the Economic and Social Council, resolutions which will take effect in the fields of economic development and stability, of fiscal problems and of transportation.

The aim of the recent meetings of the Preparatory Committee in Geneva and of the coming International Trade Conference in Havana is precisely that of restoring the flow of international trade and establishing a code of commercial relations which will have its repercussion in the entire economic life of the world. The same can be said, in another sector, of the International Maritime Conference which is to meet early in 1948.

The role of the United Nations in international economic life is not confined, however, to such intervention. Some other aspects of fundamental importance are the object of the attention of that organization and its specialized agencies.

Among them I mention relief and the reconstruction of devastate areas, monetary stabilization, restoration of the international flow of capital and goods, economic betterment and stability of under-developed are, statistics, agricultural production and distribution, improvement of standards of living and nutritional levels, health conditions, employment, labor standards, regulation of air transport and telecommunications.

The so-called "Marshall Plan" is another example of international economic interdependence on one hand and, on the other, of a growing predominance of international, social and political factors over the economic life of the peoples. I do not wish to enter here into an examination of these problems. They are historical and involve old issues, the solution of which will require time and the exercise of all the wisdom of which the human mind is capable.

The present fear complex of the world, universal insecurity and unrest and the disturbance of national and international order arise from many causes. Among these causes there are four which, I think, deserve special attention:

First - the need for the conception of a world order or a pattern for world-wide unity.

Second - uncertainty as to how the "new majorities" will use their increasing political power.

Third - the belief that there are limits which the income and the trade of the world and of each nation cannot surpass.

Fourth - the assumption that we lack space for the world's ever increasing population and for the spread of our common civilization.

The understanding of these causes and the solution of the problems which they present will bring the rise of a new era. If we can show that such an outcome is possible, if despite world unrest we succeed in laying the foundations for this better era, ours will have been a great achievement.

There is one aspect which overshadows all considerations of a material order. It deals with the moral order which must be created. This will depended not only on how the "new majorities" will adjust themselves to the task of government, but also on whether these majorities in the leading nations will formulate a conception capable of guiding the destinies of mankind.

Apart from the slaughter of creatures and the destruction of material achievements, the war brought evidence of the emptiness and insecurity of the political conceptions until then presiding over the life of the peoples.

The norms in prevalence in the period between the two great wars were proved beyond doubt to be incapable of reconciling the contradictions and conflicts arising from progress itself, from the growing aspirations of mankind and from the demands created by the expansion of peoples.

Human intelligence appeared to have been deflected from the task of solving and overcoming its difficulties, to embark on the tragic experiment of our days.

Peace, which we labor so hard to ensure, cannot be attained through a concert of material forces alone, but rather through their subordination to a moral order, to a conception of life which will correct and overcome these errors and contradictions inherent to the evolution process of humanity.

Until this day, despite all the noble attempts which have been made, culminating in the structure of the United Nations, there still prevails the same old antagonism between the authoritarian and the liberal currents of political thought. There are, however, indications of an effort toward understanding and conciliation of the thoughts and of the spirit of mankind, so necessary to a cordial interchange between peoples in all fields of human endeavor.

We must realize that international life will continue to be plagued with uncertainty, insecurity and danger, until we reach this new formula and until each nation finds within its borders the solution for the difficulties which beset one and all.

Humanity is witnessing the end of an era in political history and the birth of a new one. Throughout the world the struggle goes on between the so-called Left and Right. The Leftist movements has gained ground, but the fact is indisputable that its promotion and the resistance against it are being carried out in an equally unwise manner.

The political phenomenon is similar to the social one: a struggle between the old order which refuses to part with its idols, its ideas and its practices, and the new order which indulges in dangerous excesses ate the very first sign of opposition to its overreaching innovations.

Political history shows us that in such periods, when formerly dominated masses or nations force their way up to the status of dominance, the process of evolution is disturbed and its rhythm broken violently, even tragically. This is exactly what is happening throughout the world today, in every nation and within each people.

The brilliance and even the justice of human achievements is dimmed by the full play given to instinct and passion whenever any opposition is encountered in the forward march. Nationalism, racial expansion, political ambitions, economic penetration, military predominance, international rivalries, revenge, envy, fear, hate and a multitude of other evil forces have perturbed all human activity and, in the prevailing confusion, dominated national and international action, creating an atmosphere of insecurity and unrest which has spread over the entered world.

Until each nation each people find the solution of this problem, national and international order alike will continue to suffer the hardships which this struggle entails.

Gentlemen: In a world of highly prosperous nations, each nation would gain advantage from the prosperity of the others; conversely, the poverty of so many nations affects today the welfare not only of the world at large but of each people and of each individual.

In my opinion, if we want to solve the problem of production and of the elevation of the general wealth level - and sooner or later we shall be compelled to do so - we must take immediate steps to increase not only the national income, but world income as well.

Up to the present, it cannot be said that this has been done. It is true, nevertheless, that if we secure an increase in the income of the world and, consequently, in that of nations and of the individual, the ensuing prosperity well favor peace - internal and world-wide.

In the period immediately preceding the first World War the total income of the world amounted to one hundred and twenty-five billion dollars, and today it amounts to well over two hundred billion. These figures are but a fraction of the latent possibilities of the world. The income and the wealth of each nation can be raised if a sound economic and political policy is adopted. The subsequent expansion of the world's total income will inevitably further the solution of the economic problems which we face today.

When each nation and each person does the utmost to curtail the possibilities of other nations and of other individuals, - then, surely, all will be poor - all will be troubled. On the other hand, if every nation and every individual seek to promote the well-being of their neighbors, then all can prosper because of the inevitable increase in production and consumption and in confidence.

New vistas must be opened; the achievements of civilization and culture are available to all and their proper use can ensure the economic betterment of under-developed areas, thus dispelling the fallacy that the world lacks space for its growing population.

This is one of the functions of the United Nations. In my opinion it is also one of your problems, your wealth and prosperity, grate as they are, could not long endure in a poor and unhappy world. Your leaders know, and you know, that without the leadership of the United States the world cannot rise formats present state of chaos. A careful analysis of present day conditions indicates that the world has never been in greater need of wisdom, of courage and unselfishness in the councils of governments, of peoples and of nations, that humanity may resume its onward march and civilization be safeguarded.

In short, you are not asked to save the world, because you are a world in yourselves, but, do not forget that there exists another world in yourselves, but, do not forget that there exists another world which needs the leadership of your great country and of the democratic achievements of your people.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA II ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1947

1. I will not attempt to make a speech, but, in fulfillment of my duties, I will proceed to render an account of our work.

2. The record of this Assembly has surpassed by far that of the previous ones. The work has been strenuous and difficult. 49 plenary sessions were held, 447 committee meetings took place and 93 resolutions were adopted. No efforts were spared whether by the delegations or by the delegates individually. All was done that could be done. We worked practically seven days a week and often far into the night. Our only pastime was work.

A large share of the credit for the success of our task is due to the Secretariat. We are greatly indebted to Mr. Trygve Lie. He has demonstrated, during his tenure of office, amidst difficulties of all kinds that besets every new enterprise, not only foresight, a high sense of duty and steadfast devotion to the cause of our Organization, but also a gift of statesmanship which has gained our growing esteem and confidence. A special tribute of appreciation is due Mr. Cordier for his able and unfailing assistance to me and to the assembly. We have felt at this Session that the machinery at our disposal could not work better than it did. The simultaneous translation, staffed by efficient and devoted personnel was a great improvement.

The heavy burden which your generosity laid upon my shoulders was considerably lightened by the splendid co-operation constantly rendered me by all and especially the vice-presidents. The work of the Assembly was facilitated by the masterly way in which the Chairmen and the Rapport's of the various Committees conducted their work.

I am sorry that time will not allow me to call by name and thank personally each and every one of those whose co-operation will remain in my memory of one of the most gratifying passages of my life.

3. The material work, however absorbing and exhaustive, was far less so than the responsibilities undertaken, which put to the test all our reserves of

discernment, patience, good will, conciliation and vision, This Assembly, even more so than the preceding ones, had the merit of exposing world problems and of compelling their definition. It was featured by frankness, by explicitness, by a necessary and courageous approach to realities formerly kept under diplomatic wraps and shrouded by political conveniences.

Such is the principal mission of the United Nations: to unveil truth and to face reality, that its action be properly guided in the maintenance of peace and of the security of peoples.

4. Those who do not as yet believe in the work of our Organization or who doubt the immediate and future results of the action of our Assembly are victims of self-deceit, for the United Nations and the principles embodied in its Charter admit of no denial. This Organization can only be a meeting-point for men of good will and nations of good faith. We have no room for those who refuse to believe, to hope and to understand. Civilization and culture owe nothing to indifference and skepticism. Peace can be maintained only by those who cling to good and never surrender to evil.

5. This Assembly had laid bare the struggles, the divergences, the misgivings, the rivalries that beset the world today. But, fellow Delegates, these were not created by the United Nations. On the contrary, this Organization was created to seek a better solution for such conflicts and maladjustments in international life. They did not arise in our generation, nor will they be corrected within our life span. The nature of these facts is too complex to admit of facile or improvised solutions. It calls for a slow evolutionary process rather than abrupt decision. Foresight and patient labor alone can win back the ground lost in the past. The realization of these facts was on of the major achievements of our Assembly.

This Assembly was, therefore, a searching of world conscience through the conscience of each and all of the members of the United Nations.

6. We were not daunted by reality despite its often menacing aspects. There was freedom of speech here and recrimination marred, at times, the debates. But he who resorts to words hardly ever resorts to force. Strong language has been used here, but this very fact lent us the authority to condemn a proposal which aimed at penalizing freedom of thought, of speech and of writing, which is inherent to human civilization. It did not preclude, however, the adoption of a resolution of "spiritual disarmament" capable of aiding and expediting that of material disarmament, which was adopted at the last Session and which was so long desired and so necessary to the peaceful communion of peoples.

7. It is beyond doubt, also, that the comprehension of "Democracy" itself, through our debates and these resolutions, acquired clearer and better defined aspects,

capable of favoring a conciliatory conception half way between the extremes in which contemporary political thought is struggling.

8. The ban on the use of majorities as a weapon for the oppression of minorities is the very foundation of Democracy. I do not exclude our submission to the necessity of the concurrent vote of the five permanent Members in special cases regulated by the Charter. But I believe that just as we accept this rule, so is it necessary that the permanent Members equally accept the majority decisions. It would be an indefensible contradiction to reject the decision of the majority and, at the same time, demand respect for the "veto" of the five permanent members. My feeling is that both systems are necessary and that they should function together for the improvement of our Organization.

9. Another aspect of our resolutions which, in my opinion, was highly significant, was that of the growing tendency of the Assembly to resort to the International Court of Justice for clarification of the legal aspects of many doubts which still exist in our interpretation of the Charter and even in its application. It would be absurd to deny the Court the right to interpret the Charter within the limits of its competence, but the Assembly must play its part in meeting the requirements of political situations.

10. The validity of the resolutions adopted in the Greek and Korean cases may be challenged, and such challenges are worthy of our consideration. Although we believe in the sincerity of the objections, the significance of these resolutions must not be viewed in the light of their specific cases alone, but as a norm which is applied today to Greece and Korea, and which, tomorrow, may likewise be applied to protect different regimes in other countries.

11. The approval of the agreements in our specialized agencies was a significant part of our work which I feel I should mention here. The exception of the "Marshall Plan" - a service offered to humanity by the American people and quite in keeping with Articles 55 and 56 of our Charter may call for the collaboration of these Agencies and of the United Nations itself, if such an arrangement be advisable, as everything appears to indicate.

12. The establishment of the Headquarters Committee, at whose opening session I had the honor to preside, is worthy of special mention. As President, it is my duty and my pleasure to extend congratulations to Ambassador Warren Austin and to Mr. Trygve Lie on the success of their efforts towards securing, under very satisfactory conditions, the loan which has made it possible for the Committee to begin its task of constructing our future headquarters.

13. The Interim Committee is a new experiment - a transitory agency with moderating functions. Radical objections have been raised against its creations. It

is my hope that these doubts and reserves will be dispelled once it enters into operation within its restricted grant of authority. I always believe in efforts which aim at facilitating a mature and extended analysis of our problems before they are brought to the final consideration of the Assembly.

14. I feel sure that I speak for the Assembly, in extending to the governments of India and of the Union of South Africa, Headed by two great leaders of modern political thought, an appeal that they continue their efforts with a view to reaching an amicable agreement, settling their dispute through a round table conference, trusting that their good will and sound judgment will guide them toward a fair solution of the problem.

15. The resolution on Spain, adopted by the First Committee, was subsequently altered by the Assembly, and the re-affirmation of our previous decision failed to obtain the necessary two-thirds vote. This Organization does not intend to stifle the spirit of nations in recommending that its principles be respected and observed, but rather to help them to conquer an evil from which no benefit can come to any peoples.

16. Although I have had no influence over the deliberations on Palestine either in this Assembly or in the Special Session, since my duty as President imposed, in both cases, a neutral attitude, I cannot but concur and congress my assembly in this bold and historic experiment as President of this memorable Assembly, and I wish to express my deep confidence that the Arab people - which, as a link between the ancient and modern civilizations, gave the world one of the richest contributions in the realm of culture - will contribute, once again, with an understanding spirit, toward solving the vital problem of eliminating on of the greatest sources of unrest in international life.

17. Time will not allow me to enter into further details of our work. You who participated in it are conscious of its value, but it is necessary that the world, from which we have received our mandate to maintain peace, be made aware of our efforts and achievements. Among the outstanding gain of this Assembly was that of the growing influence of the opinion of the small States. The freedom and equal standing of nations was, in this session, one of the milestones of our progress. Another noted feature were the concessions made by the great powers to the small nations in favor of ever greater extension of the trusteeship system.

18. The Council of Foreign Ministers is now meeting in London. May they be guided on the right path to peace, in order that we may adopt the decisions necessary for its maintenance and the peoples of the world. Our future cannot lie at the mercy of the misunderstanding of governments, however powerful.

19. The evolution of mankind is subject to neither time nor boundaries. War, however, can be banned as an instrument for its achievement, particularly since the ultimate aim of mankind is peace. This is what we expect from the meeting of Foreign Ministers and this is also the mission of the United Nations. It is not our function to impose an existing order upon an order which is striving to gain ground. Our task is to ensure a fair and peaceful atmosphere for the free play of human evolution. One cannot attempt in our Organization to accomplish too much in too short a time. In my opinion we have advanced too fast and endeavored to embrace too many problems. Many of our resolutions suffer from these mistakes with all their negative consequences. At least a few years will have to pass before our work can become fully effective. It is possible, in the meantime, that setbacks will occur in the rhythm of our work because the effects of the last war will overcome the errors of any nation or group of nations.

20. I do not fear for its future, but rather for the future of those who will not understand it and accept its dictates and the supremacy of the Charter of San Francisco. They, indeed, run the risk of turning world opinion against themselves and they will go the way of Fascism. All idea of force is today obsolete and negative. The old order, based on political power, is trying to survive but there is no longer room for predominance through force. The United Nations stands for the new order, based on peaceful accord, on understanding, on free discussion, on free conclusion and on the common and equal responsibility of peoples. It is the organ of world public opinion. The world to which we all aspire can only be constructed by the United Nations.

21. Before I close this Session, I should like to call your attention to the fact that this post-war period has not been marked by armed conflicts such as those which occurred in the period following the Peace of Versailles. Ours is a different era. We cannot, therefore, apply methods and procedures of bygone times to the problems of today. We have to live according to our times, with our minds turned to the future and not to the past. Our close contact with international political life leads to no forecast of a world war in the near future. The world seeks, however, new forms of political, economic and social integration in which the contest of ideas will supersede the clash of arms. The *status quo* is no longer possible, a new reality is arising in our days, to which we must impart the spirit of the United Nations, the only conception capable of ensuring peace, solidarity, dignity and equality for all peoples. Or action should not be *post factum*. Our task is one of foresight factors capable of disturbing world order and to evolve the policies which will bring that order within the grasp of all peoples.

It is our duty not only to do away with all causes of war, with all the means at our disposal, but also to lay the economic, political an social bases for peace.

This Assembly has shown an enlightened understanding of this task, and for this reason your decisions, fellow Delegates, will go on record as a memorable

contribution toward the peaceful and constructive solution of world problems.

Gentlemen, I thank each all of you. The Second Session of the General Assembly is closed. I be a step as great as our has been toward the maintenance of peace and international security.

DISCURSO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, RIO DE JANEIRO, EM 1948

Esta é a 1ª Coferência Nacional das Organizações Não-Governamentais, promovida, em nosso país, pela Organização das Nações Unidas. É esta, apenas, uma etapa na longa estrada a ser percorrida pelos povos em procura da organização mundial. É uma etapa preliminar.

Toda verdadeira organização, destinada a sobreviver e a ser útil, deve assentar suas bases naquilo que se quer organizar. Toda construção, que deve durar e preencher sua finalidade, tem de emergir de decisões com superfície e profundidade capazes de suportar o edifício que se quer sobre elas perpetuar. A ONU é uma super-organização de Estados. É, como diz a sua Carta, um centro de coesão e de harmonia das nações. Mas, antes e depois, ela foi, é e terá de ser uma associação de povos, se possível de todos os povos.

A Organização das Nações Unidas está na sua infância. Tem apenas 4 anos. As instituições, como as criaturas, como as nações, como todas as coisas, nascem, vivem e desaparecem ou tomam no curso dos tempos formas tão diferenciadas de suas causas e fins que é difícil, por vezes, explicar as suas origens ou compreender a sua existência. As Nações Unidas aliaram-se na guerra para conquistar a vitória e em São Francisco organizaram-se para consolidá-la pela paz. Tudo isso ocorreu em plena luta e antes da era atômica. Daí considerá-la mal nascida e já ferida de morte. O mundo, então, estava doente e em guerra. Continua doente e sem paz. Daí suporem estar ela contaminada de um mal incurável.

É fora de dúvida que, como toda obra humana, ela padece das condições de sua época. Tudo que nasce no mundo de hoje é estranho e inesperado e parece nascer doente e velho e inviável. Mas foi sempre assim: a criação aquém da imaginação, o caos antes da obra do Criador.

A Organização das Nações Unidas foi considerada, pelos povos líderes da guerra, como uma instituição necessária a organizar e manter a paz pela força das idéias que os levou a lutar, mais do que pela idéia da força. Não quero tomar o vosso tempo com altas indagações, sobre a guerra e a paz, sobre suas causas, efeitos

e possibilidades. Desejo, apenas, com a naturalidade e simplicidade que caracteriza a contribuição rotária à solução dos problemas humanos, examinar convosco as razões que me fazem acreditar cada vez mais não só na sabedoria daqueles povos, na visão daqueles líderes, como na necessidade das Nações Unidas.

A paz não é um estado natural, como não o é a guerra. Uma e outra, sem aprofundar o exame da natureza delas, são, em última instância, obra do homem de sua decisão, de suas realizações.

Ora, se uma ou outra não existem em si mesmas, mas precisam ser feitas pelo homem, é conseqüente que do homem depende manter a paz ou fazer a guerra. Não me quero deter no exame, que ocupou filósofos, sociólogos e políticos de todos os tempos, sobre a capacidade de a criatura decidir ou optar entre essas duas ordens extremas da vida dos povos.

Quero, apenas, acrescentar que nesta etapa de nossa existência e da mundial, toda criatura já aderiu à consciência do dever de respeitar a ordem constitucional interna de seu país, obrigações internacionais de seu governo e, como disse Kant, a uma ordem moral da Humanidade. A Organização das Nações Unidas, meus senhores, visa justamente a reunir as nações sob a égide de uma constituição mundial, de uma carta comum a todos os povos, de uma ordem humana universal para todas as criaturas.

Dir-se-á, como se tem, infelizmente, dito que é essa uma mera utopia. Mas, pergunto eu, não foram a civilização, a cultura, a interdependência dos povos, realidades da nossa era, utopias para os nossos maiores?

Não continuariam sendo utopias essas conquistas se homens de fé e ideal, de vontade e saber, de coragem e visão não houvessem acreditado nelas, transformando a descrença, a indiferença e a negação de seu tempo, nesta nossa livre forma de viver, de trabalhar, de crer e de pensar, em que as conquistas materiais, morais e espirituais nos conduzem, cada dia mais, ao bem estar na terra, aproximando-nos da obra do criador?

Não pretendo divagar. Mas preciso deixar bem claro o meu pensamento, porque o sei de todos nós brasileiros. Nosso país nasceu, cresceu e tornou-se um dos maiores da terra sobremodo pela fidelidade aos princípios. Nós somos uma nação de formação moral. Somos uma grande terra, mas, sobremodo, uma idéia, uma fé, uma alma, porque nada seríamos, nem grandes e, talvez, nem pequenos, se, na era das conquistas, invadidos e ocupados pela cobiça européia, não tivessem os nossos antepassados sido mais fiéis ao ideal do que ao poder, à cruz do que à espada, às leis de Deus de que à glória dos homens. Foi a fé nas idéias que nos fez vencer todas as batalhas da armas, das fronteiras, da unidade brasileira. Foi por isso que adquirimos, à sombra delas, fiéis aos seus pricípios, hábitos e interesses comuns, que se tornaram em patrimônio familiar, moral e nacional e em respeito internacional.

A nossa é uma grande experiência humana e política e nos faz acreditar em todas quantas, como a nossa, destinam-se como a ONU a reunir povos diferentes à sombra de uma ordem cristã, fraternal e mundial. Não são poucos os que desconhecem o drama heróico da nossa formação, a vitória sobre a geografia, sobre o tempo,

sobre o clima, sobre a nação, sobre a doença, sobre a cobiça européia, enfim, sobre nós mesmos. Tenho para mim que o Brasil é um dos primores do engenho humano e uma demonstração, feita ao mundo, de como uma conquista material somente subsiste, íntegra em sua grandeza e finalidade, quando foi antes moral e espiritual. É por isso, meus senhores, pela nossa origem, na fé e no ideal, pela nossa formação pacífica e cristã e pela nossa destinação democrática e pelo nosso culto às soluções jurídicas que podemos, ante um mundo perturbado e ante nós mesmos, ameaçados pela inquietação mundial, renovar a nossa confiante esperança no futuro nosso e nos destinos humanos e mundiais.

Ao encerrar a última Assembléia da ONU que tive a honra de presidir, afirmei, inspirado na minha formação histórica: "A evolução da Humanidade não está sujeita nem a tempo nem sequer tem fronteiras. A guerra, entretanto, pode e deve ser afastada de suas realizações, mesmo porque a paz é a aspiração suprema dos povos. Não está, em nossas funções, impor uma velha ordem existente a uma nova ordem que quer existir. Nossa missão é assegurar uma atmosfera pacífica e propícia ao livre jogo das aspirações humanas. Não devemos tentar fazer muito em pouco tempo. Tenho, mesmo, a impressão de que estamos caminhando rapidamente demais e cogitando de problemas além de nossas possibilidades atuais.

"Muitas das nossas resoluções foram precipitadas e suas conseqüências não serão favoráveis. Devemos nos convencer de que muitos anos de trabalho serão necessários antes de tornar-se efetiva a nossa missão. É, mesmo, possível, que sejamos forçados a recuar do ritmo de nosso labor, porque os efeitos da última guerra continuam a perturbar não só a manutenção da paz, como a sua organização em bases humanas e justas. A Organização das Nações Unidas, porém, superará com o curso do tempo todos esses erros, bem como os de qualquer nação ou, mesmo, de qualquer grupo de nações.

"Não tenho hoje uma palavra a modificar. Não temo pelo futuro da ONU, antes pelo dos que não compreendem ou não confiam na Carta de São Francisco. Estes, sim, correm o risco de contrariar a opinião mundial e a aspiração unânime dos povos. São remanescentes das idéias totalitárias e das ambições imperialistas. Toda idéia de força e de hegemonia é, hoje, negativa. A velha ordem, baseada na balança de poderes, no equilíbrio das forças, tenta uma sobrevivência impossível. As Nações Unidas terão que favorecer uma nova ordem baseada no acordo pacífico, na compreensão, na livre discussão, na conclusão livre, e na igual e comum responsabilidade dos povos sobre seus destinos.

As Nações Unidas são, hoje, o órgão da opinião pública mundial, "the city Hall of all nations", como bem chamou o Senador Vandenberg. Nela vai ter o mundo com todos seus problemas e até com todos os seus conflitos. Nela os povos encontram a instância do seu destino. Enfim, nela o mundo, a que aspiram o homem, a mulher e os povos de nossos dias, só poderá surgir da Organização das Nações Unidas".

A tarefa mais importante das Nações Unidas, que não pode ser preenchida nem pelos governos nem por grupos de nações, é a de prever, surpreender e desco-

brir os acontecimentos a fim de expô-los ao conhecimento mundial. E, por esse meio, preparar o mundo mais árdua, mas, também mais necessária e utilmente. Um mundo avisado será sempre um mundo melhor, pelo menos mais preparado para pensar e agir, para refletir e resolver.

A nossa é uma era crucial. São estes os momentos mais difíceis da nossa vida individual, como da dos povos. A escolha, nessas horas, é sempre uma definição do futuro. Mas, por outra parte, a possibilidade de escolher, que só a ONU pode oferecer, nos faculta, a cada um e a todos os povos, tomar o caminho que, em nosso critério, julgarmos ser o melhor ou, talvez, o menos pior. Essa faculdade é um privilégio da nossa geração e da nossa época. Nem sempre foi dado aos povos essa regalia e essa oportunidade. É, a meu ver, uma das conquistas da ONU.

A aceitação do *fait accompli* foi o passado. O futuro e o presente, dentro da relatividade dos fatos humanos, estão em nossas mãos, em nossas consciências, em nossas decisões. Se formos prudentes e sábios, se tivermos compreensão e visão, não sei como poderemos errar. A responsabilidade é grande demais para falharmos a nós mesmos.

A ONU é a oportunidade. É o órgão para essa decisão. É a providência da nossa segurança e da mundial.

A ordem antiga, a que veio até nós, era a da guerra. A nova ordem deverá ser a da paz. A ONU visa a propiciar o advento da nova ordem mundial. A velha repousava no equilíbrio de poderes, isto é, no predomínio sem controles internacionais de umas nações sobre outras. Era o imperialismo sob todas as suas formas, coloniais, econômicas e militares. Era, enfim, a da supremacia do mais poderoso, do mais rico, do mais forte. Era o domínio racial, o do espaço vital, o da expansão sem fronteiras. Esse sistema, como é da nossa experiência, conduzia a guerras locais e periódicas que se tornaram mundiais, como as últimas.

A civilização e a cultura cresceram a despeito dessas condições adversas, porque a violência e a guerra não podem deter a marcha vitoriosa das boas idéias. A proporção que a violência crescia em conseqüências materiais, a consciência humana despertava contra ela, e a necessidade de uma nova ordem assenhorava-se da concepção dos povos. A última guerra foi decisiva para formar esta convicção. Ela mostrou, mais do que as anteriores, a necessidade de uma mudança radical nos processos e métodos da vida internacional. A ONU é a corporificação dessa decisão, dessa necessidade de uma nova ordem mundial.

Essa aspiração era, acima de tudo, a de ver substituído o regime do chamado equilíbrio de poderes, seus processos e métodos, pelo da igualdade, da cooperação, do livre exame e da aceitação livre, unicamente possível em uma organização internacional como a da Carta de São Francisco. É verdade, não podemos deixar de confessar e lamentar, que as grandes potências reservaram-se alguns de seus antigos poderes na Carta das Nações Unidas. Mas, não podemos deixar de admitir que uma ordem não cede a outra sem um largo período de resistências e lutas. A ONU, porém, é a única organização capaz de permitir e, mesmo, de favorecer esta transformação. A ordem antiga relutará e reluta em ceder, mas a nova organiza-se e

cresce com paciência e vigor, como tudo que cresce de si mesmo, vencendo as relutâncias das velhas idéias e dos interesses criados.

As grandes nações já fizeram grandes concessões e parecem inclinadas a fazer maiores, porque começam a reconhecer os seus benefícios e os da comunhão mundial. A Carta das Nações Unidas começa a ser aceita como uma Constituição mundial pelas nações, assim como os indivíduos e os povos aceitam e acatam as suas leis constitucionais. Não devemos esquecer que as concessões do indivíduo à comunidade foram lentas conquistas na vida dos povos. A subordinação das nações a essa nova ordem será talvez mais lenta e longa, mas a ONU oferece facilidades para apressar os processos e métodos dessa evolução mundial.

Foi este o quadro que me foi dado observar na Assembléia das Nações. Não creio que se haja modificado para pior. Não foi o da "guerra fria", como se chama, mas da "paz fria". Elas são diferentes, bem diferentes, ainda quando, por vezes, deixem a impressão de se parecerem uma com a outra.

A "guerra fria" é uma revivescência da *political power*, ao passo que a "paz fria" é a obra vagarosa, paciente, mas tenaz e eficaz, da persuasão sobre a força, da razão sobre a necessidade, da livre discussão sobre a diplomacia secreta, da deliberação em comum sobre as imposições arbitrárias e unilaterais.

Alguns anos, talvez decênios, serão necessários para essa modificação. A adaptação a uma nova ordem que derroga uma prática secular exige sabedoria, fé, tenacidade e tempo. Esta é a função da ONU. Ela foi apenas começada. Nela, ainda, as velhas idéias, os processos antigos, as suspeições, nacionalistas, as rivalidades históricas, as reivindicações soviéticas, as influências e hegemonias de uns povos sobre outros, exercem-se por forma a não permitir uma ordem baseada na igualdade, na solidariedade, na confiança entre os povos. Mas, a meu ver, nesses 4 anos de vida, que hoje comemoramos, a ONU já demonstrou que uma nova forma de convivência entre as nações se elabora e, inevitavelmente virá a aperfeiçoar-se e, mesmo, a substituir a anterior.

DISCURSO NA ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, RIO DE JANEIRO, EM 09 DE MAIO DE 1950

A "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil", seção do Distrito Federal, encerra, nesta sessão cívica, a semana de suas comemorações pela participação do Brasil na vitória das Nações Unidas, no último conflito mundial.

Faz hoje, justamente, um lustro da rendição alemã na Europa. Era este o período, a medida de tempo, considerada necessária, pelos romanos, para apreciação pública de seus acontecimentos.

Após cinco anos, de um lustro em lustro, uma retomada pública da consciência nacional, rematando-se a cerimônia na exaltação do acontecido ou na expiação do sacrifício inútil.

Esta é a razão da minha presença entre vós, ex-combatentes. Acedi ao vosso honroso convite para, como presidente da Liga de Defesa Nacional, vir convosco, nesta noite, pensar e falar alto sobre vós, sobre nós, sobre todos os brasileiros. E mais, com os vossos olhos que fitaram a morte sem temor, procuramos juntos perscrutar o futuro, o dia de amanhã de todos os brasileiros, e o destino, o dia comum a todas as criaturas e a todos os povos.

Começarei por dizer-vos que não sois ex-combatentes nem podereis ser. É da essência das coisas humanas - transformar as vitórias em novas lutas e as glórias em responsabilidades maiores. O sacrifício, o heroísmo, o combate nunca foram fins em si mesmos, mas meios, nobres meios, para procurarmos finalidades que se ampliam e desdobram sem cessar, no espaço e no tempo, para o homem como para os povos.

Na vossa guerra, por exemplo, ao invés do que sucede com toda guerra, a derrota das armas inimigas não trouxe a de suas idéias. As próprias circunstâncias mundiais no conflito fizeram com que, não obstante a completa derrota das armas alemãs e japonesas, acabassem encorajadas e prestigiadas as idéias totalitárias, contra as quais vos batestes e se bateram as nações democráticas.

Este inesperado desfecho veio, pois, transferir para um plano mais vasto e mais complexo a solução do profundo e crescente conflito ideológico dos povos. E o Brasil não poderá alhear-se desta contigência mundial.

A glória das vossas armas, a vida dos vossos heróis, a epopéia na terra no mar e no ar, das forças brasileiras vieram a crescer, na nossa e na consciência dos demais povos, as responsabilidades do Brasil, não só no seio das nações como nos destinos mundiais. A vossa participação na última guerra demonstrou que o nosso país não era mais uma nação à margem das decisões mundiais, espectador pacífico e pacifista dos acontecimentos internacionais, sempre presente às conferências para estar sempre ausente das lutas, mas um poderoso elemento humano político, econômico, geográfico e militar, capaz de não só cooperar, como de influir no desfecho de um conflito mundial.

A vitória, que hoje comemoramos, produziu, pois, conseqüências e criou responsabilidades graves e sérias que nos cumpre considerar na vida atual e futura do Brasil. A primeira, foi a de havermos saído do plano puramente diplomático, jurídico, político e ideal em que vivíamos na comunhão das nações, para o da participação direta real e eficaz nos acontecimentos mundiais. A posição a que havíamos sido alçados pelos nossos estadistas, no plano do direito, da justiça e da comunhão internacionais, foi consolidada pela vossa participação na última guerra e alargada por maneira a exigir de nós uma revisão de nossa política exterior.

O Brasil, de mero colaborador na ordem diplomática, política e jurídica do mundo será, agora, chamado, na paz ou na guerra, a intervir e a desempenhar uma ação efetiva na ordem mundial.

Toda vez que esta ordem vier a ser ameaçada, terá o Brasil de exercer, em todos os campos das atividades mundiais, uma intervenção direta e responsável. Fomos investidos, nos campos da guerra, pela vossa conduta, numa responsabilidade irrenunciável. Não se circunscreverá, nossa ação futura, à defesa da nossa integridade territorial e da nossa posição internacional. Nossas fronteiras não serão mais as linhas demarcadoras que nos separavam ou aproximavam de outras nações, mas se alargaram as da comunhão política e espiritual dos povos democráticos. A defesa da terra, que herdamos, teremos de reunir a da idéia, que adotamos, mesmo porque não poderemos viver exclusivamente de uma, se não estivermos decididos e preparados para defender a ambas. A nossa política não deixou de ser continental mas passou, também, a ser mundial.

Precisamos, porém, conhecer exatamente a extensão e significação não só de nossas idéias, tal como conhecemos a de nossas fronteiras territoriais.

Nesta consciência de sua missão assentam os povos a sua sobrevivência. Ela fortaleceu-se em nós, na última guerra. Sabe o Brasil o que quer e como quer. Não temos mais porque vacilar nem como errar, ante o mundo de nossos dias.

A nossa missão, aquela que se renovou no nosso sangue, é a de ajudar a todos os povos, homens e mulheres, a recuperarem a sua livre posição no próprio destino e nos mundiais. É esta a melhor maneira de nos ajudarmos a nos mesmos.

Estamos, hoje, vivendo em muitos lugares da terra, como proscritos para não dizer como escravos. Temos horror a guerra e amamos a paz, mas vivemos da renúncia ao direito de escolhermos entre uma e outra, numa resignação inexplicável. Aceitamos a guerra como um estado permanente, uma condição da natureza,

uma exigência da civilização e até como um meio de defesa da democracia. A paz tornou-se, em nossos dias, uma nova fantasia de pacifistas. Parece mesmo, que o mundo erigiu esta debilidade do nosso tempo, essa renúncia à dignidade do destino, em virtude do nosso materalismo político e pessoal.

A verdade, porém, é que esta passividade, que marca este após guerra com o estigma de Pilatos, é a causa das ameaças crescentes à paz, à democracia e à vida ocidentais.

O problema máximo, pois, a meu ver, para a restauração da ordem mundial, como da nacional, é o da recuperação pelo povo e pelo homem, no Brasil e no mundo, de sua histórica e natural influência nos destinos próprios e nos mundiais.

A última guerra, por exemplo, criou esta profunda crise moral e espiritual de nossos dias. O homem de após-guerra, entre tantas desgraças e psicoses, adquiriu a de não acreditar em si mesmo, nos outros homens, em seu país e na paz. Faço-vos esta advertência por estar convencido que se o homem mantiver, por mais tempo, essa atitude de renúncia à vida espiritual pelo material, porque se julga sem forças para evitar a guerra, concorrerá ele para torná-la próxima e possível.

Não se serve ao bem quando não se combate o mal. Esta é a nossa mensagem e a vossa missão. Não nos deixemos dominar pela resignação fatalista, esta fraqueza da minha geração, que acabará por perder-nos e ao Brasil.

Custa-me acreditar que, os dominados pelas idéias materalistas, por temor, renúncia ou cobiça individual venham a sacrificar o futuro do Brasil e o mundial. O homem não é um autômato, nem próprio, nem do tempo, nem do Estado. É um ser influenciado, mas capaz de influir. A aceitação, pois, da tese fatalista, seria uma solução suicida. Não se vive da morte mas, ao contrário, do esforço para removê-la da vida. Chegou, mesmo, a criatura humana à concepção da imortalidade. É da nossa condição essencialmente da vossa, afastar e dominar tudo quanto possa reduzir a vida, a sua plenitude e, também, sua dignidade.

Assim como a defesa da paz pelas gerações atuais, virá criar a atmosfera necessária à associação cultural dos homens e dos povos, permitindo-lhes desenvolver, em conjunto e sem conflitos, com confiança e com fé, as reservas da afetividade e da espiritalidade, a democracia, a sua compreesão e a sua prática, virá facilitar a tarefa do bem, da liberdade e da inteligência, que é a maior de todas.

A democracia reúne as maiores forças materiais e morais já criadas no mundo.

Mas não deveis esquecer que a paz e a democracia são realidades humanas, criações incessantes do homem que, desdouradas, voltam-se contra o Criador.

A missão da vossa geração não é a de sustar o censo da Humanidade, porque a civilização sobrepujou a cultura, porque uma nação ameaça interpor-se na sua marcha e nem de renunciar a democracia porque ela sofre os contrastes deste após guerra.

O incessante aperfeiçoamento é da condição humana e ele não seria possível se o homem não procurasse melhorar todos os dias. Creio, mesmo, que um dos males de nossas época advém do homem, que não pode melhorar todos os dias.

Essa ânsia de melhoria é a fonte de todas as nossas conquistas, morais e materiais. Ela é a jóia mais preciosa do escrito do Senhor, e por isso mesmo Ele a depositou no próprio coração de suas criaturas. A democracia é justamente a maneira melhor de permitir ao homem a expansão de suas virtudes, aspirações e idéias. Não é uma forma de governo, mas o governo que permite todas as formas. É uma atitude e não uma autoridade. Não é o que é, mas o que deve ser. No começo desta guerra, o Writer's Whar Board escreveu a um dos redatores de um dos maiores jornais norte-americanos, o senhor E. B. White, pedindo uma definição para a democracia, porque o soldado americano precisava saber pelo que ia lutar. A resposta é das mais originais, curiosas e interessantes:

"Não temos dúvida", disse ele, "de que o Whar Board sabe o que é democracia. É a linha reta na política. É também, o café pela manhã. É a camisa aberta ou abotoada. É a dúvida se mais da metade do povo está acertada em mais da metade do tempo. É o segredo do voto, a liberdade na opinião, a comunhão nas bibliotecas a igualdade em toda a parte. É a prova dos 9 de todos os cálculos. É uma idéia que ainda não foi surpreendida em erro. Uma canção cuja melodia todos podem cantarolar e assoviar. É a manteiga no pão e o leite no café. Democracia, enfim, é o direito, para não dizer impertinência, do Whar Board, em meio de uma manhã de trabalho e de uma guerra atrós de indagar e procurar saber o que é democracia".

Foi, realmente, por uma forma de pensar de trabalhar, de crer e de viver brasileiramente que vos bateste e que estou certo, continuareis a vos bater. A democracia para nós é essencial à nossa forma de ser. Não é uma concepção política, em si mesmo, mas a maneira mais humana e digna de viver e de conviver em nosso país. Direi, mesmo, de sobreviver.

A defesa da democracia, na ordem interna como na externa, deve ser uma das constantes da vida brasileira, e da nossa fidelidade "a uma maneira de viver que tem dado mais liberdade à alma e ao corpo do homem do que qualquer outra já anteriormente concebida no mundo: uma maneira de viver que tem facilitado aos homens escalar todas as alturas possíveis sem ferir os seus semelhantes, uma maneira de viver que tem permitido aos homens alçarem a fronte e não reconhecer um outro Senhor, senão Deus".

Nada existe na vida sem antes ter passado pelo coração humano. Toda realidade foi antes uma idéia. Toda ação foi antes um pensamento. É todo pensamento é emoção, é alma, é espirito, é liberdade, é ansiado bem ou do mal dentro de nossa pobre condição individual. A atitude do Brasil, na paz como na guerra, foi antes uma ordem fraternal de independência e de igualdade democrática para todos os povos. Nosso país viveu e cresceu à luz dos mais generosos sentimentos de fraternidade humana e universal.

Foi por essa vocação - um retalho de nossa bandeira, que todos guardamos no coração -, que o Brasil entrou na guerra, na hora mais incerta da luta, para partilhar e comungar na sorte e no destino dos povos livres. Não erramos nem poderíamos errar, porque só erram os povos que trocam, na hora decisiva da sua vida, os bens espirituais pelos materiais, as decisões heróicas, pela comodidade das transações

fáceis. Se outra fosse a nossa decisão, teríamos sacrificado, com ela, a independência, a soberania, a vida do Brasil. A guerra, porém, será sempre, para nós, uma provação e dela nunca retiramos e nem retiraremos vantagens materiais, mas com sangue e com dor, a custos, a gloriosa lição de nossa sobrevivencia.

Precisamos não esquecer e não deixar esquecer as razões de nossa atitude, o vosso sacrifício, o vosso exemplo, o vosso sangue, não por vós, mas para que os demais brasileiros possam consolentemente enfrentar, em dias próximos, tarefas iguais ou maiores que as vossas. A memória é a melhor bússola para a orientação de um povo. É necessário relembrar os dias maus para que possamos suportar dias piores ou preparar dias melhores. A inconsciência é uma antecipação da morte. E nós estamos vivendo, no Brasil, como se habitássemos um mundo paradisíaco e celestial.

A realidade, entretanto, está a nossa espreita, como de todos os povos despreocupados e desprendidos.

Não sou e nunca fui pessimista. Repugnam-me os homens sem vontade, sem fé e sem coragem. Reconheço, porém, que a nossa é uma era crucial. São estes talvez os momentos mais difíceis já vividos pelo homem e pelos povos. A escolha, nestas horas, será uma definição do futuro. Mas, por outro lado, a possibilidade de escolher que ainda não perdemos nos faculta a cada um e a todos os povos, tomar o caminho que, em nosso critério, julgamos o melhor. Esta faculdade é um privilégio da nossa época. Nem sempre foi dada aos povos essa regalia e esta oportunidade.

A aceitação do "fato consumado" é o passado. O futuro e o presente dentro da relatividade dos fatos humanos, são em nossas mãos, em nossas consciências e em nossas decisões. Se formos prudentes e sábios, se tivermos compreensão e visão, não sei como poderemos errar. A responsabilidade é grande demais para faltarmos a nós mesmos e ao Brasil.

A paz, meus senhores, não pode ser mantida pelos povos quando, contra eles, conspiraram os seus próprios governos. Não há, hoje, razões para otimismo. Mas, também, não vejo motivos para pânico e, menos, para afirmar que a guerra tornou-se próxima e inevitável. Possuem os povos, mais do que em qualquer outra era, recursos e reservas materiais e morais para evitar a guerra. Nunca, na História, foi a guerra mais abominada pela consciência mundial, do que em nossos dias. Nenhuma voz, é, hoje, capaz de glorificar a guerra em público e, nem mesmo, de admitir "a chamada guerra justa", uma vez que ela atingirá tudo e todos, em massa e indiscriminadamente.

Desejar a guerra é o mesmo que admitir o terremoto, a catástrofe, o cataclisma como meios uteis à solução dos problemas humanos. Precisamos, pois prestigiar a ONU - a única organização mundial com autoridade para mobilizar a opinião dos povos contra a agressão e ditar a sentença deles de condenações da guerra, como o crime de poucos contra a vida de todos.

Nada temos a temer da ordem material. Nunca produziu o mundo mais e melhor. Nunca os benefícios materiais do trabalho foram maiores. A técnica e a ciência estendem, hoje, mais do que em qualquer outra era, sua assistência e seus

benefícios, em qualidade e quantidade na proteção da saudade e do bem estar humanos, como nunca receberam os povos.

Falta-nos, porém confiaça e fé. Não acreditamos uns nos outros e estamos cada vez mais nos separando de Deus. A nossa é uma crise moral e intelectual. Estamos criando a anarquia, por termos perdido o senso da ordem e da liberdade. Os próprios sentimentos patrióticos, religiosos e familiares parecem querer desertar do coração da criaturas. Um mundo assim destruído em sua alma, no que tinha de mais puro de mais digno e de melhor, terá que ruir sobre os escombros de seus próprios alicerces. Não se salvará com políticos, nem com diplomatas, nem com cientistas a menos com bombas.

A liberdade, a democracia, a paz, como disse Lincoln, só poderão reinar quando, pela consciência delas, puderem assentar o peso de sua sustentação, igualmente, sobre os ombros de todas as criaturas. No mundo de hoje, porém aumenta todos os dias a diferenciação das responsabilidades humanas. "Nunca serei escravo e portanto poderei ser Senhor" declarou um grande libertador. Entre um e outro, nunca está o lugar para o homem livre e para os povos livres. Na separação que vai de um ao outro, mora, vive e prospera a Democracia. Sem senhores e sem escravos, na consciência do uso, sem abuso, da liberdade, os povos retomarão o curso da prosperidade e da paz.

Representamos em nosso país uma forma de pensar, de trabalhar, de crer e de viver. Tudo, entre nós, é conquista da convivência, da cordialidade e da Liberdade.

É obra da religião, da solidariedade e da tolerância. Sem esse fundo moral o Brasil não existiria nem seriam possíveis a civilização e a cultura ocidentais.

Em outras regiões da terra reina, ainda, o preconceito racial, o religioso, o político e a violência é considerada como base da vida. A lei é a do mais forte e do mais cruel. A necessidade não tem limites e a expansão não tem fronteiras. A vida do homem, como do Estado, é uma forma exclusiva de interesses materiais, e os aspectos morais e espirituais não contam em suas deliberações. Mas este mundo dividido, contraditório e em permanente conflito, terá de melhorar. E já veio melhorando até nos, arrancando das eras de barbárie.

As dificuldades são grandes, mas maiores foram as vencidas pelos nossos antepassados. A inteligência humana não conheceu, ainda, dificuldades insuperáveis. A História é uma renovada vitória da inteligência e da liberdade. Confiemos em nós mesmos, para sermos dignos de nossos dias.

Os ex-combatentes, deram a mais generosa das contribuições. Sois nobres exemplos de devoção ao ideal e ao Brasil. Ninguem, mais do que eu, viveu a vossa vida e, á distância maior, foi da vossa luta, porque entre vos estavam, não só os meus melhores amigos como, em minha forma de pensar e sentir, estava também o futuro do Brasil.

Trouxestes-nos, finda luta, de terras, mares e ares, um Brasil renovado pelo vosso sangue, engrandecido pelas vossas glórias, prestigiado pelos vossos feitos. Nunca, na comunhão dos povos, como fui testemunha, e na nossa própria consciência, foi o Brasil maior e melhor, mais orgulho e feliz do que no

dia de hoje, há cinco anos, quando a vitória das Nações Unidas parecia restituir ao mundo a liberdade e a paz.

A vossa foi uma grande tarefa, na terra, no mar e no ar. Não foi menor na consciencia dos verdadeiros brasileiros.

Tendes, pois, o direito de esperar, não o prêmio, que não existe para os heróis, mas a recompensa de viver, os que não conseguiram morrer, num Brasil em que, governantes e governados, sejam capazes de compreendê-lo, amá-lo e servi-lo, como fizestes, sem temer a morte, sem pensar na própria vida.

CONFERÊNCIA NA ESCOLA DE GUERRA, RIO DE JANEIRO, EM 1953

Meus Senhores:

I. Não era esta uma conferência, mas uma mera exposição. Será, quando possível, uma relação de documentos e de fatos. Parece-me este o melhor método para juntos debatermos o assunto de nossa palestra. Tomaremos as alturas de alguns dos pontos cardiais e com elas poderemos fixar a área, medi-la e nivelá-la, para o fim exato de nossos objetivos.

II. Finda a leitura desses dados, completado o rol desses elementos, indicarei, sem reservas, as minhas conclusões. Pedirei, então, que o Ilustre Diretor desta Escola, como é de uso, suspenda nossos trabalhos e solicite, por escrito, as vossas perguntas, sem assinatura do interlocutor, a fim de que reaberto o curso, possa eu explicar a todos, sem saber ou conhecer de quem provenha a dúvida, a impugnação, ou o pedido de explicação.

Este processo, que já vi usado e que me parece oferecer grandes vantagens, permitirá mais amplitude e liberdade na indagação e impessoalidade na resposta e na explicação.

Não prejudicará a expressão individual de vossas opiniões, porque, no curso das respostas, podereis fazer as vossas objeções orais e debater as perguntas e respostas feitas por outros. Agradeceria se concordásseis com este processo de trabalho. Será uma experiência útil, mesmo porque o assunto é tão fundamental e geral, que exclui debates e interpretações particulares e pessoais. Além do mais, ficareis, desde logo, conhecendo o meu pensamento e eu ignorando o vosso, o que é de boa tática mesmo na batalha simulada das idéias.

III. As nossas relações com os Estados Unidos da América foram objeto das lições que recebemos desde nossas escolas primárias. O seu estudo faz parte do ABC de nossos cursos de História do Brasil. Não creio, pois, tenha

sido propósito do nosso Ilustre Comandante investir-me, nesta Escola, nas funções de REPETIDOR, figura, que todos conhecemos, necessária, unicamente, para melhorar o aproveitamento de turmas e estudantes atrasados. O seu objetivo, estou certo, não foi o de rever conhecimentos nem o de exaltar sentimentos de toda nossa vida, mas o de, nos dias críticos e incertos que estamos vivendo, os povos, reabrir o livre exame e a livre crítica sobre um processo histórico que diz com o destino do Brasil.

IV. Não cogitarei, pois, do passado, ainda quando nele assente suas bases a vida e a formulação de nossa política exterior, porque presente a todos nós, mas de fatos, incidentes e realidades de nossos dias, capazes de orientar nossos pensamentos e nossas decisões nos dias próximos, que serão decisivos para o destino do nosso país.

V. Em vez, assim, de recordar a História, procurarei dar-vos exemplos nossos de como ela se elabora e constrói nas relações dos povos, sobremodo entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Acredito que o processo melhor será o de ler e expor, sem qualquer omissão, todo o curso de um entendimento político havido de uma negociação diplomática concluída, bem como a leitura das recomendações feitas ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra pelo Itamaraty ao tempo em que fui o responsável pela condução de nossa política exterior e de nossas relações com os Estados Unidos da América.

VI. Tomareis, assim, contato direto com o objetivo de nossas cogitações: a formulação e justificação de uma política. Verificareis os meios, os processos, os métodos, as intimidades e até os artifícios usados na construção diplomática, em que entram todos os materiais humanos, porque, os nobres fins, sobremodo os da Pátria, justificam os meios. No caso nosso, porém, tereis oportunidade de constatar que, em todas as situações, negociações e entendimentos, os mais prementes e difíceis, a nossa Diplomacia sempre foi generosa em seus objetivos, pacífica em seus propósitos, vigilante e digna em suas atitudes.

Não me quero antecipar em juízos e comentários. Deixarei a todos vós, chegada a hora do debate, a plena liberdade de opinião, sem o qual toda indagação seria vã e inútil. Além do mais faço questão de afirmar que nada, nos episódios que vou retratar, existe de pessoal, capaz de constranger a vossa liberdade de exame e de crítica dos fatos e acontecimentos. A minha experiência mostrou-me que, na Diplomacia Brasileira, o maior de seus agentes é sempre menor do que o Itamaraty, porque neste, na sua organização, fidelidade e devoção aos interesses do país, e na obediência às suas normas e instruções assenta, por inteiro, em seus erros e acertos, a vida internacional do Brasil, na glória do que foi e na fé do que terá de ser.

A conclusão, após esta exaustiva leitura, só pode ser uma: as nossas relações com os Estados Unidos da América nem sempre foram fáceis. Melhor, foram

quase sempre difíceis. Não creio, aliás, que haja relações fáceis entre os povos. Não as há nem mesmo entre os indivíduos, no seio ou entre famílias. É da natureza humana e das cousas a diferenciação, a contradição e até o conflito. Daí, talvez, a afirmação da sabedoria antiga, ao proclamar que a amizade era a reunião de dois contrários, a some de duas oposições. Não é outro o drama dos povos. É o mesmo das criaturas. Não poderia ser outra a situação entre o Brasil e os Estados Unidos da América. A solidariedade, a cooperação, a aliança, a convivência dos povos é sempre obra de um sacrifício recíproco de interesses próprios para colimar objetivos comuns. É cálculo, é realismo, é plano, é interesse, é contingência. É, sobremodo, instinto, quer de conservação quer de todas as outras formas instintivas, como as de defesa, de expansão ou de sobrevivência. A vida internacional é como a individual, diferençada apenas na tolerância maior fora dos padrões morais, quando se cogita da conduta dos povos. Uma nação, em suas relações, tem maior liberdade do que uma criatura, porque as leis internacionais e as sanções morais entre os povos não tem aplicação das civis e penais no seio das sociedades organizadas. Mas, por isso mesmo que os povos não se deixam dominar por sentimentos em suas relações, mas pelo imperativo de seus interesses, é que devemos encarar as nossas relações com os Estados Unidos como um modelo e um exemplo para a comunhão compreensiva e fraternal de duas nações. Não há, que eu saiba, entre duas nações, nascidas juntas e juntas porfiando por existir e crescer, num mundo de cobiças, e rivalidades e hegemonias, um exemplo de cooperação, de confiança e de comunhão inalteráveis, como entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Herdamos, da Europa, a tradição de alianças multi seculares que lá unia portugueses e ingleses e demos a essa união de interesses coloniais, uma coesão e um sentido sem precedentes, na comunhão de dois povos, como o brasileiro e o norte-americanos. Não faço literatura diplomática. Reduzo a termos exatos e a fatos as relações de nossos povos. Não procuro para o presente e menos para o futuro, somente as lições do passado. Não devemos desprezar o concurso da História, mas temos, hoje, a obrigação de procurar inspiração para a nossa orientação na realidade de nossos dias, na vida de nossos países, nos interesses do Brasil.

Os Estados Unidos não nos faltaram nunca, nem na colônia, quando da chegada de Dom João VI, nem na Independência, quando foram os primeiros a reconhecê-la, nem na consolidação da República, quando a souberam respeitar, nem na demarcação de nossas fronteiras, quando decidiram em nosso favor nas Missões, nem no caso do telegrama nº 9, nem no da Panther, nem na primeira nem na segunda Grandes Guerras em que combatemos juntos.

Nós, também, nunca falhamos aos Estados Unidos em todos os transes acidentados de sua vida internacional. Entre nós não há motivo para queixas, contas ou recriminações. Mas as nossas relações têm sido boas, amigas, ideais porque para isso tem concorrido a visão de nossos líderes comuns e porque as diferenças de interesses e objetivos, surgidos em nosso caminho, tem sido ajustados e conciliados com sabedoria e descortíneo recíprocos. Temos vencido muitas dificuldades e espero que continuaremos a vencê-las. Elas surgiram e surgirão de muitos fatores,

geográficos, econômicos e políticos, mas o gênio político que nos uniu na América não nos abandonará quando somos chamados a uma missão mundial.

Tudo depende de nossa orientação e de nossa ação internacional. A minha opinião sobre as conveniências e vantagens e sobre os riscos e dificuldades de nossas relações com os Estados Unidos não precisa ser repetida, porque a ouvistes, insistente e francamente exposta nos documentos que acabei de ler. Não há improviso nessa palestra. Ela é o fruto de toda uma vida em que de fato servi unicamente ao Brasil. Agora, quando noto que surgem dúvidas na conveniência e o futuro destas relações, quando testemunho certa hesitação na posição internacional que devemos assumir em relação aos Estados Unidos e à ONU, quero reafirmar a minha convicção de que, fiel aos vossos antepassados e leal para os que nos deverão suceder, não convém para nós, outra política senão a de "apoiar os Estados Unidos no mundo em troca do seu apoio à nossa preminência política, econômica e militar na América do Sul". Devo, mesmo, declarar, na tensão mais alta de minha consciência, que, mais do que no passado, só esta pode, deve e tem que ser a política do Brasil.

Sei que se alega, por vezes com razão, que os Estados Unidos têm relegado para um segundo plano a velha e tradicional união com o Brasil. Previ e denunciei esta possibilidade em Cleveland, em discurso publicado em toda imprensa americana e depois, em todas as oportunidades, fiz sentir o risco que a liderança mundial dos Estados Unidos traria para as relações panamericanas e, particularmente para as com o Brasil.

Não me quiseram ouvir, e, talvez, ainda agora sejam igualmente inúteis as minhas advertências. Então, fazia eu sentir o perigo do abandono, pelos Estados Unidos e por nós, da Organização dos Estados Americanos, e de nossas relações diretas, pela exclusividade de um plano mundial. Mostrei, apontei, antecipei as conseqüências dessa política a que os Estados Unidos estavam sendo arrastados e previ a sua repercussão na vida de cada um de todos os estados americanos. A crise de confiança entre nós é o resultado dessa política, que precisa ser revista e refeita, para a qual concorremos por abstenção e da qual temos que sair, pela consciência, pela compreensão e pela correção, por nós mesmos, de um erro ainda reparável.

Se, porém, esperarmos pela iniciativa ou ação dos Estados Unidos ou pelo desenlace da situação mundial, talvez venhamos a perder a oportunidade, que ainda está ao alcance de nossos esforços. Esta situação caracterizou-se pelo fato de ser o Brasil colocado num plano secundário, como os demais povos americanos, dentro do quadro dos problemas mundiais. Os Estados Unidos voltaram-se para a Europa e, agora, para a Ásia. A América e, com ela, o Brasil ficaram não só à mercê de seus próprios recursos, como à margem das cogitações e dos planos mundiais da Guerra e da Paz. Devemos, porém, recuperar nossa posição ao lado dos Estados Unidos, por nós mesmos, que na América, como na Europa e na Ásia. Esta recuperação custará trabalho, esforços e, mesmo, sacrifícios, mas sem ela corremos o risco de males maiores e, até, o de perecermos. Não vejo como possamos continuar à margem das realidades de um mundo que ameaça soterrar-nos em seus escombros. O

Brasil deve tomar, no interesse próprio, uma posição ostensiva na sua solidariedade para com os Estados Unidos, fazendo-se ouvir e atender, como fez tantas vezes no passado, em crises similares. Se continuarmos neutros, alheados e distantes e, no choque atual dos povos, vier a vencer a Rússia ou a sua política, seremos comunizados, bochevizados, escravizados. Perderemos a independência e a dignidade para viver.

Se vencerem os Estados Unidos nesse conflito ou sua política, sem nosso concurso e sem nossa participação, motivos terão, fundados e reais, para não mais confiarem em nossa solidariedade e, mesmo, como é da natureza dos povos vitoriosos, para abusar não só dos inimigos, mas, sobremodo, dos amigos considerados infiéis. É esta a verdade. É esta a realidade. Não nos devemos atemorizar de enunciá-la e encará-la em suas evidências e conseqüências. Acredito, ainda, possível retomar o curso de nosso destino histórico, que é, hoje mais do que nunca, o que resta à nossa sobrevivência nacional e internacional. Reocupemos, pois, a nossa posição, no mundo, ao lado dos Estados Unidos e dos povos ocidentais e exijamos, como fizemos no passado, com dignidade e franqueza, que nos sejam reconhecidos os nossos títulos na consideração e na confiança americana e na ordem mundial, que terá de emergir dos acontecimentos, das lutas e dos conflitos contemporâneos. Não entrevejo outra atitude para o Brasil: ou toma a posição que lhe cabe, ou perderá todas as posições. A nossa conduta não comporta alternativas. Direis que os Estados Unidos, como na última gerra, esquecerão o nosso concurso e, mais uma vez, nos abandonarão pelas suas preocupações próprias, com a Europa e com a Ásia. É assim mesmo na vida dos povos. Não nos façamos ilusões nem persigamos esperanças. Sejamos dignos de nossas responsabilidades e encararemos os fatos como eles são e não como queremos que eles sejam, salvo se tivermos poder para amoldá-los à feição de nossa vontade. Não é preciso, nem retribuição, nem bem estar, nem agradecimento àquilo que procuram os povos, nos dias que estamos vivendo, com suas atitudes, decisões e sacrifícios. É a sobrevivência. É o resguardo, no que for possível, do que somos. Não é a vitória sobre outros povos, mas sobre nós mesmos, para não perecermos pela inanição da vontade, que é a traição ao próprio destino, nacional e internacional.

Dir-se-á que todo esforço será inútil, mais inútil é não fazer o esforço. Não podemos ser uma nação existencialista. Não podemos esperar que o futuro nos seja servido em bandejas americanas ou em samovars russos. Temos de caminhar para ele, governo e povo, civis e militares, acompanhados ou sós, por todos os caminhos e através de todos os riscos, como quem está decidido a atingir o seu destino e não a esperar, preguiçosos e resignados, que ele venha a nós ou nos seja trazido ou nós a ele levados por mãos alheias. Não podemos aceitar a posição, reservada aos abúlicos, aos preguiçosos, aos contemplativos e aos resignados e aos gozadores, num mundo que luta, mais do que nunca, para sobreviver.

Temos séculos de consciência, de soberania, de visão, de vitória e de labor a resguardar e aperfeiçoar.

Não nos devemos deixar contaminar pelo materialismo individualista, esta

ferrugem de todo após-guerra, que cansa o metal do tempo e amolece as melhores têmperas do aço do pensamento, do sentimento e da virtude dos homens e dos povos. Nesta Escola, fora da verdade nua e crua, toda outra palavra é de traição. E a verdade é amarga para todos nós. Não estamos dando tudo quanto, cada um e todos, temos o dever de dar ao país. Não faço críticas e nem recriminações. Sei que após uma grande guerra, ameaçados pro outra ainda maior, a obra humana de reabilitação moral é mais difícil do que a de reconstrução material.

Sou humano, frágil e falíel, mas, confesso-vos que, como nunca no passado, vivo, hoje, alarmado com os destinos do Brasil. Não temo os riscos e perigos que pensam, neste entre-guerras sobre o futuro dos povos. Eles são inerentes à vida das nações. Temo, isto sim, pela sorte das nações desapercebidas, dos povos fatalistas, dos estados dominados pelo materialismo contemporâneo, de todos aqueles que na batalha do destino ficam na confusão das retaguardas, à espera da luta dos ideais e da decisão das armas. Assim como na sociedade nossos dias necessita o homem de preparação, outrora desnecessária, para viver e vencer, assim, também, as nações.

Não podemos, pois, fugir ao imperativo do tempo e às exigências atuais da sobrevivência. Ou nos preparamos, sejam quais forem os sacrifícios, para sobreviver, ousaremos imolados na próxima catástrofe mundial.

A posição política de uma nação nem é estável nem é um presente de Deus. Ela resulta necessariamente da ativa intervenção do homem e do equilíbrio das forças políticas. As nações não podem esperar passivamente por tempos felizes em que a balança mundial dos poderes traga segurança e paz para todos os povos. Se querem sobreviver, precisam estar preparados material e moralmente, não só para a paz, como para o conflito dos poderes mundiais. As nações nos nossos dias necessitam estar sempre prontas para lutar, não só pela sua defesa e de seu território, como pela proteção e incorporação de seus nacionais vivendo no exterior, pela preservação e progresso de sua economia, pela conservação de suas alianças, melhoria de sua posição internacional. A segurança de uma nação hoje assenta no ajustamento de sua política interna às suas necessidades exteriores. Não há lugar, no mundo de nossos dias, para soberanias circunscritas e independências isoladas. A segurança não pode ser só nacional; mas terá de ser coletiva e internacional. O mundo de nosso tempo é menor, mais avizinhado e interdependente, do que os estados Brasileiros há vinte anos. O mundo está reduzido a um espaço tempo de 24 horas, bastantes para percorrê-lo, voltando ao ponte de partida. Nada, pois, que ocorre no mundo nos pode ser indiferente, mesmo porque um conflito na Coréia é mais próximo de nós do que outrora era uma revolução no Rio Grande ou uma seca no Ceará ou um incidente de fronteiras na Bolívia.

Além desse fator físico que nos integra no conjunto mundial, como conseqüência dele, estamos, igualmente, presos todos por compromissos políticos, que não são exigências dos demais, mas imposições, imperativos e contigências de nossa era e de nossa própria sobrevivência na comunhão universal.

Não vos preciso dizer, na luta que está travada no mundo, qual a posição

que teremos de ocupar. Ela está na consciência de todos nós, está na terra, está na raça, está nas tradições, está no coração do Brasil. É no seio da civilização e da cultura cristãs e ao lado de todos os seus defensores.

Nunca concordei com os que dizem que todos temos duas pátrias, a nossa e a de nossas preferências, o Brasil e a França, o Brasil e os Estados Unidos da América.

Eu sempre tive uma só e nunca fui a favor, como, também nunca fui contra outra nação. O Brasil, para mim, foi sempre tudo e o todo. Agi sempre em função dele no trato com os demais povos, com um só dos interesses do meu país. Convivi com os maiores homens do meu tempo, participei dos acontecimentos maiores de todos os tempos e com eles e deles, representando o Brasil, nunca cedi, nunca transigi e nunca concordei senão para o que achei ser o bem, o prestígio, o engrandecimento do meu povo, na guerra, como na paz. Estou certo de que apenas fiz o que, em meu lugar, faria e fará outro brasileiro, mas, por isso mesmo que acredito haver interpretado sempre o sentimento de meus compatriotas, sinto-me, ao fim da palestra, com autoridade para dizer-vos que as nossas relações com os Estados Unidos da América, sejam quais forem as vicissitudes mundiais, os acidentes de nossa vida continental e até a conduta norte-americana para conosco, devem ser conduzidas por nós, ditadas pelos nossos interesses, orientadas pela nossa visão e mantidas com dignidade e com lealdade, não como uma dependência, mas como uma correspondência às afinidades geográficas, políticas e históricas que nos uniram no passado e não poderão separar-nos no futuro, nosso e mundial: ou nos salvamos juntos ou separados, talvez, venhamos ambos a perecer.

DISCURSO DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, EM 19 DE SETEMBRO DE 1957

Sir Leslie Munro:

It gives me a special pleasure to be the first today to applaud your personal qualities and devotion to the U.N., and to the constant and valuable support of your country to the tasks of our organization.

2. Mr. President, Fellow Delegates:

It is ten years exactly since the time when I had the honor of being with you and, indeed, of presiding over the discussions of this Assembly. On returning, after a decade, it is with great emotion that I find here again the same endeavor to serve our great Ideal, inspiring my newly-met fellow-workers, as well as those among the old companions who have returned, like myself, to the scene of our joint labors.

3. Ten years ago a hard war had ended, and in the United Nations there was talk of peace. Today, when peace is needed as never before in order that mankind may survive, the talk is almost only of war. It is common knowledge that in that space of time, instead of disarming, the nations not only have continued to arm themselves at an increasing rate, but they have even created dreadful weapons which a few great powers, possessing the technical and scientific resources, practically monopolize. It would seem that the grim privilege of casting the lot for war or for peace lies in the hands of those who command the newly developed source of energy or who may command it in future. It might be feared, consequently, that conditions would be established permitting the existence of world dictatorships under the very shadow of the United Nations, in a complete negation of the spirit which brought about the rise of this organization.

4. A new way of life is thus being imposed upon the peoples of the world. Instead of the promotion of security and mutual confidence between nations, and of a growth in individual well-being and equality, we are still confronted by hindrances, controls and obstacles to a full juridical, economic and social communion. As individuals and as peoples we run the risk of becoming less free, less equal, and even less peaceful.

5. I hope my fellow Delegates will forgive me if I seem rather pessimistic in comparing 1947 with 1957. But I can assure you that the people and the Government of Brazil continue to believe, as I do, that it is here, in the United Nations, that the peaceful solution of regional and world problems and conflicts can and must be achieved.

6. Brazil represents a large part of the territory, the population and the natural wealth of the Americas. We are undergoing a phase of intense development. As a people, we have no aspirations that might surpass the bounds of our possibilities, of our frontiers and of our peaceful and pacifying traditions.

7. For more than a century, we have clung to the principles and commitments of Pan Americanism, which have welded our Continent not only into a single territory but also into a single way of thinking and into a single sentiment and even into a united international attitude. Pan Americanism has been integrated into the United Nations in order that it may be a servant of world peace.

8. The Organization of the continental family has endeavored always to serve the interests and the progress of the entire world. Of the many billions of dollars expended by America throughout the world in the years following the establishment of the United Nations, a very minor share was allotted to the countries on our Continent. Our various Governments supported and even applauded the decision of an American nation to expend in aid to Western and Eastern Europe, and to Asia itself, larger sums in one year than it did in an entire decade of cooperation with her sister nations on the Continent. This attitude of the United States toward areas overseas did not impair the spirit of Pan Americanism. It was construed rather as a reaffirmation of its world-wide significance. It never was the purpose of the founders of our system to create a prosperous and happy continent disregarding poverty and unhappiness elsewhere throughout the world. Only governments that are not truly and intimately democratic can seek to promote a kind of welfare that is not for all.

9. It was for this very reason that, in the middle of the war, the American countries gave support to the establishment of international agencies whose main objective would be to expedite recovery of the devastated areas. To this end, they contributed the best of the resources at their disposal. The international financial organization created at Briton Woods, and in which all the American nations have a share, was pertinently named the Bank for Reconstruction and Development. It

was given two equally important missions: one, of reconstructing the war-torn areas, and the other, at long range, of providing assistance to economically underdeveloped countries.

10. Today, ten years later, we see not only that the nations which suffered the most under the impact of war are entirely reconstructed, but also that they have indeed surpassed their own prewar levels, while the other nations actually show a decrease, both in public and in individual revenue, when their demographically growth is taken is into consideration. I do not mean to say that one economic level should apply to all nations alike, but rather that there is a limit beyond which inequality can jeopardize world communion. Returning, however, to the subject of recovery from war-wrought havoc, we see that some of the reconstructed nations have even initiated investment programs aiming at the economic development of other areas. It is an undeniable fact that the task of reconstruction was fully accomplished.

11. The moment has come, therefore, for the United Nations to give the necessary emphasis, through its specialized agencies, to the problems of development and economic and social balance. In the specific case of the International Bank, for instance, it is imperative that development may benefit from the priority heretofore given to recovery.

12. I feel sure that the point of view which I have expressed in regard to this problem is not only that of my country but also of all the American peoples.

13. However, we are not a "bloc", nor do we want to be one. The American Republics are not led by aspirations of an exclusively continental nature. Ours are well defined ways of political thought, of living, of being, and of conducting international relationships.

14. I return today to your midst with the same mandate from my Government and with the same faith in our Organization. The problems which confront us - such as the wider acceptance of compulsory jurisdiction of the International Court of Justice; those of the emancipation of areas under trusteeship, of the regulation, limitation and balanced reduction of armaments and armed forces, as well as of economic and social development, of technical assistance and so many others, should not be looked upon as being too great or too small, too difficult or too easy, and even less so as being insoluble. They are the same problems of mankind, ever cropping up, and which man will have to solve if he wishes to survive. Most of these problems have arisen because of our own lack of foresight. It is up to us to correct them. To men of good will, a mistake is temporary and may well serve as a stimulus to better thought and action.

15. The exacerbation of nationalism in the world, for instance, is an effect, not a cause. Lack of understanding, inequitable distribution of economic and financial

resources and of production and surpluses - all have created that and other justifiable forms of national and popular vindication. The less developed peoples, as well as those undergoing development, as is the case of Brazil, cannot really be blamed for the present trend towards mistrust, towards disbelief in a fair and rational world cooperation. Therefore, it is natural that each people should wish to be the master of itself and of its own destiny, to live with and for all the others instead of depending upon them. It is not our wish to impoverish the rich or to weaken the strong. We want an equilibrium of powers and fairer access by the peoples to the instruments of prosperity and to the sources of the well-being of mankind. If we depart from such an orientation, our work here will be in vain and the problems of the world will multiply in pace with a trend toward an even more armed travesty of peace and an aggravation of misery, of hardship and of fear of those very conflicts which we have set ourselves to eliminate forever from the life of the peoples.

16. Mr. President: I am here to continue the series of efforts which you and my predecessors have made during other Sessions of the General Assembly. Those efforts are pledged, as they have been in the past, to the achievement of the purposes and objectives of the United Nations, so as to help toward the solution of international controversies, following the lines laid down by the San Francisco Charter, as so ably summarized by the Secretary-General in his last Annual Report on the work of the Organization.

17. Such is our task and our mission. The best incentive for each and every one of us is the assurance that men and women in all regions of the world look upon the United Nations for guidance and aid, as the last hope for peace and security. It may not always be possible for us to take action, but the fact carries weight that our Organization can be present wherever Might tries to masquerade as Right. We may fall short of our task but the United Nations must keep forging ahead.

18. I cannot believe that even in this troubled world of ours anyone could possibly wish to see the doors of this assembly closed without feeling that the shadows of war would be descending upon the nations to darken forever the relationships between peoples and the most cherished hopes of Mankind.





O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), órgão da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), tem por finalidade promover e divulgar:

- estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais;
- a coleta e sistematização de documentos relativos a seu campo de atuação;
- o intercâmbio científico e a colaboração com instituições congêneres nacionais, estrangeiras e internacionais;
- cursos, conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

Endereço:
Ministério das Relações Exteriores
IPRI (Anexo I — 7º andar)
70170-900 - Brasília-DF